

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Faculdade de Arquitetura Artes e Comunicação

Mauriney Eduardo Vilela

**"Política internacional na televisão: a
devolução da Faixa de Gaza aos palestinos,
nos telejornais brasileiros."**

Bauru

2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Mauriney Eduardo Vilela

**"Política internacional na televisão: a
devolução da Faixa de Gaza aos palestinos,
nos telejornais brasileiros."**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Área de concentração: Comunicação Midiática. Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da UNESP, campus Bauru. Esta dissertação é requisito à obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Orientador: Prof. Dr. Murilo César Soares

Bauru

2007

DIVISÃO TÉCNICA DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO**UNESP - BAURU**

Vilela, Mauriney Eduardo

Política internacional na televisão: a devolução da Faixa de Gaza aos palestinos, nos telejornais brasileiros / Mauriney Eduardo Vilela, 2007.

194 f.

Orientador: Murilo César Soares.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Bauru, 2007.

1. Comunicação. 2. Propaganda - Modelos. 3. TV aberta. 4. Conflito israelense-palestino.

I- Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação. II - Título.

Mauriney Eduardo Vilela

**"Política internacional na televisão: a devolução da
Faixa de Gaza aos palestinos nos telejornais brasileiros."**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Área de concentração: Comunicação Midiática. Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da UNESP, campus Bauru. Esta dissertação é requisito à obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Banca Examinadora:

Nome: _____

Titulação: _____

Instituição: _____

Assinatura:

Nome: _____

Titulação: _____

Instituição: _____

Assinatura:

Nome: _____

Titulação: _____

Instituição: _____

Assinatura:

Dedico esta dissertação à memória de meu avô paterno, Eduardo João Vilela, e ao meu pai, Mauro Vilela. Meu avô mostrou, por seus atos e ações, ter a grandeza de respeitar todas as pessoas, independentemente de suas religiões ou projetos de vida. Meu pai ensinou que transformar a sociedade é um sacerdócio e que o sacerdócio se constrói sobre a base da generosidade.

Agradecimentos:

Ao professor doutor Murilo César Soares, pela orientação deste trabalho.

À Lairana e à Maíva Lilian Vilela, que me induziram ao mestrado.

Aos professores doutores Regina Celia Baptista Belluzzo, Antonio Carlos de Jesus, Cláudio Bertolli Filho, Maria Inez Mateus Dotta, Ricardo Alexino Teixeira e Maximiliano Martin Vicente ao me propiciarem as condições para o aprofundamento dos estudos.

Aos amigos Luis Carlos Barbano, Jane Pepino, Cirilo Braga, Professora Doutora Rosana Braga, Getúlio Alho, Ângelo Bonicelli e ao escritor Deonísio da Silva, que sempre estiveram presentes.

Aos coordenadores pedagógicos Vera Pedroso e José Mafra Davi, que alteraram mil vezes os horários dos cursinhos pré-vestibulares, para que eu pudesse assistir às aulas do mestrado.

Ao jornalista Marcos Rogério Duarte, pela infinita paciência de conferir as transcrições dos noticiários.

E a todos os integrantes do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da UNESP, campus de Bauru, por terem acreditado que um engenheiro poderia se transformar em um mestre em Comunicação.

Resumo

O objetivo da investigação é analisar as coberturas jornalísticas, realizadas por três redes de TV brasileiras (Bandeirantes; Globo; Record), do conflito israelense-palestino. O corpo de pesquisa é o noticiário sobre a retirada israelense da Faixa de Gaza, ocorrida em agosto de 2005. Após uma contextualização histórica preliminar, utiliza-se a análise de enquadramentos – considerados como resultantes de rotinas de captação de notícias – que ressalta o caráter construído da mensagem. Como a análise de enquadramentos desnuda a existência de uma ideologia (ou de interesses endógenos) entranhada no discurso jornalístico, ela pode ser usada como ferramenta para se verificar a pertinência do conceito de “Modelo de Propaganda”, formulado por Noam Chomsky.

Palavras-chave: Comunicação; cobertura jornalística; TV aberta; análise de enquadramento; Modelo de Propaganda; conflito israelense-palestino.

Abstract

The objective of the inquiry is to analyze the journalistic coverings, carried through for three Brazilians networks (Bandeirantes; Globo; Record), of the Israeli-Palestinian conflict. The research body is the reporter on the Israeli withdrawal of the Gaza Strip, occurred in August of 2005. After a preliminary historical contextualization, this enquiry uses the framing analysis - considered as resultant of routines of capitulation of notice - that stands out the constructed character of the message. As the framing analysis discloses the existence of an ideology (or endogenous interests) penetrated in the journalistic speech, it can be used as tool to verify the relevancy of the concept of “Model of Propaganda”, formulated for Noam Chomsky.

Key-words: Communication; journalistic covering; Open TV; framing analysis; Model of Propaganda; conflict Israeli-Palestinian.

Lista de Tabelas

	Página
<i>Tabela I – Incidência da retirada israelense da Faixa de Gaza, no noticiário, em horário nobre, das redes Bandeirante, Globo e Record.</i>	141
<i>Tabela I I – Número de palavras em cada inserção sobre a retirada israelense da Faixa de Gaza, no noticiário, em horário nobre, das redes Bandeirante, Globo e Record.</i>	143
<i>Tabela III – Tempo, em segundos, por inserção jornalística.</i>	145
<i>Tabela IV – Menções ao grupo nacional israelense (governo + sociedade) e ao grupo nacional palestino (governo + sociedade), nos noticiários em estudo. Em porcentagens.</i>	148
<i>Tabela V – Menções às ações e manifestações do governo israelense e do governo palestino, nos noticiários em estudo. Em porcentagens.</i>	149
<i>Tabela VI – Menções às ações e manifestações da sociedade israelense e da sociedade palestina, nos noticiários em estudo. Em porcentagens.</i>	151
<i>Tabela VII – Comparativo (com uso de porcentagens) entre as menções às ações e manifestações do governo israelense e as menções às ações da sociedade israelense, nos noticiários em estudo.</i>	151
<i>Tabela VIII – Comparativo (com uso de porcentagens) entre as menções às ações e manifestações do governo palestino e as menções às ações da sociedade palestina, nos noticiários em estudo.</i>	152
<i>Tabela IX – Menções históricas, diplomáticas, geográficas e geopolíticas, nos noticiários em estudo.</i>	153
<i>Tabela X – Enquadramento dos israelenses, nos noticiários em estudo (em número de ocorrências).</i>	155
<i>Tabela XI – Enquadramento dos palestinos, nos noticiários em estudo (em número de ocorrências).</i>	155

<i>Tabela XII – Totais de referências aos israelenses e aos palestinos, nos noticiários em estudo (em número de ocorrências).</i>	156
<i>Tabela XIII- Enquadramentos da sociedade palestina, de aprovação ou reprovação à retirada da Faixa de Gaza, nos noticiários em estudo. Em porcentagens.</i>	158
<i>Tabela XIV - Enquadramentos da sociedade israelense, de aprovação ou reprovação à retirada da Faixa de Gaza, nos noticiários em estudo. Em porcentagens.</i>	159

Sumário

	Página
Resumo	07
Abstract	08
Lista de Tabelas	09
Introdução	14
1 Pressupostos teóricos.	20
1.1 <i>Prólogo.</i>	20
1.2 <i>Televisão e Escola de Frankfurt.</i>	21
1.3 <i>Um contraponto à Teoria Crítica: McLuhan.</i>	24
1.4 <i>Wolton e o elogio ao grande público.</i>	25
1.5 <i>Noam Chomsky e a fabricação do consenso.</i>	32
1.5.1 <i>Prólogo: Noam Chomsky - apresentação biográfica.</i>	32
1.5.1.1 <i>Contribuições de Chomsky para a lingüística e para a psicologia.</i>	33
1.5.1.2 <i>Chomsky e a Crítica da Ciência.</i>	37
1.5.2 <i>Análise, de Chomsky, dos meios de comunicação de massa.</i>	38
1.5.3 <i>Criação do Consenso.</i>	42

1.6	<i>Enquadramento e jornalismo: perspectivas teóricas.</i>	52
1.6.1	<i>Os dispositivos de enquadramento.</i>	55
1.6.2	<i>Análise de discurso e enquadramentos.</i>	57
1.6.3	<i>Enquadramentos e efeitos sobre a audiência.</i>	58
1.6.4	<i>Modelos de pesquisa de enquadramentos.</i>	61
1.6.5	<i>O uso dos enquadramentos, nessa dissertação.</i>	63
2	<i>Os telejornais brasileiros</i>	66
2.1	<i>Imagem e palavra, na TV.</i>	66
2.2	<i>Jornal Nacional.</i>	77
2.3	<i>Jornal da Band.</i>	87
2.4	<i>Jornal da Record.</i>	90
3	<i>A devolução dos territórios palestinos de Gaza, na TV.</i>	95
3.1	<i>Histórico da velha disputa territorial.</i>	95
3.1.1	<i>O surgimento de Israel e as guerras contra os árabes.</i>	95
3.1.2	<i>O calvário palestino.</i>	111
3.1.3	<i>Colônias israelenses em território palestino.</i>	116
3.1.4	<i>Intifada.</i>	119
3.1.5	<i>O tratado de Oslo.</i>	122
3.1.6	<i>As relações entre Israel e EUA.</i>	130
3.1.7	<i>Ariel Sharon.</i>	133
3.2	<i>A pesquisa dos enquadramentos.</i>	139
3.2.1	<i>Passos metodológicos para o estudo dos enquadramentos.</i>	139
3.2.2	<i>Os itens de observação.</i>	146
4	<i>Interpretação.</i>	162

4.1	<i>Os recursos utilizados.</i>	162
4.2	<i>O uso das imagens.</i>	164
4.3	<i>O uso das palavras.</i>	168
4.4	<i>Onde estão os palestinos?</i>	170
4.5	<i>Afinal, o que os telenoticiários disseram?</i>	172
4.6	<i>O Modelo de Propaganda é pertinente?</i>	176
5	Conclusão	183
	Referências	187

Introdução

É possível acompanhar os acontecimentos do conflito palestino-israelense, pelo telenoticiário da TV aberta, tendo uma compreensão articulada dos fatos? As ações ocorridas nos territórios em disputa, as manifestações das lideranças do Oriente Médio, das lideranças planetárias, das populações – apresentadas pela TV – são suficientes para que nós possamos realizar algum tipo de análise e chegar a algumas conclusões? O telenoticiário permite que se façam ligações com os fatos ocorridos em outros quadrantes do planeta? Permitem que se percebam quais são os atores planetários que participam das ações que se desenrolam nos territórios da Palestina e de Israel?

Estas perguntas (e muitas outras relacionadas às possibilidades de se compreender o que está acontecendo nessa região do Oriente Médio) nos levam a uma questão que é fundamental para “homens e mulheres cujo instrumento de trabalho era a caneta, o papel, a máquina de escrever e, mais recentemente, o computador” (MARCONDES FILHO, 2002, p.08) e para todos que pensam a respeito dos fenômenos da comunicação: os tele-noticiários são construções jornalísticas típicas ou fazem parte da indústria do entretenimento?

Talvez não seja possível chegar a uma conclusão definitiva. O mais provável é que os telejornais estejam em algum lugar entre esses pontos extremos e a posição flutue de acordo com a conjuntura local e geral.

Outra questão importante (e que, em nosso estudo, será tratada com prioridade) é a de se verificar até que ponto o jornalismo televisivo consegue apresentar o

acontecimento em toda a riqueza de nuances, ou acaba refém de uma cena geral armada por grupos poderosos (na política, na economia, no conhecimento). O que aparece na telinha é um resumo do fato? É uma releitura mais ou menos parcial? Ou a situação é ainda mais preocupante: o que aparece é uma encenação, uma ação de relações públicas e propaganda construída por algum *big brother* que empalma o poder estatal ou corporativo?

Ao se tentar responder às perguntas acima formuladas, há o risco de que concepções de mundo (e suas materializações políticas, os ativismos) obscureçam o processo de resolução. As ferramentas de análise, fornecidas pelas ciências humanas (sociologia, história, filosofia, antropologia, etc.) são poderosas, mas talvez seja impossível operacionalizá-las sem interveniências ideológicas.

Este trabalho busca verificar se o episódio de devolução de territórios da Faixa de Gaza aos palestinos foi apresentado pela TV aberta com um mínimo de equilíbrio, reservando-se espaço equânime para a apresentação das visões de Israel e da Autoridade Palestina sobre os acontecimentos. Verificar-se-á, também, quais grupos (estatais e/ou sociais) foram escolhidos, pelos telenoticiários, como atores privilegiados, de Israel e da Palestina, nos acontecimentos que foram cobertos pela Televisão. Outra verificação a ser operacionalizada: é razoável supor que o episódio de devolução dos territórios da Faixa de Gaza tenha sido construído pelo poder estatal israelense com o objetivo de fazer “relações públicas”, em nível global?

Muitas ações do Estado de Israel podem ter sido construídas para serem apresentadas ao público dentro dos parâmetros propagandísticos aventados por Chomsky. O show televisivo em que se transformou a devolução de alguns territórios

da Faixa de Gaza, aos palestinos, na metade do ano de 2005, parece se enquadrar como um grande feito de relações públicas e de publicidade.

Para compreendermos a lógica que norteia a devolução de territórios aos palestinos, realizada por Ariel Sharon, precisamos levar em consideração que, desde o surgimento do Estado de Israel, no final da década de 1940, há duas visões de como a nação judaica deve encarar suas relações com os vizinhos árabes.

A primeira visão é a dos grupos religiosos ortodoxos e de boa parte das forças armadas, sob a liderança histórica do partido LIKUD: trata-se do “Eretz Israel” (Israel Grande). A idéia é construir a pátria judaica – com as maiores dimensões territoriais possíveis – evitando-se que as cidades e as fazendas fiquem próximas a alguma fronteira potencialmente perigosa. Os inimigos de Israel seriam empurrados para uma distância prudente dos conglomerados humanos e das atividades econômicas fundamentais para a existência de Israel. Esta lógica, evidentemente militarista, levaria o “Grande Israel” a dominar as nascentes de águas necessárias para a sobrevivência de toda a nação.

A segunda visão é a dos grupos de esquerda e dos pacifistas: chama-se “paz por terra”. Consiste em negociar a entrega de territórios para a constituição da pátria palestina, em troca da construção de uma paz respeitosa, que garantiria a tranquilidade dos povos da região. O Partido Trabalhista de Israel, apesar de algumas guinadas militaristas, é o porta-voz histórico da tese da “paz por terra”.

Ariel Sharon (que, no material telejornalístico que estudaremos, ainda estava em plena ação política) era um general belicoso. Sempre foi partidário do “Eretz Israel”. Sobre seus ombros pesam fortes suspeitas de que tenha sido o executor de chacinas em campos de refugiados palestinos. Ao se tornar primeiro ministro manteve-

se como um inimigo intransigente da Autoridade Palestina e de Yasser Arafat, líder histórico do povo palestino.

Os tempos mudaram e Sharon parece ter percebido este fato com muito maior clareza que as lideranças palestinas. Após a morte de Arafat, Sharon construiu uma interessante nuance em sua visão do Eretz Israel. O primeiro ministro seguiu considerando que é inaceitável a existência de territórios sob soberania palestina nas imediações de Jerusalém, próximos às nascentes de água ou das regiões portuárias de Israel. Mas na faixa de Gaza e em boa parte da Cisjordânia, Sharon aceitaria retirar colônias israelenses, admitindo a subsequente ocupação por palestinos. Mesmo enfrentando forte resistência dos grupos ultraconservadores, Sharon iniciou sua nova estratégia – ao que parece, com grande sucesso – na faixa de Gaza.

O show de imagens, transmitidas para todo o planeta, da devolução de uma fatia de terreno da Faixa de Gaza, permitiu que Ariel Sharon prosseguisse na construção de um muro que, ao mesmo tempo em que sufoca a economia da Autoridade Palestina, ampliou a força eleitoral do governante israelense entre os conservadores. Esse vigor eleitoral permitiu – inclusive – que Sharon fundasse um novo partido (KADIMA), que tem, nesse momento histórico, o maior número de representantes no *Knesset*, o parlamento do país. Subsidiariamente, Sharon colocou em cheque a Autoridade Palestina acusando-a de incapacidade de se apresentar na mesa de negociações em condições de avançar no caminho da paz.

As cenas da devolução dos territórios foram construídas pelo *premier* israelense para serem apresentadas como peça propagandística? As agências internacionais, as redes de televisão, os jornalistas, independentemente do poder do Estado de Israel, conseguiram fazer seu trabalho, apresentando os fatos em todas as

suas *nuances*, analisando os acontecimentos de maneira a fornecer subsídios para que os espectadores compreendam o que ocorreu? Há, no trabalho telejornalístico efetuado, a atribuição de tempo equânime entre as partes envolvidas, para que os múltiplos interesses tenham sido apresentados de tal forma que o espectador possa tirar suas conclusões pessoais? As perguntas, aqui, podem se multiplicar. Responder cada uma delas é trabalho árduo.

Nossa parte do árduo trabalho consistirá em submeter a cobertura televisiva realizada por três redes de TV aberta (Globo, Bandeirantes e Record) sobre a devolução de territórios da Faixa de Gaza, aos palestinos, na metade do ano de 2005, a uma análise de enquadramento. Para subsidiar a análise, faz-se um estudo preliminar da mídia TV, da programação telejornalística – de horário nobre – das redes de TV aberta escolhidas e da situação geopolítica regional que precede o momento da devolução de territórios. A seguir, escolhem-se, no noticiário do horário nobre, emissões referentes ao processo de devolução de territórios da Faixa de Gaza, aos palestinos, em meados de 2005, para análise. Embora as imagens tenham uma importância elevada na produção de sentidos dos noticiários de TV, nos ateremos ao estudo do que foi pronunciado pelos apresentadores dos telenoticiários.

Chomsky (de quem buscaremos os referenciais teóricos) é, na vida acadêmica, um estudioso em lingüística. Mas se tornou mundialmente conhecido por suas posições políticas (há quem o situe como anarquista), por sua crítica cáustica à mídia – principalmente a dos Estados Unidos – e por seu ativismo em questões sócio-econômicas. Como a militância de Chomsky pode trazer um grau de distorção para sua tese da *construção de consenso*, buscaremos nas técnicas da análise de enquadramento uma base para a produção de um objeto de estudo que não padeça de viés ideológico.

Apesar do trabalho intelectual de Chomsky ter clara origem nos estudos de lingüística, não é nela que nosso estudo vai buscar seu fio condutor. Nossa percepção é a de que só os estudos de Comunicação (com amparo na devida contextualização histórica) fornecem o fio de Ariadne que nos permitirá “atravessar os vários níveis de uma problemática complexa, utilizando uma gama bastante variada de saberes sem, no entanto, perder de vista a integralidade de um objeto próprio”. (MARTINO, 2002, p.37)

1 Pressupostos teóricos

1.1 *Prólogo.*

Apresentar o universo teórico sobre televisão é tarefa que sobrepuja em muito o fôlego deste trabalho. Por isso, um recorte foi escolhido: trata-se da trajetória de estudos do autor dessa dissertação, sobre o tema, no decorrer do curso de mestrado em Comunicação da Faculdade de Artes, Arquitetura e Comunicação da Universidade Júlio de Mesquita Filho, realizado entre os anos de 2005 e 2007.

O percurso se inicia com os estudos de Teoria Crítica, realizados pelos frankfurtianos. A Escola de Frankfurt é familiar aos egressos dos cursos de graduação em História – o que é o caso do autor dessa dissertação. Os estudos de pós-graduação em Comunicação Mediática levam a uma reflexão que relativiza os pressupostos da Teoria Crítica e a uma releitura de McLuhan. Isto leva a percepções importantes e novas que, em parte, são mencionadas no esboço teórico que aqui se apresenta. A seguir apresentam-se as análises de Dominique Wolton, com sua ênfase na recepção das emissões midiáticas. Por fim – coroando esse percurso de dois anos pelas teorias e estruturas analíticas de comunicação – apresentam-se as teses de *construção do consenso* e o *Modelo de Propaganda*, de Noam Chomsky, que observadas pela *Análise de enquadramento*, serão a base referencial para o estudo dos telenoticiários, nessa dissertação.

1.2 Televisão e Escola de Frankfurt.

Com base nos conceitos frankfurtianos, pode-se iniciar a conceituação de cultura de massa considerando-a, como faz Adorno, “uma psicanálise do avesso”. Para Adorno e Horkheimer, a “cultura de massa” não é cultura nem é produzida pelas massas: sua lei é a novidade. Mas a novidade não pode perturbar hábitos e expectativas, e precisa ser imediatamente legível e compreensível pelo maior número de espectadores ou leitores. A cultura de massa evita a complexidade, oferecendo produtos à interpretação literal, ou melhor, minimalista. Assim, a mídia realiza uma “caça à polissemia”, pela demagogia da facilidade – fundamento da legitimidade desse sistema de comunicação. Adorno critica a “indústria cultural” não por ser democrática, mas por não o ser. A mídia transmite uma cultura agramatical e inimiga da ortografia, de tal forma que a educação retorna à condição do segredo, conhecimento de uma elite: “A luta contra a cultura de massa só pode ser levada adiante se mostrada a conexão entre a cultura massificada e a persistência da injustiça social”.

Os efeitos da televisão seriam particularmente apontados pela Teoria Crítica neste mecanismo de cultura de massa, que é acusada de viver da ausência de pensamento autônomo. Nos noticiários, por exemplo, a voz em *off* do apresentador funcionaria como um superego sonoro que nos induziria a concluir o que já estava decidido antes de nossa reflexão. Também nas entrevistas, o tempo da palavra cedida só seria permitido a fim de que o entrevistado dissesse o que seria levado a dizer. Adorno e Horkheimer observam, ainda, que o mesmo procedimento de indiferenciação entre objetos e indivíduos na troca no mercado estaria presente na televisão. A uma

notícia de catástrofe natural ou social seguiria o *divertissement* do nascimento de um ursinho panda no zoológico de Moscou.

Os meios de comunicação de massa são o oposto da obra de pensamento que é a obra cultural. A obra cultural nos leva a pensar, a ver, a refletir. As imagens publicitárias, televisivas e outras, em seu acúmulo acrítico, nos impedem de imaginar. Elas tudo convertem em entretenimento: guerras, genocídios, greves, cerimônias religiosas, catástrofes naturais e das cidades, obras de arte, obras do pensamento. A cultura, ao contrário, é – para os frankfurtianos – a base de sustentação e a alma dos direitos humanos. Cultura é pensamento e reflexão. Pensar é o contrário de obedecer.

A atrofia da imaginação e da espontaneidade do consumidor cultural de hoje não têm necessidade de ser explicada psicologicamente. Os próprios produtos da indústria cultural, desde o mais típico, o filme sonoro, paralisam aquelas capacidades pela sua própria constituição objetiva. Estes produtos são feitos de modo que a sua apreensão adequada exige, por um lado, rapidez de percepção, capacidade de observação e competência específica, e por outro é feita de modo a vetar, de fato, a atividade mental do espectador, se ele não quiser perder os fatos que rapidamente se desenrolam à sua frente.

Como propõe Adorno (2004. p.19/20):

“A rara capacidade de sujeitar-se minuciosamente às exigências do idioma da simplicidade em todos os setores da indústria cultural torna-se o critério da habilidade e da competência. Tudo o que estes dizem e o modo como o dizem deve poder ser controlado pela linguagem cotidiana, como no positivismo lógico. Os produtores são os experts”.

Ou ainda (2004. p.25):

“Divertir-se significa estar de acordo. A diversão é possível apenas enquanto se isola e se afasta a totalidade do processo social, enquanto se renuncia absurdamente desde o início à pretensão inelutável de toda obra, mesmo da mais insignificante, a de, em sua limitação, refletir o todo. Divertir-se significa que não devemos pensar, que devemos esquecer a dor, mesmo onde ela se mostra. Na base do divertimento planta-se a impotência. É, de fato, fuga, mas não – como pretende – fuga da realidade perversa, mas sim do último grão de resistência que a realidade ainda pode ter deixado. A libertação prometida pelo entretenimento é a do pensamento como negação”.

Quem tem interesses na construção e no funcionamento da indústria cultural inclina-se a explicar sua ação com uma fundamentação de ordem tecnológica. Segundo os interessados, o fato de que milhões de pessoas participam dessa indústria imporia métodos de reprodução que, por sua vez, tornam inevitável a disseminação de bens padronizados para a satisfação de necessidades iguais. O contraste técnico entre poucos centros de produção e uma recepção dispersa condicionaria a organização e o planejamento pelos produtores. Os padrões teriam resultado originalmente das necessidades dos consumidores: eis porque são aceitos sem resistência. De fato, o que o explica é o círculo da manipulação e da necessidade retroativa, no qual a unidade do sistema se torna cada vez mais coesa. O que não se diz é que o terreno no qual a teoria conquista seu poder sobre a sociedade é o poder que os economicamente mais fortes exercem sobre a sociedade. A racionalidade técnica é a racionalidade da própria dominação.

Ao analisar o cinema, ADORNO e HORKHEIMER (1985, p.119) consideram:

“Ultrapassando de longe o teatro de ilusões, o filme não deixa mais à fantasia e ao pensamento dos espectadores alguma dimensão na qual estes possam, sem perder o fio, passear e divagar no quadro da obra cinematográfica permanecendo, no entanto, livres do controle de seus dados exatos, e é assim precisamente que o filme adentra o espectador entregue a ele para se identificar imediatamente com a realidade”.

Nos dias atuais, a atrofia da imaginação e da espontaneidade do consumidor cultural não precisa ser reduzida a mecanismos psicológicos. Os produtos culturais paralisam essas capacidades em virtude de sua própria constituição objetiva. São feitos

de tal forma que sua apreensão adequada exige, com certeza, presteza, dom de observação, conhecimentos específicos. Por outro lado, estes mesmos produtos proíbem a atividade intelectual do espectador se ele não quiser perder os fatos que desfilam velozmente diante de seus olhos.

Os produtos da indústria cultural são feitos de tal forma que até mesmo os distraídos os consumirão alertamente. Cada produto é um exemplar da gigantesca maquinaria econômica que, desde o início, não dá folga a ninguém, tanto no trabalho como no descanso. Descanso que, cada vez mais, se assemelha ao trabalho.

Resulta que a suspeita dos antigos críticos culturais se confirmou: em um mundo onde a educação é um privilégio e o aprisionamento da consciência impede de toda a maneira o acesso das massas à experiência autêntica das formações espirituais, já não importa tanto os conteúdos ideológicos específicos, mas o fato de que simplesmente haja algo preenchendo o vácuo da consciência expropriada. No contexto de seu efeito social, é talvez menos importante saber quais as doutrinas ideológicas específicas que um filme sugere aos seus espectadores do que o fato de que estes, ao voltarem para casa, estão mais interessados nos nomes dos atores e em seus casos amorosos.

1.3 Um contraponto à Teoria Crítica: McLuhan.

A análise, até aqui feita com base na Teoria Crítica da Escola de Frankfurt, encontra um contraponto e uma surpreendente materialidade em um relato de McLuhan:

“Depois da Segunda Guerra Mundial, um oficial do exército norte-americano, publicitariamente consciente, observava com desconfiança que os italianos podiam dizer os nomes dos ministros do gabinete, mas não os nomes das utilidades preferidas pelas celebridades italianas. Além do mais, dizia ele, o espaço dos muros e paredes da Itália era mais utilizado por slogans políticos do que

comerciais. Predizia que havia poucas esperanças de que os italianos viessem a atingir qualquer espécie de tranqüilidade ou de prosperidade doméstica enquanto não comessem a se preocupar mais com os apelos concorrentes de cigarros e flocos de milho do que com a capacidade dos homens públicos. Chegou até a dizer que a liberdade democrática consiste largamente em ignorar a política e se preocupar, em troca, com a ameaça da caspa, pernas peludas, intestinos preguiçosos, seios flácidos, retração nas gengivas, excesso de peso e sangue cansado. O oficial provavelmente estava com a razão. Qualquer comunidade que deseje acelerar e maximizar a troca de bens e serviços tem que simplesmente homogeneizar sua vida social. A decisão de homogeneizar ocorre facilmente às populações altamente letradas do mundo de fala inglesa”. (2002. p.240)

Continuamos com esse interessante contraponto: se, para Adorno, a aversão pela teoria é considerada desumanizante, McLuhan a vê como uma benção para os tempos dos meios de comunicação de massas:

“As nossas sociedades altamente letradas se desconcertam quando se defrontam com novas estruturas de opinião e sentimentos resultantes da informação instantânea e global. Ainda estão presas nas garras do “ponto de vista” e do hábito de abordar uma coisa de cada vez. Hábitos deste tipo têm função paralisante em qualquer estrutura elétrica de movimento informacional, mas poderiam ser neutralizados se as sociedades letradas tivessem plena consciência de sua fonte de origem”. (2002. p.240)

McLuhan segue sua cruzada antiteórica quando constata que “a automação é informação e não apenas acaba com as qualificações no mundo do trabalho, como acaba com as ‘matérias’ no mundo do ensino”.

As palavras de McLuhan, transcritas acima, permitem que observemos uma situação paradoxal na análise frankfurtiana: ao mesmo tempo em que consideram a aversão à teoria como algo desumanizante, os intelectuais da Escola de Frankfurt desconfiam da razão!

1.4 Wolton e o elogio ao grande público.

A análise frankfurtiana sobre os meios de comunicação de massa é instigante, apesar de seu intrínseco pessimismo. Dominique Wolton, estudioso francês, tem uma visão favorável ao público e considera que a polissemia das imagens televisivas dá, a quem as assiste, a possibilidade de selecionar as informações que considerar mais

pertinentes e mais relacionadas ao universo cultural construído pela história de vida do espectador.

No que se refere à qualidade dos programas de televisão, a visão de Wolton é a seguinte:

“Se o público assiste a maus programas não é tanto porque gosta deles, e sim porque eles lhe são oferecidos. Os maus programas dizem menos sobre o público do que sobre a representação que se faz do público por parte daqueles que os produzem e difundem. Em resumo, digam-me quais os programas assistidos e eu lhes direi qual a concepção de público que existe na cabeça dos que o produziram. Por tudo isso, a pesquisa de audiência avalia menos a demanda do que a reação à oferta”. (1996, p.15)

Qual é a utilidade das transmissões de televisão, se a significação da emissão não pode ser realmente controlada por quem a produz e se quem assiste jamais passivo é diante da imagem, retendo apenas as informações que quer reter? Para Wolton, a TV serve para se conversar sobre o que é transmitido. A televisão é um formidável instrumento de comunicação entre os indivíduos.

Wolton não discorda dos intelectuais frankfurtianos, quanto à definição de que a TV é integrante do que chamamos de “indústria cultural”:

“O empirismo modernista postula a vitória do melhor e a ausência de restrições inúteis. Em resumo, é preciso banalizar a televisão, reduzi-la àquilo que é, ou seja, um espetáculo e uma indústria do espetáculo, que mobiliza os melhores profissionais e sabe aproveitar-se das novas possibilidades técnicas, da demanda do público e de um setor em expansão. (...) A idéia dominante do modernismo em voga é, portanto, promover uma televisão que satisfaça a dois objetivos simples: informação e programas espetaculares, capazes de proporcionar uma boa audiência”. (1996, p.35)

Ao estudar a experiência europeia dos anos 1950 e 1960, com a construção de televisões públicas, Wolton mostra que o paradigma inicial era político nos dois sentidos da palavra: por um lado, desconfiava-se da influência política e cultural que a televisão poderia ter; por outro, pensava-se que sua importância, enquanto meio de massa, impunha que fosse objeto de uma política de orientação e que a colocaria fora das leis de mercado.

Mas, nas décadas de 1970 e 1980, a TV pública foi substituída em alguns casos e foi obrigada a conviver – na maior parte das vezes – com a TV privada, o que alterou os paradigmas da televisão, transportando-os do terreno da política para o da economia. De fato, o paradigma atualmente dominante é o econômico, e também nos dois sentidos da palavra. A televisão não deve mais ser uma atividade de extensão, mas como todas as outras atividades, inclusive as culturais, deve ser regida pelas leis de mercado, com preços reais, veto aos produtos que não vão ao encontro do público, lucro, recurso à publicidade, busca do máximo de rentabilidade. Nada justifica que a televisão escape da lei econômica geral, pois o passado demonstra que tal comportamento não garantia a melhor qualidade dos programas. Ao contrário, a submissão às leis do mercado, como atesta o sucesso dos seriados americanos pelo mundo afora, não resulta necessariamente em maus produtos.

O paradigma atual da televisão também é atividade econômica, no segundo sentido da palavra, isto é, a televisão é uma indústria como as outras, cultural, sem dúvida, mas mesmo assim indústria, e por isso submetida às leis inerentes ao mercado, como vemos no movimento editorial, na indústria do disco, no cinema...

Porque é tão difícil analisar a televisão? Sobre esta questão, Wolton apresenta uma interessante reflexão:

“É difícil viver, isto é, adaptar-se a certo contexto e, ao mesmo tempo, distanciar-se suficientemente dele para analisá-lo ininterruptamente. A televisão cabe perfeitamente dentro dessa definição, pois ela ocupa um lugar determinante na vida de cada um, tanto pela informação quanto pelo divertimento que proporciona, constituindo assim a principal janela aberta para outro mundo, diverso do da vida cotidiana. Eis porque não temos nenhuma vontade de refletir sobre aquilo que ela é”.
(1996, p. 45)

Dominique Wolton se afasta da Escola de Frankfurt quando considera que o espectador não é um ser passivo, totalmente manipulado pela “indústria cultural”. Acha, inclusive, que a visão frankfurtiana é contraditória quando supõe que o

espectador é totalmente passivo e, por outro lado, transformado em ser político, este homem que estava abestalhado diante do aparelho de TV é o mesmo ser que fará a Revolução. Observemos a argumentação de Wolton, nesta questão:

“A própria informação não é poupada: ilusória abertura para o mundo, ela, ao contrário, imobiliza o cidadão numa atitude passiva, quando não o transforma em mero espectador, distanciando-o ainda da cidade e reduzindo o homem político a uma marionete manipulada pelos diferentes especialistas de comunicação e marketing político. (...) Em resumo, não se deve esperar nada de positivo da televisão no campo da cultura, da informação e da política, pelo contrário, há que abominá-la completamente. Percebe-se, contudo, nessa atitude geral, uma contradição de fundo, raramente apontada: é difícil proclamar, ao mesmo tempo, a confiança no povo soberano, ator da história e da democracia, herói do sufrágio universal, e dizer que esse mesmo povo é alienado e passivo quando se transforma em público de massa que assiste à televisão. Pois o mesmo povo é fundamento da legitimidade da democracia em política e fundamento da alienação pela televisão...” (1996, p.58)

Para Wolton, a televisão é um espetáculo de características únicas, destinado a um público imenso, anônimo e heterogêneo, inseparável de uma programação que garante uma oferta quase contínua de imagens de gêneros e status diferentes. Esta é a razão fundamental do sucesso da televisão e da sua unidade, ou seja, a continuidade e a mistura diversificada de imagens, cuja recepção e interpretação ninguém domina.

Ainda segundo Wolton, a ambigüidade inerente à mensagem reforça o peso do contexto cognitivo ou sócio-cultural do processo de significação e de interpretação. Em outras palavras, na televisão o significado vai além da intenção na maior parte do tempo.

As televisões locais têm enormes dificuldades de se estabelecerem, segundo Wolton:

“É exatamente a pressão de uma produção de imagens espetaculares e fascinantes que explica as dificuldades das televisões de bairro e comunitárias que querem subordinar o instrumento televisual a um fim político de transformação das relações sociais. O sentido não é definido apenas pela projeção de um projeto político ou cultural contido nas imagens, mas resulta também da garantia de acolhimento na recepção que, se for má, invalida parcialmente as intenções dos autores”. (1996, p.76)

Voltamos a falar da polissemia das imagens emitidas pela televisão. Wolton indica que grande quantidade de pesquisas demonstra que os espectadores fazem uma triagem entre os milhares de informações recebidas, evitando assim serem sufocados e desorientados por aquelas que os perturbam: sua própria percepção política da realidade funciona como um filtro. São as suas opiniões ideológicas que lhes permitem escolher, aceitando mais aquilo que os conforte em suas opiniões e, muitas vezes, rejeitando o que os perturba.

O milagre da televisão é esse encontro das imagens estandardizadas, apesar de polissêmicas, e de condições de recepção que criam outra polissemia, ligadas ao contexto cultural e político da recepção.

Para Wolton, a televisão é como o jornal televisionado: nós assistimos ao noticiário porque estamos interessados em um assunto, que acaba sendo tratado em poucos segundos, e nos pomos a assistir a outros, que não interessam a priori, mas cuja presença prova que eles devem ter certo interesse ou, em todo caso, devem interessar a alguém! Essa tomada de consciência cotidiana pode até ser irritante, mas constitui, sem dúvida, uma escola de tolerância, no sentido em que somos obrigados a constatar que, na grade, os programas que não interessam são, ao menos, tão numerosos quanto aqueles que interessam. O que é uma prova, afinal, de que o gosto dos “outros” é tão legítimo quanto o nosso!

Ao discutir as limitações dos noticiários televisivos, Wolton aborda o problema da cobertura internacional. As grandes agências internacionais de notícia construíram um monopólio ocidental da informação. A própria existência das agências internacionais implica a construção de um fluxo de notícias de “mão única”, inviabilizando a troca simétrica de idéias e a existência daquilo que poderíamos

chamar de rede mundial de informação. O fluxo de “mão única” explica também o grande número de erros que os países ocidentais fazem na sua “leitura” do mundo. Simplesmente porque o Ocidente não tem os códigos que lhe permita interpretar os fatos que se desenvolvem no Oriente. O Norte não é capaz de interpretar o Sul. Não, não existe informação internacional, não existem senão acontecimentos interpretados mais ou menos diversamente pelos jornalistas e que, mesmo difundidos de maneira internacional, serão sempre recebidos e interpretados num quadro nacional.

Nas palavras de Wolton:

Confundimos a mundialização das técnicas de informação, que permitem efetivamente uma internacionalização da difusão, com a idéia de uma informação verdadeiramente internacional, que não existe. O que existe, repitamos, é uma visão ocidental de mundo, tanto do ponto de vista dos valores, quanto dos interesses. É nessa perspectiva que se faz a informação “mundial” que, por outro lado, jamais o é, porque tem necessidade de ser percebida a partir de um quadro de referências, geralmente nacional, para ser aceita. (1996, p.144)

A questão não se coloca apenas para as agências internacionais e para a produção de notícias: precisamos olhar para quem recebe as informações. Se nós concluimos que não existe informação universal, precisamos aceitar, também, que não existe o cidadão universal. Como não levam em consideração o fato de que o cidadão não é um ente cosmopolita, os jornalistas das mídias internacionais ultrapassam perigosamente o seu papel informando, sem discernimento, milhões de espectadores sobre eventos muitas vezes incoerentes para eles, dos quais, aparentemente, não se pode perder o começo. O problema é que aí não se trata de um filme...

A comunicação e os valores a ela relacionados são coisas importantes demais para a sociedade e para os seres humanos, tomados em sua individualidade. Este fato parece indicar que não é sábio que a comunicação seja deixada ao sabor das leis do mercado.

Todos nós reconhecemos, hoje, a necessidade de regulamentar as “estradas” para evitar mortes. Parece lógico fazer a mesma coisa com as “estradas da comunicação e da informação”, se não quisermos que elas acentuem as desigualdades que deviam reduzir. Os caminhos da comunicação são sempre perigosos. Quanto mais comunicação, mais risco. Wolton está correto em argumentar que a regulamentação não é obstáculo à comunicação; mas a sua condição de existência.

Olhando para a história da televisão, Wolton chega à conclusão de que

“as previsões, dos anos 1950-1960, não se concretizaram: a televisão não matou a cultura, não substituiu a política, como tampouco foi a escola do século XX (que tudo poderia ensinar...), nem promoveu a lavagem cerebral generalizada. Existe muito a se pensar sobre as catástrofes que ela não criou e as revoluções que não provocou. Já é tempo de admitir que como todas as grandes técnicas, inclusive as de comunicação, a sua existência e aceitação não bastaram para ‘subverter’ a sociedade, simplesmente porque as técnicas são, afinal, mais dependentes do contexto social do que o inverso, mesmo que a cada cinqüenta anos uma ‘nova revolução técnica’ pretenda fazer crer numa subversão da sociedade pela técnica.” (1996, p. 179)

Os teóricos frankfurtianos alertam para a incontestável força das leis de mercado no sentido de desumanizar, coisificar as relações entre produção e consumo dos meios de comunicação de massa, mas (ao sobrevalorizar a emissão tendenciosa) negam a capacidade de reação do cidadão comum, reduzindo-o à situação de marionete. Wolton, dando relevo ao processo de recepção e conferindo ao respeitável público a capacidade de seleção das informações consideradas pertinentes, nos vacina contra conclusões deterministas em relação ao efeito das emissões televisivas.

Como os frankfurtianos, nosso trabalho analisará a emissão telejornalística. Também como os frankfurtianos, percebemos a existência de um viés sistêmico dos meios de comunicação em termos de causas econômicas e estruturais. Mas, como Chomsky, não entendemos esse viés como uma espécie de conspiração criada por alguns poderosos contra todo o resto da sociedade.

Por último, nosso breve olhar sobre os estudos de Wolton, com ênfase na análise sobre recepção, não nos leva a ser tão otimista como ele em relação ao discernimento do público. Esperamos, ao menos, que o *Elogio do grande público* nos poupe de apresentar resultados apocalípticos...

1.5 Noam Chomsky e a fabricação do consenso.

1.5.1 Prólogo: Noam Chomsky - apresentação biográfica.

Avram Noam Chomsky¹ nasceu em 07 de dezembro de 1928, na cidade de Filadélfia (Pensilvânia, EUA). Ele é filho de William Chomsky, professor e pesquisador da língua hebraica.

Noam Chomsky entrou na faculdade de Filosofia e Lingüística, na Universidade da Pensilvânia, aos 17 anos. Em seus primeiros anos na academia, o jovem Chomsky identifica-se com a visão política anarquista do professor Zellig Harris. A seguir, Noam Chomsky trabalha quatro anos como pesquisador assistente, em Harvard. Retorna à Universidade da Pensilvânia e, em 1955, torna-se doutor em lingüística.

As mais de mil páginas de sua tese de pós-doutorado apresentam uma abordagem revolucionária em lingüística. Sob recomendação de Roman Jakobson, o resumo da tese transformou-se no livro *Syntactic Structures (Estruturas Sintáticas)*, publicado por uma editora holandesa. Uma resenha crítica feita por Robert Lees divulgou o trabalho pelo mundo acadêmico.

¹ Todas as informações biográficas foram retiradas de *The Official Noam Chomsky Website* (<http://www.Chomsky.info>), em 03 de janeiro de 2007.

A vida acadêmica de Chomsky está associada ao Massachusetts Institute of Technology (MIT), onde leciona por, aproximadamente, meio século. O ativismo político torna Noam Chomsky uma figura pública: sua primeira ação notória foi o protesto contra a escalada militar norte-americana no Vietnã, em 1964. Desta militância surge, em 1969, o livro *American Power and the New Mandarins* (*O Poder Americano e os Novos Mandarins*²). As idéias e a ação política tornaram Chomsky mundialmente conhecido, levando-o a ministrar incontáveis palestras e produzir livros polêmicos. Chomsky batizou sua ideologia política como sendo um “socialismo libertário”, o que parece ser um elegante eufemismo para anarquismo. Seus dotes de polemista renderam inúmeros seguidores dentro do campo da "esquerda" mas também muitos detratores em todos os lados do espectro político. Ao mesmo tempo em que participou de acalorados debates políticos, Chomsky manteve suas atividades de pesquisador, escritor e professor, contribuindo regularmente com novas propostas teóricas que virtualmente definiram os problemas e questões centrais da investigação lingüística nos últimos 50 anos.

Entre os anos de 1980 e 1992, de acordo com o *Arts and Humanities Citation Index*³, Chomsky foi o acadêmico vivo mais citado, como fonte, em comunicações científicas.

1.5.1.1 Contribuições de Chomsky para a lingüística e para a psicologia.

² O livro foi re-editado, no Brasil. CHOMSKY, Noam. *Poder americano e os novos mandarins*. São Paulo: Editora RCB, 2006.

³ www.scientific.thomson.com/ts/products/ahci/, acessado em dezembro de 2006.

Ao utilizar a idéia de *gramática gerativa*⁴, Chomsky sugere que a capacidade para produzir e estruturar frases é inata ao ser humano (isto é, é parte do patrimônio genético dos seres humanos). A humanidade utiliza-se, portanto, de uma espécie de gramática universal. Não temos consciência desses princípios estruturais assim como somos não temos consciência da maioria das nossas outras propriedades biológicas e cognitivas. Entre outras afirmações, Chomsky diz que os princípios gramaticais subjacentes às linguagens são completamente fixos e inatos e que as diferenças entre as várias línguas usadas pelos seres humanos através do mundo podem ser caracterizadas em termos da variação de conjuntos de parâmetros (como o parâmetro *pro-drop*), que estabelece se um sujeito explícito é obrigatório, como no caso da língua inglesa, ou se pode ser opcionalmente deixado de lado (suprimido ou elidido), como no caso das línguas neolatinas.

Esses parâmetros são freqüentemente comparados a interruptores. Nesta abordagem, uma criança que está aprendendo a falar precisa adquirir apenas e tão somente os itens lexicais necessários (isto é, as palavras) e fixar os parâmetros relevantes.

A abordagem gerativa baseia-se na rapidez espantosa com a qual as crianças aprendem línguas, pelos passos semelhantes dados por todas as crianças quando estão aprendendo a falar e pela observação de que as crianças cometem certos erros característicos quando aprendem sua língua-mãe, enquanto que outros tipos de erros aparentemente lógicos nunca ocorrem. Isto sucede precisamente, segundo Chomsky,

⁴ A produção intelectual de Chomsky, fora da área de Comunicações, foi aqui resumida com base no site de Noam Chomsky, no MIT. <http://web.mit.edu/linguistics/www/chomsky.home.html>, acessado em 15 de dezembro de 2006.

porque as crianças empregam um mecanismo puramente geral (isto é, baseado em sua mente) e não específico (isto é, não baseado na língua que está sendo aprendida).

O trabalho de Chomsky em lingüística teve implicações importantes para a Psicologia. Sua tese de *gramática gerativa* foi uma crítica direta ao behaviorismo (ou comportamentalismo), que possuía enorme força entre os acadêmicos de psicologia no período entre-guerras.

Chomsky ousou publicar, em 1959, uma crítica ao livro *Verbal Behavior*⁵, escrito por Skinner, o mais aclamado dos psicólogos da tradição psicológica behaviorista. Essa teoria, que tinha dominado a Psicologia na primeira metade do século XX, dizia que a linguagem era meramente um "comportamento aprendido". Skinner argumentava que a linguagem, como qualquer outro comportamento — desde a salivação de um cão, antecipando seu jantar, ao desempenho de um grande pianista — poderia ser atribuído a um "treinamento feito através de recompensas e penalidades durante certo período de tempo". A linguagem, segundo Skinner, podia ser completamente aprendida através das pistas e do condicionamento proveniente do mundo no qual *aquele que aprende* está imerso.

A crítica de Chomsky à metodologia e às pressuposições básicas de Skinner preparou o caminho para uma revolução contra a doutrina behaviorista. Em *Lingüística Cartesiana*⁶ (1966) e em trabalhos subseqüentes, Chomsky cria uma explicação das faculdades da linguagem humana que se tornou um modelo para

⁵ O texto de Chomsky, intitulado *Uma revisão do 'comportamento verbal' de B.F. Skinner pode ser encontrado, na íntegra, em português, no site http://www.psicologia.com.pt/artigos/ver_artigo.php?codigo=A0064&area=d3&subarea=*

⁶ CHOMSKY, Noam. *Lingüística Cartesiana*. Petrópolis: Vozes, 1972.

investigação em outras áreas da Psicologia. As concepções atuais de como a mente trabalha vêm diretamente de idéias que encontraram em Chomsky seu primeiro autor.

São três idéias-chave:

Primeira: que a mente é "cognitiva", isto é, que a mente realmente contém estados mentais, dúvidas e assim por diante. A visão behaviorista negava os estados mentais, com a argumentação de que existem apenas relacionamentos "estímulo-resposta" tais como "Se você me pergunta se quero X, eu irei dizer sim". Mas Chomsky mostrou que a maneira mais costumeira de se entender a mente, como espaço de interação entre estados mentais conscientes e inconscientes, tinha de estar certo.

Segunda: Chomsky argumentou que muitas partes do que a mente adulta podia fazer era "inata". Isto é, embora nenhuma criança nascesse automaticamente sendo capaz de falar uma linguagem, todas as pessoas nascem com uma capacidade poderosa de aprendizado da linguagem que lhes permite dominar muitas linguagens muito rapidamente em seus primeiros anos de vida. Psicólogos subseqüentes têm estendido esta tese para além da linguagem de maneira que a mente não é mais considerada um "papel em branco" quando do nascimento.

Terceira: Chomsky introduziu o conceito de "modularidade", uma característica crítica da arquitetura cognitiva da mente. A mente é composta de um conjunto de subsistemas especializados interagindo entre si e que apresentam fluxos de intercomunicação limitados. Este modelo contrasta agudamente com a velha idéia segundo a qual qualquer parte de informação na mente poderia ser "acessada" por qualquer outro processo cognitivo. Ilusões ópticas, por exemplo, não "podem ser desligadas" mesmo quando são se reconhece serem apenas ilusões.

Encerrando a apresentação da atuação de Noam Chomsky no terreno da lingüística, ressaltamos que modelos chomskianos têm sido usados como uma base teórica em vários outros campos do conhecimento. A *Hierarquia de Chomsky*, conceito de lingüística, é geralmente lecionada no ensino dos fundamentos da Ciência da Computação. Um sem-número de argumentos da Psicologia Evolucionária é derivado dos resultados de suas pesquisas.

O Prêmio Nobel de Medicina e Fisiologia de 1984, Niels K. Jerne, usou a *gramática gerativa* de Chomsky para explicar o sistema imunológico humano, comparando "componentes de uma gramática gerativa, com várias características das estruturas das proteínas". O título do trabalho de Jerne, agraciado com o prêmio, foi "A Gramática Gerativa do Sistema Imunológico".

Por último: Nim Chimpsky, um chimpanzé que aprendeu 125 sinais da Linguagem Americana de Sinais, teve seu nome inspirado em Noam Chomsky...

1.5.1.2 Chomsky e a Crítica da Ciência.

O desconstrucionismo e as críticas do pós-modernismo à Ciência são muito comuns nos Estados Unidos. Embora não tenha apresentado alguma tese inovadora sobre o tema, Chomsky tem se rebelado contra o ambiente anti-racionalista, dominante em alguns círculos de intelectuais:

“Tenho passado muito tempo da minha vida a trabalhar em questões como estas, a utilizar os únicos métodos que conheço e que são condenados aqui como ‘ciência’, ‘racionalidade’, ‘lógica’ e assim por diante. Portanto, leio esses artigos com certa esperança de que eles me ajudassem a ‘transcender’ estas limitações, ou talvez me sugerissem um caminho inteiramente diferente. Temo ter me desapontado. Reconheço que isso pode se dever às minhas próprias limitações. Muito freqüentemente meus olhos se esbugalham quando leio discursos polissilábicos de autores do pós-estruturalismo e do pós-modernismo. Penso que tais textos são, em grande parte, feitos de truísmos ou de erros, mas isso é apenas um pequeno pedaço

*dessa coisa toda. É verdade que há muitas outras coisas que eu não entendo: artigos nas edições atuais dos periódicos de Matemática e de Física, por exemplo. Mas existe uma diferença. Neste último caso, eu sei como entendê-los, e tenho feito isto em casos de particular interesse para mim; e eu também sei que outras pessoas que trabalham nestes campos podem me explicar seu conteúdo em meu nível, de modo que possa obter uma compreensão (embora às vezes parcial) que me satisfaça. Em contraste, ninguém parece ser capaz de me explicar que o último artigo 'pós-isto-e-pós-aquilo' não seja (em sua maior parte) outra coisa que não truísmos, erros ou balbucios, de maneira que eu não sei o que fazer para prosseguir com eles."*⁷

Chomsky também apontou sua metralhadora giratória na direção dos arautos das chamadas minorias raciais que consideram pertinente lutar contra a "ciência masculina branca". Segundo Chomsky, alguns grupos de pensadores radicais são muito semelhantes aos anti-semitas e agem como os nazistas que, em outras épocas, tentaram denegrir a pesquisa feita pelos cientistas judeus, por meio do movimento Deutsche Physik:

*"De fato, por si só a idéia de uma 'ciência masculina branca' me lembra, eu temo, a idéia de uma 'Física judaica'. Talvez seja outra inaptidão minha, mas quando leio um artigo científico, eu não consigo dizer se o autor é branco ou se é homem. O mesmo é verdade para o problema do trabalho ser feito em sala de aula, no escritório, ou em qualquer outro lugar. Eu duvido que os estudantes não-masculinos, não-brancos, amigos e colegas com quem que trabalho não ficassem deveras impressionados com a doutrina de que seu pensamento e sua compreensão das coisas seria diferente da 'ciência masculina branca' por causa de sua 'cultura ou gênero ou raça'. Suspeito que 'surpresa' não seria bem a palavra adequada para a reação deles."*⁸

1.5.2 Análise, de Chomsky, dos meios de comunicação de massa.

Chomsky realiza uma interessante análise dos meios de comunicação de massa em suas estruturas e restrições, além de seu papel no apoio aos interesses das grandes empresas. Como cidadão norte-americano, é evidente que Chomsky ilustra suas análises com exemplos da ação dos grandes empresários e do governo de seu país.

⁷. <http://web.mit.edu/linguistics/www/chomsky.home.html>, acessado em 15 de dezembro de 2006.

⁸ *Idem.*

Mas talvez seja impreciso dizer, como fazem alguns de seus críticos, que as observações de Chomsky a respeito da mídia tenham validade apenas para a realidade dos EUA.

A análise dos meios de comunicação de massa parte do seguinte princípio: diferentemente dos sistemas políticos totalitários, nos quais a força física pode ser facilmente usada para coagir a população como um todo, as sociedades mais democráticas precisam se valer de meios de controle bem menos violentos. Em uma fase freqüentemente citada, Chomsky afirma que "a propaganda representa para a democracia aquilo que o cacete significa para o estado totalitário."

Em *Fabricando o Consenso*⁹, livro escrito em conjunto por Edward S. Herman e Noam Chomsky, os autores exploram este tema em profundidade e apresentam um *modelo de propaganda* dos meios de comunicação com numerosos estudos de caso extremamente detalhados para demonstrar seu funcionamento.

Para que se avance no estudo do *modelo de propaganda*, definiremos operacionalmente viés social como inclinação ou tendência, de uma pessoa ou de um grupo de pessoas, que impede julgamentos e políticas imparciais e justas para a sociedade entendida como um sistema social integral. É dessa forma que Chomsky explica a existência de um viés sistêmico dos meios de comunicação em termos de causas econômicas e estruturais ao invés de uma conspiração criada por algumas pessoas contra a sociedade.

⁹ CHOMSKY, N; HERMAN, E.S. *Manufacturing Consent*. New York: Pantheon Books, 1988.

Em resumo, o modelo mostra que esse viés deriva da existência de cinco filtros que todas as notícias precisam ultrapassar antes de serem publicadas e que, combinados, distorcem sistematicamente a cobertura das notícias pelos meios de comunicação.

1. O primeiro filtro - o da propriedade dos meios de comunicação - deriva do fato de que a maioria dos principais meios de comunicação pertence às grandes corporações empresariais.

2. O segundo - o do financiamento - deriva do fato dos principais meios de comunicação obterem a maior parte de sua receita não de seus leitores, mas sim de publicidade (que, claro, é paga pelas grandes empresas). Como os meios de comunicação são, na verdade, empresas orientadas para o lucro a partir da venda de seu produto (os leitores, ouvintes ou espectadores) para outras empresas (os anunciantes!) o *modelo de propaganda* prevê que se deva esperar a publicação apenas de notícias que reflitam os desejos, as expectativas e os valores das empresas anunciantes.

3. O terceiro filtro é o fato de que os meios de comunicação dependem fortemente das grandes empresas e das instituições governamentais como fonte de informações para a maior parte das notícias. Isto também cria um viés sistêmico contra a sociedade.

4. O quarto filtro é a crítica realizada por vários grupos de pressão que procuram as empresas dos meios de comunicação para pressioná-los caso eles saiam de uma linha editorial que esses grupos acham a mais correta (isto é, mais de acordo com seus interesses e não os interesses de toda a sociedade).

5. As normas da profissão jornalista, o quinto filtro, refere-se aos conceitos comuns divididos por aqueles que estão na profissão do jornalismo.

O modelo descreve como os meios de comunicação formam um sistema de propaganda descentralizado e não conspiratório que, no entanto, é extremamente poderoso. Esse sistema cria um consenso entre a elite da sociedade sobre os assuntos de interesse público estruturando esse debate em uma aparência de consentimento democrático, mas atendendo os interesses dessa elite.

No entanto, isso é feito às custas da sociedade como um todo que, naturalmente, compõem-se de mais pessoas que aquelas que compõe sua elite. Uma conspiração, na definição encontrada em leis norte-americanas, é um acordo entre duas ou mais pessoas para cometer um crime ou realizar uma ação ilegal contra a sociedade. Para os autores o sistema de propaganda não é conspiratório porque as pessoas que dele fazem parte do sistema não se juntam expressamente com o objetivo de lesar a sociedade, mas é isso mesmo que acabam fazendo em função dos vieses descritos.

Chomsky e Herman testaram seu modelo empiricamente tomando "exemplos pareados", isto é, pares de eventos que são objetivamente muito semelhantes entre si, exceto que um deles se alinha aos interesses da elite econômica dominante, que se consubstanciam no interesse das grandes empresas, e o outro não se alinha.

Eles citam alguns de tais exemplos para mostrar que nos casos em que um "inimigo oficial" da elite realiza "algo" (tal como o assassinato de um líder religioso), a imprensa investiga intensivamente e devota uma grande quantidade de tempo à cobertura dessa matéria. Mas quando é o governo da elite ou o governo de um país

aliado que faz a mesma coisa (assassinato do religioso ou coisa ainda pior) a imprensa minimiza a cobertura da história.

A despeito de todas as evidências - e exatamente como o próprio Chomsky prediz! - o *modelo de propaganda* tem sido olímpicamente ignorado ou distorcido pelos meios de comunicação. Mais curioso ainda: não há – por parte dos teóricos que se dizem opositores do *modelo de propaganda* – qualquer trabalho analítico que refute as teses que Chomsky apresentou sobre o tema.

1.5.3 Criação do Consenso.

A primeira grande operação moderna de propaganda governamental, nos Estados Unidos, foi construída por Woodrow Wilson, no decorrer da Primeira Guerra Mundial. Historiadores dos mais variados matizes ideológicos, desde Edward McNall Burns¹⁰ (muito conceituado entre os liberais), até Eric Hobsbawn¹¹ (o mais importante historiador marxista vivo) concordam em dizer que os EUA eram uma nação isolacionista e pacifista, até o ano de 1916. Esse pacifismo acabou quando Wilson ordenou a criação de um comitê de propaganda governamental – “Comissão Creel” – que conseguiu, em exíguos seis meses, transformar a população pacifista em uma alcatéia de seres guerreiros, deliberada a esquarterjar alemães e ir à guerra para salvar o mundo. (CHOMSKY, 2003, p.11)

O sucesso da Comissão Creel induziu o governo norte-americano a utilizar as mesmas técnicas para criar uma onda histórica anticomunista que provocou a

¹⁰ BURNS, Edward McNall. *História da Civilização Ocidental*. 23ª edição. Porto Alegre: Globo, 1979, p855-6.

¹¹ HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p.31.

destruição de muitos sindicatos e reduziu tanto a liberdade de imprensa quanto a liberdade de pensamento político. Entre os intelectuais que se auto-consideravam progressistas e que participaram entusiasticamente das ações propagandísticas do governo Wilson, estava John Dewey. Segundo Chomsky (2003, p.11):

“... John Dewey tinha um grande orgulho (...) em ter demonstrado que o que eles chamavam de ‘os mais inteligentes membros da comunidade’, isto é, eles mesmos, foram capazes de convencer uma população relutante a participar de uma guerra depois de aterrorizá-la e induzi-la a um fanatismo patriótico. Os meios utilizados foram bastante amplos. Por exemplo, houve uma grande fabricação de atrocidades atribuídas aos bárbaros germânicos, bebês belgas com seus braços arrancados, toda sorte de coisas horróricas que você ainda lê nos livros de História. Grande parte disso foi inventada pelo ministério de propaganda britânico, comprometido na época – segundo consta de seus planos secretos – em ‘direcionar o pensamento da maior parte do mundo’.”

O departamento de propaganda britânico queria manipular a maneira de pensar da população do Reino Unido fabricando atrocidades atribuídas aos alemães. Se a idéia era a de – ao mesmo tempo – exportar tais invenções para as elites intelectuais norte-americanas, induzindo-as a disseminar a histeria militarista antigermânica por toda a sociedade dos Estados Unidos, parece forçoso reconhecer que o objetivo foi atingido. Com louvor.

Há, nesse episódio, uma lição a ser assimilada: a propaganda de Estado, se é apoiada pelas classes cultas, num ambiente em que se impede qualquer tipo de divergência, costuma produzir um impressionante efeito. A lição foi aprendida por Hitler e, desde então, repetida com frequência.

Walter Lippmann (na época, decano dos jornalistas norte-americanos e teórico liberal-democrata) esteve envolvido com os comitês de propaganda e reconheceu seus feitos. Ele dizia que os comitês de propaganda, considerados por Lippmann como uma

“revolução na arte da democracia”¹², poderiam ser utilizados para “produzir consenso”. Não há como fugir à conclusão de que Lippmann achava que os comitês produziram a concordância da população para ações com as quais a população inicialmente não concordaria, utilizando técnicas de propaganda.

Lippmann achava que a produção de consenso não era apenas uma boa idéia: era algo necessário. Necessário porque, segundo argumentava, “os interesses coletivos confundem completamente a opinião pública” e só podem ser compreendidos e administrados por “uma classe especializada” de “pessoas responsáveis”.

Vinculando as palavras de John Dewey às de Walter Lippmann, constrói-se uma teoria que afirma que apenas uma minúscula elite – a da comunidade intelectual – pode entender questões do interesse comum que nos afetam e que confundem a população em geral. Não é uma visão muito diferente da produzida por Aristóteles¹³, na Antiguidade Clássica. E é surpreendentemente semelhante à visão apresentada por Lênin, na obra *A doença infantil do “esquerdismo” no comunismo*.¹⁴

Segundo Lênin, uma vanguarda de intelectuais revolucionários deve assumir o poder do Estado, apoiando-se nos ombros das revoltas populares, para então conduzir as massas estúpidas (“reacionárias e sem os rudimentos da união de classe”, no jargão leninista)¹⁵ em direção a um futuro que, por incompetência e burrice (“apoliticismo” e

¹² As citações entre aspas, a seguir, atribuídas a Lippmann, foram compiladas por CHOMSKY, Noam. *Controle da mídia: os espetaculares feitos da propaganda*. Rio de Janeiro: Graphia, 2003, p.14 e seguintes.

¹³ ARISTÓTELES. *Obras*. Madeira: Aguilar, 1973. 2ª. Ed.

¹⁴ LÊNIN, V.I. *A doença infantil do “esquerdismo” no comunismo*. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1960.

¹⁵ *Idem*, p.50

“estreiteza grupal”, nas palavras exatas de Lênin)¹⁶, elas não podem antever por si próprias.

Teóricos liberal-democratas, como Dewey e Lippmann, estão muito próximos do marxismo-leninismo, nessas concepções ideológicas. Talvez isto explique porque jovens estudantes leninistas transformem-se em respeitáveis pilares da sociedade liberal, duas décadas depois, sem serem afetados por quaisquer sentimentos de crise existencial. Ou como disse Chomsky, com alta dose de ironia:

“É apenas uma questão de ter acesso ao poder. Talvez um dia ocorra uma revolução popular, e ela nos coloque no poder do Estado; ou talvez isto não aconteça e, nesse caso, trabalharemos para as pessoas que detêm o poder real: a comunidade dos empresários. Em qualquer hipótese faremos a mesma coisa. Conduziremos as massas estúpidas em direção a um mundo que elas são burras demais para entender por conta própria”.

A teoria da democracia progressista, elaborada por Lippmann, está solidamente estruturada com bases aristotélicas e escolásticas. Ele argumentava que uma democracia tem várias classes de cidadãos (aqui Lippmann involuntariamente traz ecos da sociedade de ordens dos tempos medievais e da sociedade escravocrata da Antigüidade). No topo da pirâmide estão os cidadãos que realizam a condução dos assuntos gerais. É a classe especializada, formada por pessoas que analisam, executam, tomam decisões e conduzem as ações políticas, econômicas e ideológicas. É evidente que quem desenvolve tais idéias considera-se parte integrante desse pequeno grupo e considera natural decidir o que se fazer a respeito de todos os outros.

Quem está fora do pequeno grupo – a grande maioria da população – Lippmann chama de “o rebanho assustado”. Lippmann nos aconselha a evitar o “clamor das ruas e de ser pisoteados pelo rebanho assustado”. A função da classe

¹⁶ *Idem, p.50*

especializada, dos homens responsáveis, é executiva, ou seja: devem pensar, planejar e gerenciar os interesses coletivos. A função do “rebanho assustado”, na democracia, é de ser “espectador” e não participante. Ocasionalmente, o “rebanho assustado” pode emprestar o seu apoio a um ou outro membro da classe especializada. Acontece assim porque estamos numa democracia e não num estado totalitário. Isto se chama eleição. Espera-se que, depois de hipotecado apoio a algum membro da classe especializada, o rebanho desapareça da cena e volte à situação de espectador.

O grande Lima Barreto resumiu esta situação, em nosso país, numa frase magistral: *O Brasil não tem povo; tem público.*¹⁷

Há um princípio moral atuando por trás disso: se a massa da população é estúpida demais para entender o que acontece, não podemos permitir que ela participe da condução dos assuntos públicos, pois os problemas se multiplicariam. Seria imoral e inconveniente permitir que o “rebanho assustado estoure”, pisoteando e destruindo o que apareça pela frente. Para domar o “rebanho assustado”¹⁸ deve-se utilizar a nova revolução na arte da democracia: a fabricação de consenso.

A classe política e os tomadores de decisão devem ser supridos por um tolerável senso de realidade, mas devem ser doutrinados com as convicções convenientes, para servir às pessoas com poder *real*, as donas da sociedade. Os membros da classe especializada devem introjetar crenças e doutrinas que servem aos interesses do grande poder privado.

¹⁷ BARRETO, L. *Prosa seleta*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2001.

¹⁸ *Aqui terminam as citações, feitas por Chomsky, de termos elaborados por Walter Lippmann.*

George Kennan (1982; p.151) retoma um argumento de Reinhold Niebuhr (influente teórico e crítico de política externa, chamado do ‘o teólogo do *establishment*’, muito citado pelos políticos da família Kennedy) ao dizer que a racionalidade é um dom para ínfima parcela da população. Apenas emoções e impulsos guiam a maioria das pessoas. Os que possuem racionalidade precisam criar “ilusões necessárias” e “supersimplificações” que provocam um seqüestro emocional para manter os simplórios sob controle. Esta percepção é parte substancial da ciência política contemporânea.

No período entre-guerras, Harold Lasswell¹⁹ (um dos fundadores da moderna disciplina da comunicação) considerava que não deveríamos sucumbir ao “dogmatismo democrático que diz que os homens são os melhores juízes dos seus próprios interesses”. Os homens comuns não são; a classe especializada é o melhor árbitro dos interesses públicos! À margem da moralidade elementar, a classe especializada precisa se certificar que os homens comuns não tenham oportunidade de agir baseados em seus julgamentos enganosos. Criticando estas premissas, Chomsky leva o raciocínio de Lasswell às últimas conseqüências:

No caso de um Estado totalitário ou militarista, como se diz hoje em dia, é fácil. Você apenas segura um cassetete sobre suas cabeças e, se saírem da linha, você arrebenta seus crânios. Mas na medida em que a sociedade se torna mais livre e democrática, você perde essa capacidade. Portanto você tem que recorrer às técnicas de propaganda. A lógica é clara: a propaganda está para a democracia, assim como o cassetete está para o Estado totalitário. (CHOMSKY, 2003, p.19)

Se o compromisso do Estado é o de controlar a mente da população, é de se esperar que acabe por construir uma indústria de relações públicas. Aqui também os Estados Unidos foram pioneiros. Na época da Grande Depressão ocorreu um

¹⁹LASSWELL Harold. “A estrutura e a função da comunicação na sociedade”. In Gabriel Cohn (org.) Comunicação e indústria cultural. S. Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978 (pp. 105-117).

expressivo crescimento da organização sindical. Em 1935, com o Wagner Act, os trabalhadores conquistaram o direito de sindicalização. O processo democrático estava escapando ao controle da classe especializada. Para manter o rebanho assustado como uma massa de pessoas isoladas, segregadas, solitárias, não se poderia permitir o avanço das organizações sindicais.

A comunidade de empresários resolveu reagir, gastando rios de dinheiro, atenção e doutrina para lidar com o problema da sindicalização por meio da indústria de relações públicas e de organizações como a National Association of Manufactures e a Business Roundtable.

A primeira ação do empresariado ocorreu em 1937, durante a Greve do Aço, na Pensilvânia. A nova técnica para destruir os sindicatos não se baseava em vandalismo ou violência, mas por um método muito mais sutil. A idéia era colocar a população contra os grevistas, apresentando-os como desagregadores que se voltam contra os interesses da coletividade. A argumentação é a seguinte: os empresários, os trabalhadores e as donas de casa possuem interesses comuns; querem estar juntos e desfrutar de harmonia, trabalhar juntos e amar a pátria. Mas os grevistas maus estão nas ruas, desagregando a sociedade, criando problemas, destruindo a harmonia e agindo contra os interesses do país. É necessário detê-los para seguir vivendo harmonicamente. O executivo da grande corporação e o faxineiro possuem os mesmos interesses. Eles podem trabalhar juntos, em favor do americanismo, e podem gostar um do outro.

Essa mensagem foi divulgada pela comunidade de negócios, que usou de grande quantidade de recursos para amestrar a mídia. A técnica, que funcionou de

maneira muito eficaz, ficou conhecida como a “fórmula de Mohawk Valley”, chegando a ser considerada como o “método científico para acabar com as greves”.

E assim, a opinião pública foi mobilizada em torno de um conceito vazio como “americanismo”. Quem pode ser contra o “americanismo”? Quem poderia ser contra a “harmonia”? Ou, como no episódio em que Israel devolve alguns territórios aos palestinos, na Faixa de Gaza (que será o objeto de nossa análise, mais adiante), quem – na comunidade internacional – pode ser contra a devolução? Quem pode ser contra? Tudo isso é extremamente vago. Eis o ponto. *Slogans* de relações públicas como “devolver os territórios de Gaza” não significam nada. Significam tanto quanto saber se você é a favor da luta contra a AIDS ou do crescimento econômico de 5% ao ano. É claro que existe uma questão por trás disso, que é a seguinte: “você apóia nossa ação política?”. Essa é a pergunta que não pode ser feita, pois quem possui o poder não quer que a população reflita sobre a questão. Estamos diante da característica fundamental da boa propaganda: a criação de um *slogan* de que ninguém discorde.

Ninguém contradiz o *slogan*, exatamente porque ele nada significa. O valor principal é desviar a atenção sobre a questão principal que é: “você apóia nossa ação política?”. É sobre a ação política que não se deve permitir a discussão. Assim, as pessoas ocupam-se em discutir a devolução de parte dos territórios da Faixa de Gaza. Quem seria capaz de dizer: “É claro que eu não apóio a devolução de parte dos territórios de Gaza, para os palestinos.”

Se ninguém nega o *slogan*, então o Estado de Israel vence. Estamos no reino da harmonia, estamos juntos nos esforços pela paz, aderimos ao gesto generoso da devolução. Certificamo-nos de que não teremos entre nós essas pessoas más que nos

perturbam a harmonia com a conversa de “imperialismo judeu”, direitos do povo palestino, acesso à água e outras coisas do tipo...

Chomsky pronuncia-se da seguinte forma, em relação à indústria de relações públicas:

“É muito eficiente. (...) Certamente é tudo muito bem pensado. As pessoas da indústria de relações públicas não estão nisso por diversão. Elas estão trabalhando. Estão tentando inculcar os valores corretos. Na verdade, elas têm uma concepção de como deve ser a democracia: um sistema no qual a classe especializada é treinada para trabalhar a serviço dos seus mestres, os donos da sociedade. Os demais, o restante da população, devem ser privados de qualquer forma de organização, o que evita problemas. Devem ficar sentados sozinhos diante da televisão, tendo suas cabeças marteladas pela mensagem que diz que os únicos valores da vida são possuir cada vez mais bens de consumo ou viver como aquela família a que você está assistindo e cultivar valores virtuosos, como a harmonia”. (CHOMSKY, 2003, p.24)

O espectador pode até pensar que a vida não é apenas aquilo. Mas ele está sozinho diante do aparelho. Sente-se meio louco, quando pensa em negar o que se passa no vídeo. Afinal, as coisas só acontecem se aparecem na telinha... E como ao espectador é negado qualquer tipo de organização (esta negação é absolutamente crucial), ele nunca terá como verificar, debatendo com outras pessoas, se está realmente enlouquecendo. Então o espectador aceita, porque só lhe resta esta alternativa.²⁰

As ações de propaganda e de relações públicas funcionam como verdadeiras “fábricas de opinião”. Os produtos manufaturados pelas “fábricas de opinião” são construídos com grandes quantidades de componentes amedrontadores. O rebanho tem que se manter convenientemente assustado porque, a menos que estejam adequadamente intimidadas e esmagadas sob todos os tipos de ameaças, capazes de

²⁰ As idéias sobre controle da mídia, apresentadas por Chomsky, nos levam para muito perto do conceito de espiral do silêncio, formulado pela socióloga alemã Elisabeth Noelle-Neumann. Para conhecer os elementos básicos da teoria da espiral do silêncio é interessante consultar SOUZA (2002, p.170-174).

promover a destruição do rebanho física ou espiritualmente, as pessoas podem começar a pensar, o que é perigosíssimo, se consideramos que elas não têm discernimento para isso.

Fabricou-se opinião no decorrer da campanha de Ronald Reagan à presidência da República. Havia uma rejeição avassaladora às propostas sobre armamentos e redução de gastos sociais do então candidato à presidência. Mas os fantasmas de aumento do poderio bélico soviético e de recessão econômica foram devidamente agitados diante do eleitor, para fazê-lo mudar de opinião. Quem preferia gastos sociais aos gastos militares sentia-se o único com essas “idéias despropositadas” na cabeça. Não sendo possível compartilhar esses pensamentos com outras pessoas (o que permitiria elaborá-los e reforçá-los), o eleitor se sentia um estranho no ninho e acabava “mudando” de opinião.

Como o rebanho assustado nunca será inteiramente domesticado, há uma batalha permanente em que a propaganda e as relações públicas são armas para a fabricação da opinião. Na década de 1960 ocorreu um momento em que a insubmissão do rebanho era evidente. Ironicamente, o movimento em favor do final da Guerra do Vietnã foi considerado pela classe especializada como uma “crise da democracia”.

Para enfrentar a tal “crise da democracia”, a classe especializada cunhou uma denominação técnica específica: “síndrome do Vietnã”. O intelectual Norman Podhoretz definiu, em 1970, a “síndrome do Vietnã” como “as inibições doentias contra o uso de força militar”. Podhoretz achava doentias as restrições contra a violência e não entendia porque a população norte-americana achava errado que os *mariners* saíssem por aí torturando, matando e explodindo as outras pessoas...

O jornal *Washington Post*, no decorrer da Guerra do Golfo, em 1991, parecia ressuscitar as teses de Podhoretz. Considerou necessário inculcar nas pessoas o respeito pelos “valores marciais”. Tem lógica: se for necessário erigir uma sociedade violenta que use a força – mundo afora – para atingir os objetivos da elite doméstica, há que se valorizar as virtudes marciais, sem “inibições doentias”. Sem “síndrome do Vietnã”!

Por último, é necessário deturpar a História. Para superar as tais inibições doentias diremos que, quando atacamos e destruimos alguém, estamos na verdade nos protegendo e nos defendendo de monstros agressores. Se os EUA bombardearam o Vietnã é porque estavam defendendo o Vietnã de alguém. No caso, dos próprios vietnamitas que se deixaram levar pela cantilena comunista. Como dizia Adlai Stevenson, que trabalhou para John Kennedy, “estamos defendendo o Vietnã do Sul das agressões internas produzidas pelos vietcongs do Vietnã do Sul”.

Quem realmente exerce o *poder*, controla a mídia. Quando o sistema educacional e o saber acadêmico agem de maneira conformista, é possível fabricar opiniões e reconstruir a realidade. Usando palavras de Noam Chomsky:

“... A situação mundial como é apresentada ao público tem apenas uma vaga semelhança com a realidade. O cerne da questão está enterrado debaixo de edifícios de mentiras e mais mentiras. [...] Tal feito foi obtido em condições de liberdade, o que é por demais interessante. Não é como acontece num Estado totalitário, onde é indispensável o uso da força. Se quisermos entender nossa própria sociedade, temos que refletir sobre esses fatos.”(CHOMSKY, 2003, p.33)

1.6 Enquadramento e jornalismo: perspectivas teóricas

O jornal *O Estado de São Paulo*, no início da década de 1970, realizou uma campanha de assinaturas com a utilização de um *slogan* que marcou época: “*O Estado de São Paulo* – o espelho do mundo, visto por olhos nos quais você confia”.

A campanha publicitária induzia a considerar que *O Estado de São Paulo*, se é um “espelho do mundo”, produz notícias sem distorção. No entanto, a imagem triunfalista de neutralidade, de “espelho”, soava tão improvável, que o próprio anunciante decidiu atenuá-la. As palavras finais do slogan parecem justificar as eventuais escolhas políticas ou filosóficas do jornal: se o olhar da empresa jornalística focar determinado acontecimento a partir de um juízo de valor, o leitor poderia confiar no senso democrático e de defesa dos interesses públicos dos profissionais que produziam a notícia.

Se a empresa jornalística que apregoava sua própria neutralidade, sentiu a necessidade de reconhecer implicitamente que esta neutralidade é, na prática, improvável, quem analisa a produção jornalística deve levar em consideração motivações ideológicas, econômicas, políticas, culturais e sociais que estão implícitas nas matérias. A análise de enquadramento, nestas condições, apresenta-se como uma abordagem apropriada para o estudo de matérias jornalísticas, pois produz resultados que evidenciam as abordagens implícitas na sua produção.

A análise de enquadramento é uma técnica de análise de matérias jornalísticas que resalta o caráter construído da mensagem. Desnuda a existência de uma ideologia e/ou interesses endógenos, entranhados em textos supostamente objetivos, imparciais e meramente descritivos.

O enquadramento refere-se à natureza do texto jornalístico em geral, numa perspectiva sociocultural e política. Não se aventura em perscrutar as motivações pessoais ou a atuação profissional dos autores das matérias. A análise busca identificar as estratégias textuais e representações contidas em um *corpus*,

estabelecendo, por exemplo, contrastes entre coberturas diferentes que, numa simples leitura, podem parecer semelhantes.

A análise de enquadramento tem sua origem fora do campo das Comunicações, como informa o Prof. Dr. Murilo César Soares:

*“Enquadramento (framing) é um conceito surgido na Sociologia e trazido para os estudos de comunicação, sendo empregado para referir-se às propriedades construtivas das representações jornalísticas. As referências originais desse conceito vêm da obra *Frame Analysis*, do sociólogo norte-americano Erving Goffman (1974), na qual os enquadramentos são definidos como marcos interpretativos construídos socialmente, que permitem às pessoas atribuírem sentido aos acontecimentos e às situações sociais, basicamente, respondendo à pergunta: “o que está acontecendo aqui”? Ou seja, trata-se de um processo de definição de situação, implicando construção de sentido para os eventos cotidianos.” (SOARES, s/d)*

Autores norte-americanos levaram o conceito de enquadramento para os estudos de comunicação, considerando que o enquadramento é uma característica essencial das notícias, as quais definem a realidade e balizam o entendimento da vida contemporânea. Todd Gitlin²¹, professor de Berkeley, propôs uma definição clara e sistemática do conceito, para a área das Comunicações, que serviria de base para diversas pesquisas sobre enquadramentos da mídia:

*“Os enquadramentos da mídia... organizam o mundo tanto para os jornalistas que escrevem relatos sobre ele, como também, em um grau importante, para nós que recorremos às suas notícias. **Enquadramentos da mídia são padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, de seleção, ênfase e exclusão, através dos quais os manipuladores de símbolos organizam o discurso, seja verbal ou visual, de forma rotineira**” (GITLIN, 1980, p. 7; palavras realçadas no original; apud PORTO, 2004).*

Baseando-nos em publicação do Prof. Dr. Murilo Cesar Soares (SOARES In: DUARTE, 2006, p.450-465.) iniciamos, aqui, uma rápida apresentação dos estudos sobre enquadramento para os estudos de comunicação.

²¹ GITLIN, T. *The Whole World is Watching*, Berkeley: University of California Press, 1980.

1.6.1 Os dispositivos de enquadramento.

Ao iniciar a construção de uma pesquisa de enquadramento pelos meios de comunicação, D'Angelo (2002) observa que os pesquisadores devem assinalar palavras e imagens associadas a esse enquadramento, existentes no texto escolhido para ser o *corpus* da pesquisa. Serão identificadas, a seguir, intenções jornalísticas, estruturas discursivas, conteúdos e formatos que integram palavras e imagens de uma notícia – partes constitutivas de um determinado enquadramento. Podem-se chamar esses elementos que integram os enquadramentos como “dispositivos de enquadramento”.

D'Angelo cita uma série de dispositivos de enquadramento, que foram propostos, por estudiosos, para analisar uma grande variedade de eventos.

- 1- Gitlin (1980), estudando a cobertura noticiosa sobre a interação entre uma entidade estudantil e a sociedade democrática, observou dispositivos de enquadramento como banalização, polarização, ênfase no dissenso interno, marginalização.
- 2- Iyengar e Kinder (1987) utilizaram três dispositivos em uma análise de enquadramento, em coberturas sobre problemas sociais, usando o conceito de responsabilidade: a) o presidente era responsável pela causa e solução do problema (condição aumentada); b) outros agentes eram responsáveis pelo problema (condição de desconto); e c) nenhuma pessoa identificável era responsável (condição agnóstica).
- 3- Neumann et al (1992) encontraram dispositivos de enquadramento baseados em palavras que ora sugeriam “interesse humano”, ora “conflito”, a partir dos quais se definiam ou uma política ou um problema social.

Price et al (1997) chegaram a resultados semelhantes, identificando três dispositivos de enquadramento, chamados “conflitos”, “interesse humano” e “conseqüência”, com base nas palavras utilizadas em reportagens sobre questões sociais.

- 4- Semetko e Valkenburg (2000), num estudo sobre a imprensa holandesa, identificaram quatro dispositivos de enquadramento freqüentes: o mais costumeiro é o **enquadramento de conflito**, que sempre se observa nas coberturas das campanhas eleitorais, momento em que o debate complexo sempre dá lugar à oposição simplista (a ênfase no conflito tem levado os meios de comunicação a serem responsabilizados pelo cinismo público e à desconfiança em relação aos líderes políticos); a seguir temos o **enquadramento de interesse humano**, que destaca a emoção, levando ao envolvimento que personaliza e dramatiza a notícia; há também o **enquadramento das conseqüências econômicas**, que enfoca um evento em relação aos seus resultados econômicos para grupos, indivíduos e países; o último enquadramento freqüente, identificado por Semetko e Valkenburg é o **enquadramento da responsabilidade** que atribui a responsabilidade por um problema ao governo, a um grupo ou ao indivíduo.

D'ANGELO conclui que há uma grande variedade de concepções dos dispositivos de enquadramento, sendo que os pesquisadores – devido à natureza competitiva do campo de pesquisa – são encorajados a usar métodos analíticos diversificados, como a análise de conteúdo e a análise do discurso, para ancorar teoricamente os dispositivos utilizados.

1.6.2 Análise de discurso e enquadramento.

Observemos, agora, a aplicação das análises de discurso ao estudo de enquadramento:

Começamos com CARRAGEE e ROEFS (2004). Eles politizam o conceito de enquadramento, argumentando que os enquadramentos expressam as relações de poder, na sociedade e na política. Vincula-se, aqui, a análise de enquadramento ao estudo de como acontece a disputa pela hegemonia ideológica. Os enquadramentos podem balizar o discurso de tal forma, que acabam sendo aceitos como descrições transparentes dos fatos (ou manifestações do senso comum), ao invés de serem percebidos como interpretações. Para os autores, os enquadramentos são ferramentas (ou armas!) utilizadas por múltiplos atores sociais, incluindo políticos, organizações e movimentos sociais. As reportagens seriam como arenas de luta entre enquadramentos rivais, nos quais atores políticos competiriam pela construção social da realidade.

Nessa luta, em que cada grupo de atores utiliza seus enquadramentos para definir posições e emitir juízos, as chamadas elites acabam geralmente favorecidas, devido à disponibilidade de recursos econômicos, ao fato de que é mais fácil coletar notícias em instituições e à tendência dos repórteres em atribuir maior credibilidade a fontes oficiais do que aos seus desafiadores. Não surpreende, portanto, que CARRAGEE e ROEFS atribuam muita importância, nas pesquisas sobre o enquadramento, à análise das questões ligadas às relações de poder.

MC LEOD e DETEMBER (1999) também aplicam a análise de discurso à pesquisa de enquadramento. Eles partem da premissa de que pesquisas norte-americanas documentam a clara postura de favorecimento jornalístico ao *status quo*. Acusam, também, a existência de uma “prevenção contra o protesto”: as reportagens

sobre manifestações públicas tendem a focalizar a aparência dos manifestantes, ao invés de suas posições; a realçar eventuais ações violentas; apresentá-los como desordeiros em oposição à ação da polícia e ridicularizar seus objetivos.

Os autores identificaram, nos meios de comunicação dos EUA, um procedimento orquestrado de marginalizar, invalidar e demonizar as manifestações públicas, por meio de enquadramentos narrativos que sobrevalorizam as fontes e definições oficiais. Caminhando no mesmo sentido de McLeod e Detenber, BENNETT e colaboradores (2004) estudaram a cobertura jornalística das reuniões do Fórum Econômico Mundial, entre 2001 e 2003. Os estudiosos demonstraram que o noticiário do *New York Times*, embora tenha dado grande destaque aos protestos contra o encontro, representou os manifestantes contrários ao Fórum como, na sua maioria, anônimos que ameaçavam a ordem civil violentamente. Na verdade, os distúrbios contra a ordem pública foram ínfimos e os transtornos na vida dos cidadãos comuns simplesmente não ocorreram.

1.6.3 Enquadramento e efeitos sobre a audiência.

Outra perspectiva teórica, para a análise de enquadramento, é a de se colocar ênfase nas preocupações com o efeito sobre as audiências. Dentro dessa premissa, Scheufele (1999) classifica as abordagens de pesquisa do enquadramento em dois tipos: enquadramento do assunto pelos meios (*media frames*) e enquadramentos individuais. Enquanto o primeiro tipo se refere ao enquadramento dentro do terreno especificamente jornalístico, a segunda modalidade focaliza os enquadramentos dos leitores das reportagens, buscando uma nova linha de investigações de tipo experimental.

De acordo com estes estudos, os meios noticiosos (ao enfatizar e repetir determinada informação) permitem que a audiência se familiarize com determinados conceitos. Esta familiaridade comporta a elaboração de julgamentos construídos de pensamentos laterais ou “atalhos cognitivos”. As conclusões da audiência nem sempre são as que eram esperadas pelos emissores...

Isto ocorre porque a ambigüidade inerente à mensagem reforça o peso do contexto cognitivo ou sociocultural do processo de significação e de interpretação. Em outras palavras, nos meios de comunicação, o significado vai além da intenção na maior parte do tempo.

Parece forçoso reconhecer que os indivíduos processam e interpretam as informações recebidas de acordo com enquadramentos mentais, que se construíram no decorrer de suas vidas. Cada indivíduo esculpiu uma escala de valores básicos, com sua vivência. E esta escala de valores é utilizada para embasar o posicionamento político individual. Shen e Edwards (apud SOARES) observam que não é por acaso que políticos hábeis (e muitos meios de comunicação) utilizam alguns valores considerados universais para enquadrar alguns assuntos. Liberdade, igualdade, busca da felicidade pessoal, democracia, liberalismo, solidariedade, dependendo do tema a ser abordado, são enquadramentos usados com o objetivo de conseguir a adesão da audiência.

Shen e Edwards, acompanhando a cobertura realizada pela imprensa em relação à reforma do sistema previdenciário, observaram que a escala de valores dos leitores (que realçam a solidariedade, em alguns casos; o individualismo, em outros) interagem com os enquadramentos dos textos produzidos pela imprensa, interferindo na percepção dos fatos apresentados no noticiário. Valores morais e existenciais, que

os indivíduos consideram fundamentais e que são utilizados no dia-a-dia, são facilmente acessados: as matérias jornalísticas podem ativá-los, tornando-os decisivos na interpretação e julgamento do que é noticiado.

Shen e Edwards concluem que há forte nexos entre valores individuais e os enquadramentos produzidos pelos meios de comunicação, se os valores em jogo são importantes para os leitores.

MC LEOD e DETENBER (1999) chegam a conclusões muito semelhantes a Shen e Edwards, quando estudam a “prevenção contra o protesto”. Descrevem a existência de um tipo de enquadramento que induz a audiência ter uma percepção negativa sobre participantes e assuntos relacionados às manifestações públicas. Observaram que, de um lado, os enquadramentos são quase sempre inequívocos em relação ao apoio ao *status quo*. De outro lado, os leitores têm maior, ou menor, identificação com os manifestantes de acordo com variáveis existenciais ou comportamentais. Entre estas variáveis estão: apoio ao direito de expressão; preconceito em relação à ação policial; percepção de que a manifestação tem apoio do público em geral; crença de que o protesto ocorre por motivos válidos e tem chances de ser vitorioso; e admiração pelo vulto da manifestação que se transforma em notícia.

Ainda no terreno da análise dos efeitos dos enquadramentos sobre a audiência D'ANGELO (2002) diz que estes enquadramentos são afetados por um fluxo de procedimentos sociais (como, por exemplo, os discursos dos governantes, a oratória dos candidatos, a dinâmica dos movimentos sociais). Esse fluxo gera opiniões, que a audiência repercute nas conversas informais, indicando que os enquadramentos não são de mão única. Assim, os movimentos sociais modelam seus discursos de tal forma que sejam admitidos pelas editorias e possam aparecer nos noticiários; de outro lado,

ao interagir com os enquadramentos das notícias os movimentos sociais conseguem atenuá-los ao mesmo tempo em que conseguem divulgar a visão de mundo que eles representam.

1.6.4 Modelos de pesquisa de enquadramento.

Encerrando este breve panorama teórico sobre análise de enquadramento, analisaremos os modelos típicos das pesquisas sobre o tema. Segundo D'ANGELO (2002) existem três modelos (que ele prefere chamar de *paradigmas*): o cognitivo (por negociação), o crítico (por dominação) e o construcionista (por constrangimento).

De acordo com o paradigma cognitivo, os jornalistas utilizam enquadramentos que compartilham valores utilizados pela audiência, permitindo que as informações veiculadas se associem aos conhecimentos que o receptor já possui. Assim, as informações emitidas tornam-se imediatamente acessíveis permitindo a tomada de decisões e a formulação de juízos. O contato entre o enquadramento noticioso e a experiência de vida do indivíduo permite a negociação entre as idéias embutidas na informação e a estrutura de construção de significados, já existente na mente do receptor. Estamos em uma via de mão dupla: o ponto de partida é o conhecimento acumulado pela experiência de vida do receptor, que serve de mediador do poder dos enquadramentos e que define quais serão as avaliações e, eventualmente, decisões a serem tomadas; no outro sentido, observa-se que os enquadramentos noticiosos produzem novas associações semânticas nos esquemas individuais, de modo que as notícias, codificadas em enquadramentos, interagem com o conhecimento prévio, atualizando os esquemas cognitivos do receptor.

Ao se analisar os enquadramentos a partir do modelo crítico, evidencia-se a importância das rotinas de captação de notícias. Os jornalistas, ao utilizar essas rotinas

para produzir informações sobre temas e acontecimentos, reforçam as perspectivas e os valores das elites econômicas e políticas. A visão de mundo das elites domina os enquadramentos: por consequência, domina também o noticiário e até as audiências. D'ANGELO (2002) exemplifica a utilização do modelo crítico apresentando um estudo de Martin e Oshagen (1997). Estes pesquisadores acompanharam e analisaram a cobertura jornalística sobre o fechamento de uma fábrica da General Motors. O noticiário ressaltou que o processo de globalização e a consequente necessidade de modernização das estruturas produtivas levam a algumas decisões corporativas que são amargas, porém necessárias. A partir dessa base conceitual, as notícias giraram em torno do processo de adaptação dos trabalhadores e da coletividade (no entorno da fábrica fechada) a essa decisão dura, porém necessária. Martin e Oshagen consideram que o enquadramento foi produzido a partir de uma ideologia de elite, que é hegemônica: assim, a manutenção da competitividade macroeconômica legitima a redução da oferta de emprego. De acordo com esse enquadramento, não restaria aos cidadãos atingidos outra possibilidade, senão a de aceitar a fatalidade pelo bem da economia de seu país. Diante dos fatos analisados, Martin e Oshagen concluem que os enquadramentos de dominação (ou seja, construídos a partir de conceitos ideológicos que legitimam o poder dominante) amputam, no debate, os eventuais enquadramentos dos grupos não-hegemônicos. Há, nessa situação, evidente restrição ao jogo democrático, onde é absolutamente necessária a livre manifestação e difusão de idéias e percepções, independentemente de quem as produziu.

Chegamos ao modelo construcionista (ou de constrangimento). Nesse modelo, os jornalistas processam as informações, alojando-as em pacotes interpretativos. Estes pacotes são balizados por interpretações provenientes de “autoridades” no assunto e apresentados como inequívocos. A estrutura monolítica desses pacotes interpretativos

exige aceitação integral, fazendo *tabula rasa* da estrutura de construção de significados, já existente na mente do receptor.

A consciência política do receptor passa por forte constrangimento, sendo soterrada pelos pacotes interpretativos construcionistas. Como os parâmetros para o debate foram impostos (não importando muito aqui, se a imposição é tecnocrática ou simplesmente totalitária), ficam excluídas as percepções e objetivos dos grupos sociais não-hegemônicos e das pessoas que não possuem qualificações formais que as façam “autoridades” sobre o tema em debate. Os enquadramentos construcionistas tendem a ser produzidos para utilização por um longo período de tempo, transformando-se em bases conceituais que serão utilizadas pelos indivíduos para formar opinião sobre os temas enquadrados. D’ANGELO (2002) exemplifica essa situação com base em estudos de GAMSON e MODIGLIANI (1989) sobre a apresentação dos usos e desenvolvimentos da energia nuclear como sinônimo de “progresso”, pela imprensa norte-americana, no decorrer dos anos “quentes” da Guerra Fria (1945-1970).

D’Angelo (*op. Cit.*) conclui que é costumeiro observar a mescla (ou síntese) das análises de enquadramento, nos trabalhos que ele estudou para construir sua tipificação de modelos (ou *paradigmas*) de pesquisa. Embora a abordagem multiparadigmática seja a regra, esta dissertação seguirá pela senda do modelo crítico (ou de dominação).

1.6.5 O uso do enquadramento, nessa dissertação.

Os enquadramentos de notícias são construídos por palavras, metáforas, conceitos, símbolos, ironias, imagens visuais, insinuações e sugestões da narrativa noticiosa. Esses recursos narrativos induzem a percepções e compreensões particulares a respeito dos eventos.

Há imagens e palavras que são repetidas e reforçadas, realçando fortemente determinadas idéias no texto, enquanto outras idéias ficam esmaecidas ou inteiramente invisíveis. É difícil discernir a ação de enquadramento porque muitos artifícios podem parecer “naturais”, aparentando simples escolhas estilísticas. Quando comparamos diferentes textos sobre o mesmo tema é que se observa que as escolhas não são inevitáveis ou não-problemáticas: determinadas palavras são cruciais para determinado enquadramento ou interpretação do evento. Os fatores essenciais do enquadramento são seleção e saliência: “Enquadrar é selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e torná-los mais salientes num texto comunicativo, de modo a promover uma definição de problema particular, uma interpretação causal, avaliação moral e ou recomendação de tratamento” (ENTMAN, 1993).

Os enquadramentos refletem a distribuição do poder econômico, social e político, o que nos conecta à questão da hegemonia ideológica e ao conceito de Modelo de Propaganda, utilizado por Chomsky. Os enquadramentos podem dominar de tal forma o discurso, a ponto de serem tidos como senso comum ou descrições transparentes dos fatos, ao invés de interpretações. Os enquadramentos que interessam às elites são geralmente favorecidos, devido a seus recursos econômicos, à centralização da coleta de notícias em instituições poderosas e à tendência dos repórteres a atribuir maior credibilidade a fontes oficiais do que aos seus desafidores.

Se os enquadramentos observados, no prosseguimento dessa dissertação, resultarem de rotinas de captação de notícias pelas quais jornalistas produzam informações de acordo com a perspectiva de valores sustentados pelo governo israelense, terá sido verificada a provável pertinência do Modelo de Propaganda para a análise da cobertura da devolução dos territórios da Faixa de Gaza.

Podemos admitir a existência de dois planos de enquadramento de notícias: como princípios mentais ou esquemas que os jornalistas aplicam ao processamento da informação e como características do texto noticioso (ENTMAN, 1991). O primeiro plano, embora de evidente interesse para os estudos de comunicação, nos leva para a psicologia cognitiva e de volta à sociologia. No segundo plano (que nos interessa mais de perto), os enquadramentos encontram-se nas propriedades específicas da narrativa noticiosa, encorajando percepções e pensamentos sobre eventos e compreensões particulares sobre eles.

2 Os telejornais brasileiros.

Ao iniciar a análise dos telejornais, reiteramos a observação de que, diferentemente dos sistemas políticos totalitários (nos quais a força física pode ser facilmente usada para coagir a população como um todo), as sociedades democráticas precisam se valer de meios de controle bem menos violentos.

Os telejornais, no contexto democrático, poderiam ser analisados como meios de fabricação de consenso, distorcendo a cobertura das notícias? Para responder esta pergunta, é preciso conhecer como evoluíram e como estão estruturados.

2.1 Imagem e palavra, na TV.

No que se refere ao Brasil, a televisão é o mais importante meio de comunicação de massa. A fascinação exercida pela TV não encanta apenas brasileiros e só pode ser explicada quando admitimos a premissa do canadense Marshall McLuhan: “o meio é a mensagem”. Há que se aceitar o primado da forma sobre a função desempenhada pelo conteúdo da mensagem. O que importa, no fundo, não é o que se assiste na televisão, mas o próprio ato de assistir TV.

A televisão parece hipnotizar. Quem liga o aparelho de TV para assistir um programa determinado, corre o risco de passar horas sob o fluxo de imagens. O discurso da TV integra estruturalmente toda a programação, é um fluxo audiovisual ininterrupto que integra programas e propagandas com os mais variados conteúdos. A utilização do controle remoto ampliou a convergência entre esses dois fatores aparentemente contraditórios: o fluxo integrador e os conteúdos diversos. Tal

convergência leva muitos telespectadores a perderem a capacidade de identificar os contornos que separam a realidade da ficção:

*“A inocência de um desenho animado pode ser interrompida subitamente por um segmento de discurso sobre as propriedades de um biscoito, ao qual se segue um **trailer** de um filme da sessão da noite mostrando cenas de sexo e violência, uma chamada para o telejornal anunciando outras cenas de violência real, sem que nada as diferencie da violência fictícia mostrada há pouco, volta-se a uma propaganda de **lingerie**, a uma apresentadora de minissaia e finalmente ao desenho animado interrompido”.* (KEHL, M. R. 1991:67)

A forma de mosaico transbordou da televisão para todos os segmentos da criação cultural, da literatura ao cinema, produzindo uma junção de partes, períodos, cenas curtas e impondo um imperialismo das imagens que solapam e tornam incompreensíveis as análises de profundidade. O modelo televisivo exige a permanente substituição de signos. Busca-se a novidade constante, embora isto não signifique originalidade constante: costuma-se repetir o que já é conhecido, utilizando-se embalagens novas.

A redundância é uma característica fundamental da televisão e recurso indispensável para manter o espectador fiel à telinha. Não é, como muitos críticos preconizam, imperdoável falha de linguagem: é tão necessária que os manuais de telejornalismo recomendam-na em nome da simplicidade e da clareza exigidas de uma notícia feita para ser ouvida. Nunca é demais lembrar que, ao contrário da notícia de jornal (que pode ser relida), o que é dito pelos apresentadores do telenoticiário não pode ser reapresentado ao espectador que se distrai por um momento.

Outro personagem importante da linguagem televisiva é o comercial. Além da óbvia função de principal fonte de financiamento, o comercial impõe sua “irrefreável tendência à espetacularização absoluta” (REQUENA, apud REZENDE. 2000:34) e introduz agilidade visual com atrações sucessivas, para segurar a audiência. Estes

apelos frenéticos induzem os telespectadores a confundir os limites entre o que está sendo apresentado no programa e o que é inserção publicitária.

A confusão torna-se ainda maior porque a programação tende a buscar o espetáculo e a diversão, o que afeta – inclusive – os telenoticiários. Realidade e ficção se interpenetram, abolindo as fronteiras entre si. Guilherme Jorge de Rezende (op.cit.) nos apresenta uma passagem reveladora dessa situação de fusão entre concreto e imaginário:

*“Recorde-se no final de 1996, durante a exibição da novela **O rei do gado**, a participação de dois senadores “de verdade” – Eduardo Suplicy e Benedita da Silva – no velório do senador Caxias, interpretado pelo ator Carlos Vereza. Meses antes, ocorrera o inverso. Em uma das edições do **Jornal Nacional**, o telejornal de maior audiência do Brasil, o “fictício” senador Caxias aparece ao lado do presidente real do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, pedindo-lhe para acelerar o processo de reforma agrária (o principal tema de fundo da telenovela) e ao mesmo tempo manifesta apoio ao projeto de reeleição (proposta que o Congresso estava apreciando e, se aprovada, permitiria que Fernando Henrique se candidatasse novamente à presidência).*

O discurso televisivo é antes sensorial e afetivo, do que racional. Produz um contato permanente entre o emissor e o receptor, em clima de familiaridade e de conversa íntima. A impressão de diálogo, de bate-papo, é tão forte que alguns telespectadores respondem aos cumprimentos dos apresentadores de TV: “Boa noite”; “um abraço para você”... Como ficar impassível ao olhar simpático, amistoso, solícito que, instalado na sala de visitas (ou no quarto) do telespectador, convidando-o para a cumplicidade.

O discurso televisivo sensibiliza audição e visão, enquanto as mensagens impressas (ou as radiofônicas) atingem um único sentido. A abrangência sensorial – do discurso televisivo – permite a ligação entre imagem e signo sem o uso de referentes: ou seja, não há fronteiras entre o que se vê e o significado do que se está vendo. Quando uma estrela do cinema aparece na telinha, ela é imediatamente

identificada pelo espectador. A informação jornalística impressa é mais exigente, pois precisa da alfabetização para que o receptor inicie a operação de construção do sentido; a informação radiofônica necessita se amparar em referentes numerosos para se dar a compreensão da mensagem que está sendo enviada.

Se considerarmos que a imagem é “uma mensagem sem código”²², então se pode afirmar que o componente visual da mensagem televisiva não necessita – em princípio – do domínio de algum código prévio, por parte do telespectador. Isso faz da televisão um meio extremamente eficaz, pois vence três problemas básicos para quem quer se comunicar: o do tempo (pois a comunicação é imediata); o do espaço (pois a televisão pode transmitir a partir de praticamente todos os lugares); e o do código (pois a linguagem visual é universal).

Estas suposições sobre as imagens nos levam às seguintes inferências: se a imagem é reprodução do mundo concreto, os objetos e elementos da natureza são apreendidos de maneira análoga, independentemente das características culturais do receptor; como a televisão apresenta as imagens em movimento, objetos, figuras e pessoas ganham corporalidade e substância, tornando-os “virtualmente reais” (tomo, aqui, emprestada uma expressão cunhada por Manuel Castells²³).

As imagens, assim, repercutem diretamente sobre a afetividade, sem ter que passar pela mediação do intelecto. Ou, como expressou Guilherme Jorge de Rezende (op.cit., p.40):

²² BARTHES, R. “A mensagem fotográfica”. In LIMA, L. C. (org.) *Teoria da cultura de massa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 303.

²³ CASTELLS, M. *A era da informação: economia sociedade e cultura (volume 1: A sociedade em rede)*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

“Na comunicação audiovisual, portanto, registra-se o predomínio da sensação sobre a consciência, dos valores emocionais sobre os racionais.”

Ao mesmo tempo em que agem diretamente sobre a afetividade, as imagens são consideradas, por vários autores, como atrofiadoras da capacidade imaginativa. A atrofia ocorre em escala proporcional à exposição do telespectador à ação impositiva das imagens televisivas. Ou, na expressão de DEBRAY (1993, p.405):

“Uma civilização da imagem acabaria construindo um mundo sem imaginação em que o ser teria vencido a aniquilação; a ótica, a dialética; e o presente, o tempo. Seria um mundo sem história nem relevo e desprovido de símbolos; um mundo impossível, pois sem possibilidades; abstrato à força de concretude; e de tal modo pleno que acabaria por estar vazio. É desse mundo que estamos nos aproximando de acordo com uma curva assintótica.”

Deixemos em segundo plano a análise da linguagem da TV, em geral: é tempo de estudar, mais de perto, o telejornalismo.

Observa-se em primeiro lugar que, no Brasil, a maioria dos estudiosos (e dos próprios produtores dos telejornais) atribui à imagem a função primordial no processo de codificação das notícias. Esta percepção é muito costumeira entre os jornalistas que trabalham na Rede Globo:

“É com a imagem que a televisão compete com o rádio e o jornal, exercendo o seu fascínio para prender a atenção das pessoas”. (PATERNOSTRO, 1987, P.41)

“A televisão precisa da imagem, o texto é secundário e fica à mercê da imagem. Mesmo no noticiário internacional, por causa do pequeno espaço que recebe, acaba prevalecendo a imagem do espetacular, do sensacional, sem muita preocupação em situar o fato num contexto, explicar o que provocou tudo aquilo, as conseqüências. De vez em quando, dá para acrescentar alguma coisa e, quando isso acontece, é muito bom”. (BIAL, apud REZENDE, 2000, p. 44)

“Respeitar a palavra é muito importante no texto da televisão. Imprescindível, no entanto, é não esquecer que a palavra está casada com a imagem. O papel da palavra é enriquecer a informação visual. Quem achar que a palavra pode competir com a imagem está completamente perdido. Ou o texto tem a ver com o que está sendo mostrado ou o texto trai sua função.” (TV GLOBO, 1984, p.11)

Apesar do aparente consenso sobre a hegemonia da imagem, na televisão e – por conseqüência – no telejornalismo, talvez seja possível defender a tese oposta: a de que o som é fundamental e obrigatório, nas transmissões televisivas. Observa-se que é

possível o cinema mudo (e há quem diga que o cinema mudo é o cinema “puro”), mas a TV muda é inimaginável. Segundo Barthes (1987), o que ocorre é a complementaridade entre texto e imagem, sendo que a emissão verbal realiza a “ancoragem” dos significados; produz a significação conceitual que nos permite seguir acompanhando a programação de TV.

Quem se coloca como observador do cotidiano acaba aceitando a idéia de que a palavra conduz, de fato, o discurso televisivo. A mãe está entretida na cozinha; o pai lê jornal; a vovó está tricotando; a filha está ao telefone. Todos estão, ao mesmo tempo, acompanhando a TV “com os ouvidos”: ao serem estimulados por motivação sonora (jingle, ruído, ou fala de alguém) de vez em quando eles se rendem – em grupo ou individualmente – à atração das imagens correspondentes.

Não é possível ficar diante da tela, se ela transmite – sem sons – cenas de uma telenovela ou de uma entrevista. Ninguém fica mais de um minuto diante de uma transmissão sem voz. Mas o oposto, som desvinculado da imagem, é perfeitamente possível: apesar da perda de muitos elementos da transmissão, há totais condições de se seguir a trama da telenovela ou a evolução do *talk-show*. Ciro Marcondes Filho reconhece a dependência do programa de TV em relação à palavra, além de contrastar essa dependência com a maior liberdade expressiva do cinema:

“Na narrativa da TV, o que importa é o diálogo, a fala, as palavras. Há um atrofiamento das demais formas expressivas (o silêncio, a linguagem dos ambientes, das paisagens, das cenas por si) em favor do texto. No cinema é diferente: os efeitos visuais podem até desprezar as palavras já que o ambiente (e a concentração) da exibição permite que se ampliem as formas de expressão.” (MARCONDES FILHO, 1994, p.16)

No telejornalismo, o poder da palavra é evidente. Não há imagem jornalística que surja soberana, sem os comentários explicativos. A imagem desacompanhada da bitola sonora produz uma situação de perigo, pois sua polissemia é um convite à busca

de significados que podem escapar aos objetivos de quem emitiu a informação. O próprio telespectador, incomodado pela necessidade de abandonar a confortável situação de dependência em relação ao emissor, tende a mudar de canal ou a supor que esteja ocorrendo alguma falha técnica. No telejornalismo, dizer que “TV é imagem” talvez não seja mais do que pronunciar uma frase feita, sem grande vínculo com a realidade.

Em obra literária, ou na estética cinematográfica, a polissemia é qualidade desejável. Mas a mensagem telejornalística busca ser precisa e clara: polissemia, aqui, é risco de caos. Por isso, independentemente do avanço tecnológico aplicado à área jornalística, a forma mais simples de se apresentar uma notícia resiste: o locutor lê um texto, com clareza e precisão. A singela presença do locutor diante do vídeo não ocorre por acaso, nem por deficiências técnicas ou por limitações financeiras.

Por último, os que defendem a primazia da palavra em relação à imagem, no telejornalismo, apresentam um argumento irrefutável: se alguém ouvir, em um dia, o telejornal sem ver suas imagens e, no outro dia, assistir as imagens dos fatos sem as palavras correspondentes, certamente ficará mais bem informado no primeiro dia; no segundo dia, ficará apenas inquieto.

Como nos inclinamos pelo primado da palavra no discurso telejornalístico, torna-se necessário verificar qual é o código lingüístico que as emissoras de TV utilizam com tanta eficácia, permitindo-lhes realizar a comunicação com uma audiência incrivelmente diversificada.

Observa-se, em primeiro lugar, que a linguagem nos dá a dimensão humana e social. A linguagem retira-nos, homens, da solidão e nos permite descobrir os outros homens. Falar com outra pessoa, nos leva ao conceito de oralidade, que antecede ao

conceito de “escrita”. A linguagem escrita, na verdade, não é mais do que uma alternativa ao discurso oral. O oral nos leva além do significado dos vocábulos e das frases, pois utiliza a entonação e o timbre de voz, usa – também – a mímica e o jogo fisionômico.

De certa forma, a escrita é a linguagem oral com mutilações. Escrever eficientemente é reduzir os constrangimentos causados pela falta de alguns elementos expressivos presentes na linguagem oral. A escrita reflete uma situação de comunicação descontextualizada, pois no ato de escrever não ocorre a relação imediata entre emissor e receptor. FRAGA ROCCO (1989, p.31) seguiu, pioneiramente, a mesma trilha de raciocínio quando afirmou que “na escrita só temos acesso ao produto final reelaborado e que, ao refazer-se, acaba por apagar as marcas do próprio processo de produção”.

Na comunicação oral configura-se uma situação real, contextualizada, de comunicação. O emissor e o receptor se encontram e quem fala – graças à interação face a face – pode observar as reações do interlocutor. Como o ato é iterativo, o emissor pode dosar a quantidade de informações a ser emitida, repeti-las se for necessário. O emissor pode abandonar uma frase, deixando-a fragmentada, se perceber que o entendimento já se deu. Para reforçar a expressão de seu raciocínio, pode mudar o ritmo da fala, variar a entonação, gesticular...

Por não passar por qualquer processo de reedição, o oral é mais espontâneo que a escrita. Feita para ser consumida imediatamente, a expressão oral não permite a retenção de grande quantidade de informações: a escrita, produzida para permanecer, é que pode retê-las para o receptor.

O discurso televisivo atende às necessidades do telespectador, que prefere a comunicação próxima da oralidade, com as repetições, autocorreções e outras marcas típicas da língua falada. Como é necessária a simulação do diálogo, para manter o contato com o telespectador, empregam-se regras que caracterizam a comunicação oral. A adequação da mensagem à oralidade reduz os efeitos negativos típicos da relação unilateral. Por isso, é utilizada em todos os gêneros de programas, inclusive os jornalísticos.

Nos telejornais, o texto foi escrito para ser lido. Estamos diante de uma situação específica: um discurso oral produzido. Apresenta-se uma escrita oralizada, que precisa ser coloquial e informal para garantir o envolvimento do receptor. Assim, a linguagem dos telejornais constitui a soma da chamada norma culta (que é própria da modalidade escrita) com a expressão coloquial (com as expressões correntes no bate-papo entre amigos). A linguagem formal preserva os usos lingüísticos da modalidade escrita; a linguagem coloquial utiliza a espontaneidade da modalidade falada.

Para aumentar o grau de eficiência da comunicação, é aconselhável recorrer ao coloquial, desde que ele não fuja aos parâmetros da precisão lingüística. Esta recomendação é encontrada também nos manuais do jornalismo impresso:

*“O texto de jornal deve ter estilo próximo da linguagem cotidiana, sem deixar de ser fiel à norma culta, escolhendo a palavra mais simples e a expressão mais direta e clara possível, sem tornar o texto impreciso”.*²⁴

Embora existam semelhanças entre as recomendações para o uso da palavra, a televisão tem especificidades que estão relacionadas a duas vantagens que possui sobre os meios impressos. A primeira vantagem é a de abolir a barreira do tempo (o

²⁴ *Manual de Redação da Folha de São Paulo. São Paulo: Folha de São Paulo, 1992, p.86.*

que permite noticiar os fatos no exato momento em que eles ocorrem); a segunda vantagem é a de abolir o espaço (pois com as transmissões por satélite, milhões de pessoas podem acompanhar o desenrolar de um evento distante). Ao retransmitir a mensagem no momento em que ela surge, a televisão precisa construir a notícia atenta ao entrosamento máximo entre imagem e palavra. Só esse entrosamento permite a relação direta e imediata com o vivenciado, dando à TV um altíssimo grau de veracidade e de poder referencial.

Armando Nogueira (apud REZENDE, 2000, p.83 e 84) analisa as características do entrosamento entre imagem e palavra, da seguinte maneira:

*“Como na televisão, você tem primeiro um complicador – essa harmonia na conjugação da palavra com a imagem. Ela [a TV] exige que você use a palavra como se usa no jornal [...] para ilustrar uma fotografia. Ou seja, o texto da televisão tem de funcionar um pouco como o texto-legenda. Mas além de ser um texto-legenda, tem de conter uma coisa que é fundamental, que é essa conciliação de duas linguagens, para não perturbar a capacidade de pensar do telespectador, quando se passa para ele uma informação visual acompanhada de palavras que não reforçam aquela imagem que você está mostrando. Ou seja, o conflito das duas linguagens acaba provocando no telespectador um efeito que é o de reter só a informação visual e não reter a informação sonora, a informação verbal. Por isso, é preciso que você ajuste a palavra à imagem de tal maneira que a televisão acaba dando a idéia de que ela é em si um veículo redundante, porque a imagem está mostrando uma coisa e você está reforçando isso que você está mostrando através das palavras. Por que você deve fazer isso? Não só para ajustar, para harmonizar as duas mensagens, mas também para fixar melhor [...] Porque se o veículo é redundante – porque ele é redundante – ele é redundante porque precisa passar a mensagem integralmente. E você sabe que no rádio como na televisão, as palavras voam e as palavras que voam passam e não voltam. No jornal, é fácil você não entender no primeiro momento uma oração, voltar e reler para reter a informação. Na televisão, você não tem essa chance. Você não tem o “replay” na informação jornalística que você vê e revê. Você vê e já foi embora. **Verba volant; scripta manent.**”*

Há, ainda sobre a abordagem das especificidades na relação palavra-imagem, na TV, um trecho do livro *Television News*, inspiração costumeira para os manuais de telejornalismo adotados no Brasil. Irving Fang discorre sobre as diferenças entre as reações dos consumidores de jornais e de TV, ao receberem uma informação:

*“Embora, em muitos casos, o telespectador seja também um leitor de jornais diários, a recepção da informação é diferente porque o **médium** televisão requer*

graus de atenção e participação não tão exigentes quanto os requeridos pela imprensa. Na imprensa, o leitor precisa estar envolvido e concentrado no momento de receber a mensagem. Ele precisa dirigir sua atenção para a palavra impressa, deixando fluir sua imaginação e, com o olhar da mente, elaborar uma imagem correspondente ao que o texto descreve. Situações opostas são suscitadas pela televisão. O telespectador tem uma atitude passiva. Ele não pode ir até as notícias, como poderia fazê-lo, virando as páginas de um jornal. As notícias vêm até ele. Seguem-no se ele levantar-se da cadeira. Seguem-no enquanto ele toma um lanche, na cozinha; seguem-no onde o som da TV estiver ao alcance de seu ouvido. Enquanto ele olha para o vídeo, seu sentido de visão é capturado, mas sua imaginação não é despertada. As notícias de TV não demandam atenção total do telespectador. Sua mente pode vaguear.” (FANG, 1972, p. 122)

As notícias de TV são texto para leitura e audição. Isto explica porque os manuais de jornalismo exigem que o redator leia a notícia em voz alta, assim que a escreve. Podem-se constatar as falhas do texto em tempo de corrigi-las antes que interfiram no trabalho do apresentador do jornal. É como se o ouvido tivesse menos paciência que os olhos, desorientando-se quando contamos a ele uma história monótona ou excessivamente rica em detalhes. Todo o discurso jornalístico deve buscar o vocabulário mais usual e a sintaxe mais simples, em função de seu destinatário final (a audiência) e do seu intermediário (o apresentador, que lerá o texto em voz alta).

Por último: como é destinado à audição, o texto de TV precisa ter sonoridade, no momento em que é proferido. Joelmir Beting, comentarista do Jornal da Band, busca dar musicalidade ao texto jornalístico:

“Você tem de falar assim: pá-pá-pá/pá-pá-pá! Com isso as pessoas começam, sem perceber, a sentir o ritmo gostoso da fala. Para chegar a esse resultado eu até forço um pouco a rima em algumas situações. Se eu ponho “economia”, eu vou rimar com “carestia” e não com “inflação”; eu faço “taxa cambial” com “ajuste fiscal” [...] Eu uso mesmo e não tenho medo de fazer isso, tenho de botar molho nesse texto porque o material é mesmo pesado e o telespectador não agüenta um minuto de conceito econômico.” (apud REZENDE, 2000, p.96)

Eis a notícia acessível do ponto de vista intelectual – pela clareza das informações divulgadas – e emocional – pela simulação de um contato interpessoal, sensibilizando a afetividade do telespectador.

2.2 *Jornal Nacional.*

Começamos nosso estudo referindo-nos a Walter Clark, um dos nomes mais importantes da história da Rede Globo. Foi dele²⁵ a idéia de estabelecer, no já longínquo ano de 1968, o princípio básico da construção da grade de programação da empresa: locar um telejornal – o *Jornal Nacional* – entre duas telenovelas. Clark buscava criar o hábito de se ver TV em família. O pai acompanharia a primeira telenovela, enquanto aguarda o início do telejornal; a mãe assiste o telejornal enquanto espera a segunda telenovela. Numa época em que só existia uma TV por residência, as crianças ficavam sem alternativa senão a de acompanhar a programação escolhida pelos adultos...

A fidelidade familiar à engenhosa e simples grade básica de programação produziu um vertiginoso incremento nos índices de audiência. Walter Clark foi o primeiro profissional da TV brasileira a utilizar a tecnologia dos novos equipamentos de *videotape* para dar padrão à grade de programação. Foi recompensado, pois construiu um virtual monopólio de audiência, que gerou uma elevada captação de recursos na venda da publicidade do horário nobre. O *Jornal Nacional* tornou-se o espaço de programação de maior prestígio do mercado publicitário. Os comerciais veiculados em seus intervalos são os mais caros da televisão brasileira.

As telenovelas geram, também, muita renda. Esta modalidade de programação ganhou características tipicamente brasileiras, embora em suas raízes possamos encontrar marcas do folhetim francês do século XIX, das radionovelas e do cinema de lágrimas latino-americano e da *soap opera* norte-americana. A relação custo-

²⁵ BORELLI, S.H.S.; PRIOLLI, G. (coord.) *A deusa ferida: porque a Rede Globo não é mais a campeã absoluta de audiência.* São Paulo: Summus, 2000, p.19.

benefício²⁶ é muito vantajosa para a emissora de TV: os custos fixos são relativamente elevados, mas podem ser rateados em uma vida útil de aproximadamente 150 capítulos; além das inserções comerciais (quatro blocos, com 04 minutos de comerciais em cada um), há a possibilidade de *merchandising* (meia dúzia, por capítulo, em média).

O padrão de exibição é o seguinte: assim que se encerra o *Jornal Nacional*, aparece a vinheta apresentando a novela; em seguida, espaço para o patrocinador; imediatamente surgem as cenas finais do capítulo anterior, já articuladas às novas imagens do capítulo que se inicia. O mecanismo seqüencial, sem interrupções aparentes entre um programa e outro, é uma interessante estratégia de captura da atenção do receptor, com o objetivo de mitigar seu impulso de utilizar o controle remoto para *zappear*.

Antes de nos determos na análise do telenoticiário faz-se necessário constatar que o modelo de serialização, típico da telenovela, com o objetivo de prender o telespectador, fazendo-o retornar ao mesmo canal no dia seguinte, tem sido utilizado pelo *Jornal Nacional*. Em algumas reportagens especiais, o noticiário repercute o mesmo tema por uma semana inteira. O mesmo ocorre nos grandes *casos*, como o de Suzane Von Richtoffen que, com ajuda do namorado, assassinou seus pais.

Começamos o estudo do *Jornal Nacional*, acompanhando uma ação do jornalista Roberto Marinho – proprietário da Rede Globo – realizada alguns anos antes de morrer. Marinho decidiu historiar parte da aventura de se produzir televisão, em

²⁶ BORELLI, Silvia Helena Simões e PRIOLLI, Gabriel (coord.). *A deusa ferida: por que a Rede Globo não é mais a campeã absoluta de audiência*. São Paulo: Summus, 2000, p 22.

nosso país. A idéia por si só é meritória, mas tropeçou na megalomania do velho *capo* da televisão brasileira: ao invés de se entregar a tarefa a um historiador, cientista social ou jornalista que não fizesse parte da Rede Globo, criou-se, dentro da estrutura da empresa, um núcleo que se intitulou “Memória Globo”. Este núcleo, cujos componentes não assinam os documentos que resultam de suas pesquisas, produziu um livro em 1984 (*Jornal Nacional, 15 anos de história*. Rio de Janeiro: TV Globo, 1984) e outro, vinte anos depois (MEMÓRIA GLOBO. *Jornal Nacional – a notícia faz história*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2004). Esses livros relatam 35 anos de atividade do noticiário mais assistido da TV brasileira.

Estes livros poderiam ter adquirido imprescindível valor histórico. Mas por falta da necessária isenção e de metodologia (os documentos comprobatórios e os textos de referência são apresentados – ou não – esporadicamente, de acordo com as conveniências empresariais) acabaram se tornando uma simples produção memorial.

Feita a ressalva, utilizaremos criticamente as informações destes livros para apoiar parcialmente a análise sobre o *Jornal Nacional*, que se apresenta a seguir.

A família de Roberto Marinho considera que a história da rede Globo se constrói de maneira coerente desde sua fundação, ainda na década de 1920. João Roberto Marinho, ao apresentar o livro sobre o *Jornal Nacional* sentencia:

“O Globo de Roberto Marinho sempre foi mais voltado para a notícia do que para o debate pseudo-intelectual, muitas vezes estéril, tão em moda nos jornais do início do séc. XX. Ele tinha a convicção de que a um jornal não cabe formar opinião, mas oferecer ao leitor as informações relevantes para que ele forme suas próprias opiniões”. (MEMÓRIA. 2004, p. 11),

João Roberto Marinho nos quer fazer crer que seu jornal (e todas as empresas das Organizações Globo) consegue informar sem qualquer ruído ideológico, sem qualquer interferência de interesses econômicos ou políticos. Isto lembra um brilhante

slogan criado pelo Estado de São Paulo, na década de 1970, utilizado nas campanhas de divulgação do matutino da empresa: “Assine O Estado de São Paulo: o espelho do mundo visto por olhos nos quais você confia!”

Acompanhado por Hilton Gomes, Cid Moreira (como faria nos 26 anos seguintes) abriu o noticiário da primeira exibição do programa – em 1º de setembro de 1969 – afirmando que o *Jornal Nacional* seria o integrador “do Brasil novo, com imagem e som de todo o país”. Dirigindo-se diretamente ao espectador, Cid Moreira enfatiza: “É o Brasil ao vivo, aí em sua casa.”²⁷

A técnica de redação e a apresentação das notícias eram totalmente novas e se tornaram modelares para o telejornalismo brasileiro: o texto, lido de forma intercalada pelos apresentadores, era redigido em frases curtas e simples, afastando-se do estilo magnífico que vigorava em outros telejornais.

O *Jornal Nacional* foi construído para ser apresentado simultaneamente em todo o país e atendia aos interesses do regime tecnocrático-militar (que governou o Brasil entre 1964 e 1985), que buscava a integração nacional. Desde o primeiro programa percebia-se, também, a preocupação com a perfeição técnica. Além da EMBRATEL, responsável pela disponibilização da rede, a introdução dos equipamentos de videotape foi fundamental para o salto de qualidade, dado pelo novo programa jornalístico. Armando Nogueira soube sintetizar os vínculos entre perfeição técnica e limitação de conteúdo:

*“Nós queríamos saber se tudo ia funcionar do ponto de vista técnico, estritamente técnico, não estávamos preocupados em fazer, no *Jornal Nacional*, um belo jornalismo, porque isso não seria possível debaixo de uma censura que era exercida de uma forma rigorosa. Nossa preocupação, em matéria de telejornalismo*

²⁷ *Jornal Nacional, 15 anos de história. Op.cit.*

não ia além da forma, do formato, da parte visual, porque sofríamos restrições ao exercício da plena liberdade de informação.”²⁸

Outra análise, realizada por jornalistas desvinculados da Rede Globo (*Revista Imprensa*, São Paulo, junho de 1991, p.23), chega a conclusões semelhantes, usando um viés mais crítico:

“O Jornal Nacional logo se cristalizou como o modelo do telejornalismo brasileiro. Foi o primeiro telejornal transmitido em rede nacional, incentivado pelos militares no poder – que colocaram um pioneiro sistema de transmissão por satélite e microondas da EMBRATEL à disposição das emissoras de TV, Globo à frente. O objetivo do governo era integrar a imensidão do território brasileiro por meio da televisão. O forte do Jornal Nacional, desde os seus primórdios, foi o padrão de qualidade das imagens e as reportagens produzidas em todos os cantos do país. O fraco era o tom notadamente chapa-branca do noticiário político, ainda que os caciques da Globo atribuíam este defeito à censura exercida na época em toda a imprensa.”

Outra grande diferença entre o *Jornal Nacional* e os outros noticiários apresentados pela TV Brasileira (Mappin Movietone, Repórter Esso) era conceitual. O telejornal da Rede Globo apresentava matérias testemunhais, com a fala dos entrevistados. Armando Nogueira explica (MEMÓRIA. 2004, p. 31):

“O que caracterizava o nosso jornal era o som direto. O Repórter Esso não tinha som direto porque saía embalado da redação do Jornal do Brasil, onde funcionava a United Press, distribuidora do noticiário, tanto na época do rádio quanto na da televisão. Saía de lá pronto, era só botar no ar. Gontijo Teodoro apenas lia. No nosso telejornal, além de imagens cobertas com áudio do locutor, inseríamos depoimentos, com voz direta, da pessoa falando”.

O *Jornal Nacional* foi o primeiro telejornal a ser exibido em rede para todo o país. Este fato levou a equipe de jornalismo da Rede Globo a desenvolver o conceito de noticiário nacional, ainda inexistente na televisão brasileira. Uma série de critérios foi formulada para servir de guia na seleção e na hierarquização das notícias. As matérias deveriam ser de interesse geral e não regionais ou particularistas. Os assuntos

²⁸ *Idem. Observa-se que não havia censura direta ao Jornal Nacional. Armando Nogueira provavelmente refere-se ao ambiente jornalístico brasileiro, tolhido pela censura, e à auto-censura praticada pelos editores do Jornal Nacional.*

tinham que chamar a atenção tanto do telespectador de Manaus quanto de Porto Alegre. Era necessário não privilegiar uma região em detrimento de outra, pensar sempre em como determinada nota poderia repercutir em estados diferentes.

Como o *Jornal Nacional* foi criado no período do regime tecnocrático-militar, não podemos nos esquecer do ambiente geral: havia censura às matérias jornalísticas. Quem não era diretamente censurado, acaba por praticar autocensura. Diante das dificuldades políticas para tratar dos assuntos nacionais (1970), Armando Nogueira procurou fortalecer o jornalismo internacional, investindo na formação de correspondentes. No decorrer dos anos, esta preocupação em manter um noticiário internacional que atraísse o interesse do espectador, acabou se tornando um diferencial que favorece o jornalismo da Rede Globo.

A busca por imagens do exterior levou a TV Globo a buscar um convênio com o Sistema Ibero-Americano de Notícias (SIN) no início de 1971, que lhe traria as imagens do exterior. A matéria, para ser aceita no satélite, precisava do voto de, no mínimo, três países. Nessa época, de franquismo na Espanha, salazarismo em Portugal e regimes militares na América Latina, os critérios para a escolha das matérias eram, muitas vezes, alheios aos interesses jornalísticos. O problema foi resolvido em 1973, com a assinatura de um contrato com a agência de notícias United Press International, que passou a enviar diariamente, do mundo inteiro e via satélite, imagens para o *Jornal Nacional*.

Por causa do *Electronic News Gathering*²⁹, o formato narrativo do telejornalismo norte-americano, apoiado no desempenho de vídeo dos repórteres, tornou-se o padrão dominante no país, na metade da década de 1970. Até então, o repórter pouco aparecia, uma vez que era necessário economizar película. Depois que a nova tecnologia foi implantada, o repórter passou não só a ir ao local dos acontecimentos e apurar as informações, mas também a fazer o texto e ele mesmo apresentar.

Em 1976, considerava-se amadurecido o processo de construção de uma linguagem televisiva, adotada em função da tecnologia que permitia ao repórter mostrar o acontecimento e não mais “dizer” o que viu. Desde aquele ano, o repórter começou a acumular as funções de produtor e apresentador de suas próprias matérias, tornando-se uma das peças mais importantes do telejornalismo da Rede Globo. Este comportamento passou a ser adotado, paulatinamente, pelas outras emissoras de TV.

A presença do repórter na tela obriga-o a se curvar ao *padrão global*. O linguajar que a emissora impõe aos locutores em estúdio alcança as equipes de reportagem. Com o tempo, cria-se também um padrão visual. Uma consultora de moda orienta os repórteres na escolha dos trajes, na maquiagem e até no corte de cabelos. Voltando às palavras, um estilo de redação de notícias é construído com a preocupação de abafar as manifestações de acentos e sotaques regionais. A aposta é no sentido de se uniformizar a fala nacional do telejornal, buscando-se um efeito didático que poderia levar à construção da homogeneidade dialetal em todo o território brasileiro.

²⁹ “*Captação eletrônica de notícias*”, realizada com uso de câmaras portáteis de TV, em substituição às câmaras de cinema. A gravação é feita eletronicamente em fita e não mais opticamente em película.

A padronização de estilo promoveu um efeito colateral terrível: o empobrecimento lingüístico. A redução do uso de adjetivos e a busca de uma linguagem concisa e direta provocaram limitações no uso da palavra. Por conseqüência, há um déficit na emissão de informações. Isso prejudica o telespectador. Busca-se reduzir o déficit multiplicando-se o uso de imagens. Após algum tempo, a crença de que o poder informativo das imagens poderia suprir a indigência vernácula foi criticada pelo chefe do departamento de jornalismo da Rede Globo, Armando Nogueira:

(...) “achei que deveria dar mais importância à imagem. Depois de uns oito anos, comecei a achar que estava exagerando no conceito. Ao subestimarmos a palavra, transformando a linguagem coloquial em algo chulo, pobre, nós, de um veículo poderoso como a Globo, estávamos deseducando o telespectador. Então, passei a defender que a palavra tinha um papel essencial na composição da informação. (...) Infelizmente, perdi essa parada no telejornalismo.”³⁰

A censura deixou de ser um fator limitante para a atividade jornalística, no final da década de 1970. Em fins de 1984, com a vitória de Tancredo Neves no colégio eleitoral, o perigo de um retrocesso institucional ou político desapareceu. Mas a TV precisou aprender a fazer investigação jornalística, coisa que não acontece imediatamente. Só em 1991 observa-se que a orientação um pouco mais investigativa chega aos telejornais. O noticiário, principalmente na Rede Globo, começou também a se aproximar mais do público, produzindo mais matérias ligadas à comunidade, ao direito do cidadão e ao comportamento, de modo geral. Algumas afiliadas da Rede Globo, as EPTVs, apostam vigorosamente na aproximação com a comunidade nas regiões onde atuam.

³⁰ *Gazeta Mercantil*, 04 jun. 1999, apud. BORELLI, Silvia Helena Simões e PRIOLLI, Gabriel (coord.). *A deusa ferida: por que a Rede Globo não é mais a campeã absoluta de audiência*. São Paulo: Summus, 2000.

É também no início da década de 1990 que a Rede Globo decide entregar nas mãos do editor-chefe a responsabilidade por todo o noticiário a ser apresentado. Nesse novo modelo, o papel da produção seria de apoio. Mais uma vez, observa-se que as outras emissoras seguiram o mesmo caminho. Nesta época, Boris Casoy deixa o cargo de editor-chefe do jornal Folha de São Paulo e inicia a carreira de “âncora” de telejornalismo; acumula a função de editor-chefe. Com sucesso.

Evandro Castro de Andrade, ao assumir o cargo de editor-chefe, na Rede Globo, decidiu despolitizar o noticiário do Jornal Nacional. Dizia que as notícias deveriam atender tanto ao “interesse público” quanto ao “interesse do público”. Com este argumento, recomendava aos editores a busca pelo equilíbrio entre esses dois interesses:

“É claro que o telejornal tem que atender ao ‘interesse público’, isto nem se discute; mas o ‘interesse do público’ também precisa ser satisfeito. Em jornalismo, 90% do que se divulga só servem para conversa durante o jantar, não modificam a vida da pessoa em nada. A vida é modificada por uns tantos atos do governo, que definem a cobrança de mais impostos, a proibição disto ou daquilo, o aumento de preços, a alteração dos salários e dos direitos. Mas o ‘interesse do público’ também é fundamental, para que as pessoas tenham o que conversar. Já imaginaram chegar a um jantar e perguntarem se você leu o artigo 3º da lei 5432? Seria insuportável um jantar movido a leitura de legislação”. (MEMÓRIA. 2004, p.288-289)

Evidenciando sua postura despolitizadora, Evandro Castro de Andrade acreditava que o telejornalismo da Globo deveria contribuir para melhorar o que ele chamava de “situações críticas no Brasil”:

“Assim como contribui para a unidade da língua portuguesa, deve contribuir para uma noção de cidadania. Nós acabamos com o ‘blá,blá,blá’ da política. Conversa fiada de político não tem espaço no telejornalismo da Globo. Acabamos com isso porque convertimos as questões legais e os procedimentos de Estado em coisas que afetam o público. Se não afeta, não nos interessa. Você tem a medida concreta daquilo que se reflete no público: o preço do remédio, a falsificação do remédio. Nós denunciemos a falsificação de remédios. Foi um choque quando o Jornal Nacional denunciou. Temos de ter a capacidade de fazer, e isso resultar sempre em alguma coisa, pelo menos um constrangimento da autoridade.” (MEMÓRIA. 2004, p.300)

Evandro Castro de Andrade sustentava suas posturas em pesquisas de opinião produzidas pelo Instituto Soma, de Brasília. Segundo o instituto, o telespectador brasileiro “gosta de noticiários em linguagem simples, com apresentadores fixos e baseados principalmente em reportagens de serviço, comportamento, saúde, meio ambiente, além de ciência e tecnologia”. Além disso, os brasileiros preferem “notícias curtas, máximo de meia hora de noticiário e divisão baseada em blocos que começam com notícias de impacto e terminam com assuntos leves”. (apud REZENDE, 2000, p. 173)

A mudança de milênio convida à mudança de paradigmas. Mas as poucas mudanças ocorridas no Jornal Nacional, com a chegada do novo milênio, ocorreram por reflexo. Com a morte de Evandro Castro de Andrade em junho de 2001, a direção de jornalismo da Rede Globo passa para Carlos Henrique Schroder. Sintomaticamente, Schroder define sua atuação à frente do jornalismo da Globo como sendo de “mudança com continuidade” (MEMÓRIA. 2004, p.334). A outra mudança digna de menção é a consolidação do casal William Bonner e Fátima Bernardes, tanto na apresentação, como na editoria do Jornal Nacional.

Bonner e Bernardes passaram a apresentar o Jornal Nacional em março de 1998. Assumiram a função em um momento difícil para o Jornal Nacional: o escândalo Brizola/PROCONSULT e a edição do debate presidencial Lula/Collor iniciaram um processo de desgaste de credibilidade que, após uma década, comprometia não só a audiência, como o peso do Jornal Nacional como balizador da opinião pública. O fato de Bonner e Bernardes serem casados, de serem pais de trigêmeos, de terem a imagem de casal exemplar, habilitava-os como coadjuvantes importantes na luta pela reconquista da credibilidade perdida.

Nos anos seguintes (ao lado de jornalistas como Carlos Tramontina, Caco Barcelos, Fernando Cabrini e André Luis Azevedo), William Bonner, como editor-chefe, deu ênfase a uma reportagem mais investigativa e com denúncias sobre corrupção e desmandos administrativos. Esta atitude investigativa soma-se à disponibilidade física do casal de apresentadores que, deslocando-se para a Coreia e Japão (como fez Fátima Bernardes, em 2002, para acompanhar a Copa do Mundo), ou para o Vaticano (como fez William Bonner, no funeral de João Paulo II), conseguem reconstruir a respeitabilidade do Jornal Nacional.

As ações de estabilização da imagem do Jornal Nacional coroam-se com dois fatos, ocorridos no final do ano de 2002. Em 28 de outubro, o presidente eleito Luis Ignácio Lula da Silva, aloja-se na bancada do Jornal Nacional, ao lado de William Bonner, em São Paulo. O presidente responde perguntas, comenta algumas notícias e, de certa forma, apresenta o noticiário ao lado do jornalista. O outro fato notável ocorreu em 23 de novembro: Heraldo Pereira torna-se o primeiro jornalista negro a ocupar a bancada do telejornal. O Jornal Nacional (que fez de Lilian Witte Fibbe, no início da década de 1990, a primeira mulher a dirigir um telenoticiário) assume a fisionomia multirracial para ser o espelho do país de todas as raças.

2.3 *Jornal da Band.*

O Jornal da Band, em meados de 2005, era precedido por Brasil Urgente, um noticiário local (Grande São Paulo) que prioriza a crônica policial. Luis Datena, âncora do Brasil Urgente, possui certo carisma e consegue manter a fidelidade de um público eminentemente masculino, adulto, das classes C, D e E. Observe-se que, em várias regiões do interior do estado de São Paulo e em quase todos os outros estados brasileiros, o Jornal da Band é precedido por outros noticiários locais, com os mais

variados enfoques noticiosos. Estes noticiários locais eram, além disso, muito heterogêneos. Mesmo uma observação assistemática e apressada (como a que se fez para esse trabalho...) permite a constatação de que esses noticiários eram realizados em condições de baixo investimento técnico e com equipes jornalísticas muito reduzidas.

Herdando um público relativamente pequeno do noticiário que o precede, o Jornal da Band entra no ar às 19 horas e 20 minutos. No período em que se fez esta pesquisa (meados de 2005), Carlos Nascimento comandava o telenoticiário, delegando os principais comentários de política nacional para Ricardo Boechat e econômicos para Joelmir Betting. O Jornal da Band possuía uma cobertura internacional subdimensionada, mas iniciava, exatamente no noticiário do dia 16 de agosto de 2005, uma reestruturação, por meio de um convênio com a BBC.

O editor-chefe do Jornal da Band, Carlos Nascimento, tornou-se conhecido do público paulista ancorando o Jornal da Cultura, que estreou em agosto de 1988. Depois, trabalhou na Rede Globo por mais de uma década. Ganhou notoriedade nacional, em 2001, ao narrar ao vivo, os acontecimentos de 11 de setembro. Descreveu os atentados como terroristas, antes mesmo do que a CNN o fizesse³¹. Ao se transferir para a Rede Bandeirantes, Carlos Nascimento levou para o Jornal da Band a mesma cultura de telejornalismo que vigorava no Jornal Nacional: do *look* futurista da bancada dos apresentadores aos recursos de vinheta; da priorização das tomadas externas à economia de adjetivos ao emitir as notícias. O único diferencial é que Carlos Nascimento arriscava-se a comentar algumas notícias, assumindo uma postura

³¹ (MEMÓRIA. 2004, p.339).

que o aproximava da ação dos âncoras, muito comuns no telejornalismo norte-americano.

Ao contrário de Boris Casoy (como veremos a seguir), Carlos Nascimento prefere trabalhar em equipe, sem se colocar como superior hierárquico. A equipe é dividida em editorias de economia, política, internacional, questões de ecologia e de clima, além de uma editoria geral (onde se agregam questões culturais e esportes). Cada uma dessas áreas tem seu editor-executivo e editores de texto.

O mesmo espírito de equipe verifica-se, no ar, quando uma notícia é comentada: quando o tema é ecologia e questões climáticas, os comentários (estritamente técnicos) são de Mariana Ferrão; nas questões econômicas, os comentários (com fortes pitadas de ironia) são de Joelmir Beting; nas questões de política, os comentários (com razoável dose de bom-humor) são de Ricardo Boechat.

Durante o período em que Carlos Nascimento foi editor-chefe, o Jornal da Band manteve um estilo redacional enxuto, com evidente economia dos adjetivos e de palavras que ultrapassassem as três sílabas. Mas não se poderia afirmar que existia rigor na observação de normas de elaboração de textos (Joelmir Beting servia-se de muitos adjetivos e Mariana Ferrão das palavras polissilábicas). Um breviário, de circulação interna, dava mais ênfase aos procedimentos éticos e técnicos, sem detalhes sobre regras de redação das notícias.

Por último, não é ocioso constatar que *Floribela*, uma novela para pré-adolescentes entrava no ar, ao final do Jornal da Band. Como os públicos do “Brasil Urgente”, “Jornal da Band” e “Floribela” raramente se interseccionavam, conclui-se que boa parte da audiência do Jornal da Band acabava sendo “capturada” enquanto *zapeava* entre os vários canais de TV.

2.4 *Jornal da Record.*

Os problemas de grade de programação, encontrados na Rede Bandeirantes, repetem-se na Rede Record. Espremido entre um noticiário local voltado para a crônica policial e um dramalhão mexicano, Boris Casoy comandou, audaciosamente, seu telejornal no mesmo horário em que o Jornal Nacional (dono da audiência de 55% dos aparelhos de televisão ligados entre 20 horas e 21 horas). O Jornal da Cultura (TV pública) e o Rede TV News começavam no momento em que o Jornal Nacional terminava; Bandeirantes e Gazeta faziam seus noticiários uma hora mais cedo; a Rede SBT não tem programação em horários fixos.

O formato do Jornal da Record foi construído muitos anos antes da primeira edição ir ao ar: começou a ganhar corpo quando Boris Casoy, deixando o cargo de editor chefe do jornal Folha de São Paulo, decidiu se tornar editor e âncora do Telejornal Brasil, no Sistema Brasileiro de Televisão.

Desde sua estréia, em 28 de setembro de 1988, o *TJ Brasil* produziu um telejornalismo original: além da duração mais longa (cerca de 40 minutos), havia a figura do âncora, inicialmente inspirado no jornalismo norte-americano. Boris Casoy não tardou a moldar o trabalho de âncora, dando-lhe uma feição absolutamente particular.

Utilizando-se de bordões que se tornaram nacionalmente conhecidos (“Isto é uma vergonha”; “Precisamos passar o Brasil a limpo”) Casoy pontificou em assuntos internacionais e nacionais, tanto na área política como cultural, social ou policial. Só absteve-se de enveredar costumeiramente em temas econômicos, delegando os comentários específicos dessa área para Sallete Lemos. Além de editar o telejornal, Boris Casoy apresentava as notícias e fazia entrevistas. Anos depois, quando o *TJ*

Brasil já estava consolidado, Casoy definiu o que ele entende por ser âncora de um telejornal:

“Eu acho que no Brasil, ele [âncora] é sinônimo de editor-chefe, de apresentador e de comentarista. E, ocasionalmente, entrevistador. Na verdade, é o jornalista no pleno exercício de suas funções. É o jornalista que edita seu jornal, que seleciona as notícias, que comenta e faz análise. No meu conceito, no fundo, é uma forma de jornalismo crítico e analítico.” (apud SQUIRRA, 1993, p.100)

Transferindo-se para a Rede Record, em 1998, Boris Casoy trouxe consigo todos os conceitos desenvolvidos (e quase toda a equipe de jornalistas...) no período em que trabalhou no SBT. E, no decorrer dos oito anos seguintes, a equipe do Jornal da Record se manterá totalmente independente, espelhando a imagem e a personalidade de seu âncora. Douglas Tavolaro, diretor de jornalismo da Rede Record, chegou a dizer que “Existia um muro de Berlim de vidro que dividia a redação do Boris do restante do jornalismo”³².

Nenhum jornalista, na história da TV brasileira, desfrutou de tanta liberdade para produzir um telenoticiário. Boris Casoy certamente exigiu, ao fazer seu contrato profissional na Rede Record, autonomia para fazer o programa. Lembrando que a Rede Record é propriedade da Igreja Universal do Reino de Deus, há que se louvar a cautela democrática de Casoy, se realmente fez a exigência, e magnanimidade – igualmente democrática – do bispo Edyr Macedo, se a aceitou.

Ao mesmo tempo em que os comentários de Boris Casoy denotam clara opção ideológica, é forçoso reconhecer que não são partidários, nem privilegiam alguma opção religiosa, racista ou de facção. A neutralidade fundamenta-se em cinco regras de conduta que acompanham o jornalista, desde o começo de sua carreira, e que foram explicitadas há muito tempo:

³² *ISTO É GENTE*, 09/01/2006. Reportagem de Rodrigo Cardoso.

[...] Primeiro, eu não faço ataques de caráter pessoal; segundo, eu defendo o estado de direito com absoluta clareza; terceiro, eu dou voz a todas as correntes sem preconceitos contra qualquer setor da sociedade; quarto, eu volto atrás para comunicar um erro e corrigi-lo; quinto, posso fazer elogios e críticas a qualquer fato e a qualquer pessoa, posso criticar uma ação do governo hoje e elogiar outra amanhã. (Casoy, apud SQUIRRA, 1993, p.181)

Com o apoio direto de Sallette Lemos, Dácio Nitrini e Selma Lins, Boris fazia um noticiário com ênfase em assuntos políticos, matérias longas e agrupadas por temas. Ao contrário de certo jornalismo voltado para o espetáculo, o Jornal da Record valorizava a notícia, independentemente da existência de boas imagens.

Quando foi editor-chefe da Folha de São Paulo, Boris Casoy pautava-se por um manual de redação. Mas, na televisão, o uso de manuais foi substituído por um breviário de recomendações de ordem ética. O breviário assinala suas bases na seriedade, credibilidade e na eficiência, mas também na diferenciação para prestar à comunidade um serviço digno, honesto e não manipulador.

Os comentários emitidos por Boris Casoy costumam ser contundentes. Verdadeiros editoriais-relâmpago. Surpreendentemente, ao analisar seus comentários, Boris Casoy relativiza o impacto opinativo: prefere considerá-los didáticos, explicando as notícias da forma mais simples, para o telespectador. Outra preocupação, segundo Casoy, seria a de alterar o *timing* excessivamente rápido do noticiário, pois a rapidez tende a ser associada à superficialidade.

Quanto aos comentários evidentemente opinativos, Boris Casoy dá-lhes relevo com o uso de dois bordões que criou: “Isto é uma vergonha!” e “É preciso passar o Brasil a limpo”. Sobre estes comentários, Boris Casoy faz a seguinte análise:

“Uso dois tipos de opinião. O primeiro tem a finalidade de incentivar o exercício da cidadania. Tento mostrar que é bom exigir; é bom a gente querer. O segundo relaciona-se a alguns postulados realmente polêmicos. A opinião de um veículo de comunicação é muito importante, porque é como uma espécie de megafone

para várias pessoas que pensam da mesma forma, mas não têm voz.” (apud REZENDE, 2000, p.164)

Embora os comentários aparentem ser improvisados, na maioria das vezes são escritos com antecedência. Os improvisos implicariam em transtornos, pois o telejornal precisa trabalhar com tempos muito rígidos. É, ainda, Boris Casoy quem explica como são inseridos os comentários:

“Quando chego à redação, já marco no espelho do jornal o que vou comentar e escrevo os comentários. Oitenta por cento são escritos; o resto é coisa que baixa na hora. Mas qualquer tempo que avanço, preciso cortar no final, o que significa que alguma reportagem pode cair. Por isso é que marco os comentários: além de evitar erros, serve para balizar tempo.” (apud REZENDE, 2000, p. 165)

As entrevistas realizadas por Boris Casoy são outro diferencial do Jornal da Record. Realizadas no estúdio, ao vivo ou gravadas, têm a duração média de quatro minutos. Essas entrevistas são norteadas por dois princípios: o de deixar o entrevistado à vontade e o de ser orientada por indagações que os telespectadores gostariam de realizar.

É evidente, por fim, que além de ser um âncora, Casoy cumpria – em boa parte do tempo do noticiário – o papel estrito de locutor de notícias. Quando chegava o momento de alternar as atribuições, um *close* indicava que o locutor dava lugar ao âncora:

“Quando estou lendo as notícias eu estou fazendo só isso. Dou uma de Cid Moreira e leio o texto com as técnicas de locução. E quando eu olho para a outra câmera, eu sou jornalista. De vez em quando, eu misturo as duas coisas de propósito. E isso eu não acredito que seja ruim.” (apud SQUIRRA, 1993, p.163)

Solitariamente acomodado na bancada sóbria, Boris Casoy apresentava um noticiário de formato conservador, mas que possuía um público fiel e qualificado. Ao rescindir seu contrato com a Rede Record, em circunstâncias um tanto obscuras, Boris Casoy festejava o fato de que estava alcançando uma média de 14% de audiência, ou seja, 8% a mais do que no ano anterior.

Celso Freitas e Adriana Araújo substituíram Boris Casoy e o noticiário da Rede Record tornou-se um verdadeiro clone do Jornal Nacional, a partir de março de 2006.

3 A devolução dos territórios palestinos de Gaza, na TV.

3.1 *Histórico da velha disputa territorial.*

O objetivo de nossa investigação é analisar as coberturas jornalísticas – realizadas pelos noticiários do horário nobre de três redes de TV brasileiras – da devolução dos territórios da Faixa de Gaza, aos palestinos. Para atingi-lo, um pré-requisito consiste em situar esse acontecimento em seus contextos histórico, geopolítico e diplomático. É o que faremos nesse item de nosso trabalho.

3.1.1 O surgimento de Israel e as guerras contra os árabes.

Sion é um acidente geográfico: denomina uma pequena colina situada na cidade de Jerusalém. Esse foi o local escolhido para a construção do primeiro templo hebreu, onde se selou a aliança entre o povo judeu e Jeová. A partir desse momento, ocorrido em algum ponto do segundo milênio antes de Cristo, Sion tornou-se uma espécie de sinônimo de Terra Prometida. Esta é a origem da palavra sionismo, cunhada por volta do ano de 1890 (ARMSTRONG, 200, pp. 354-356).

Os judeus que viviam na Europa Ocidental, no século XIX, integraram vários pressupostos do pensamento liberal à sua cultura multimilenar. A idéia de que o talento e o esforço pessoal levam ao sucesso, a crença na naturalidade do funcionamento das leis de mercado e a busca da vitória econômica individual moviam muitos dos talentosos e bem preparados jovens judeus em sua vida pessoal.

Mas as propostas de assimilação aos países europeus onde residiam eram desmentidas no dia-a-dia. Alguns líderes judaicos, como Moisés Hess (1812-1875), Leon Pinsker (1821-1891) e Theodor Herzl (1860- 1904) constataram que a idéia de emancipação individual, muito comum entre os judeus europeus, provocava reações racistas por parte de grupos nacionalistas europeus, que acusavam os judeus de serem apátridas, exploradores, aviltados pelo exílio e pelas atividades pecuniárias usurárias. Por isso Hess, Herzl e Pinsker apresentaram um projeto de emancipação coletiva, restabelecendo a soberania política do povo judeu que retornaria à terra de seus antepassados (HERZL, 1960).

É importante observar que a construção de Israel não foi planejada contra os árabes da Palestina (ou apesar deles), mas contra um Ocidente que rejeitava e perseguia os judeus. O problema é que, para os árabes que moravam na Palestina, era impossível visualizar as referências culturais e políticas, européias, que moviam os judeus. Dentro dessa perspectiva, é fácil entender porque eles certamente rejeitariam o movimento sionista, considerando-o estrangeiro e colonialista.

Para tornar a chegada dos primeiros judeus ainda mais inaceitável para o povo palestino, ocorreu uma lamentável coincidência histórica: no preciso momento em que os migrantes judeus europeus chegam a Jerusalém, o Império Otomano está sendo retalhado e várias nações européias imperialistas estão invadindo e dominando a região da Península Arábica e do Mediterrâneo Oriental. Os palestinos, diante desses acontecimentos, consideraram que os judeus faziam parte de uma orquestrada invasão imperialista cujo objetivo era o de se apropriar dos despojos do moribundo Império Turco (BRENER, 1997, p.08).

O projeto de Hess, Herzl e Pinsker tinha um caráter fortemente nacionalista. A meta básica desses líderes era o de construir um Estado judaico. Herzl chegou a entabular negociações com o governo argentino, trabalhando com a hipótese de comprar territórios da Patagônia (na época, virtualmente despovoada), para lá implantar o Estado judaico. Também pensou em construir o Estado judaico em Uganda! (MASSOULIÉ, 1994) As negociações foram abandonadas porque os empresários judeus, que poderiam fornecer o capital necessário para a compra das terras, sonhavam em construir esse Estado nos territórios ancestrais da Palestina, não se curvando ao argumento aparentemente racional de que seria mais fácil construir um novo país em territórios despovoados.

O que deu legitimidade ao sionismo foi a trágica sucessão de perseguições e chacinas contra judeus, de Odessa (1881) a Auschwitz (1943-5). Foi necessário que o extermínio de milhões de judeus, comandado por Hitler, chegasse ao conhecimento público, para que os judeus se inclinassem a aceitar as propostas do movimento sionista.

Se for verdade que o anti-semitismo europeu confere legitimidade à existência de Israel, isto não quer dizer que os árabes irão aceitar que o Ocidente queira aplacar sua dor de consciência à custa dos direitos nacionais e territoriais dos árabes da Palestina.

Migrando para a Palestina, os judeus terão que se defrontar com o problema da coexistência com os árabes. Começam errando: dizem estar levando, para a região, o progresso e a civilização. Isto implica em considerar que as pessoas alojadas no território palestino eram incivilizadas e incapazes de progredir, o que é uma postura anti-árabe e racista.

O que começou errado fica ainda mais equivocado quando os judeus decidem, pura e simplesmente, fingir que os árabes palestinos nem sequer existem. Usam um *slogan* tão injusto quanto politicamente ingênuo: “Uma terra sem povo, para um povo sem terra!”. O conflito árabe-sionista, depois palestino-israelense, nasce dessa cegueira judaica, pois é óbvio que, em 1890, a Palestina já estava povoada! Seus habitantes são herdeiros de uma cultura que se desenvolveu nessa terra há pelo menos treze séculos. Os migrantes sionistas, expulsos pelo anti-semitismo europeu, estavam decididos a resolver o seu problema nacional, sem enxergar que estavam criando o problema nacional do povo palestino (SAID, 1981).

Após o Holocausto e no início da guerra fria, a ONU foi chamada para pronunciar-se. A Assembléia Geral das Nações Unidas decidiu, em 29 de novembro de 1947, partilhar a Palestina em dois Estados: um árabe, outro judaico. A cidade de Jerusalém, considerada como uma entidade separada, foi colocada sob autoridade internacional. Os dois novos Estados foram criados com fronteiras sinuosas e vários pontos de estrangulamento. O Estado Judaico ficou com 55% do território, incluindo várias regiões aonde os árabes chegavam a 30 ou 40% da população residente.

As lideranças árabes rejeitaram a partilha proposta pela ONU. Na verdade, os palestinos, principais envolvidos, praticamente não tiveram participação nas decisões que iriam influenciar poderosamente em seu futuro. Isto porque governantes e líderes religiosos muçulmanos se colocaram como “internacionalistas”. Diziam que o destino dos muçulmanos seria construir uma grande pátria que abrigasse todos os povos islâmicos do planeta. E que por isso não tinha lógica criar um pequeno país árabe, na Palestina. Além disso, consideravam absurdo que um Estado não-muçulmano (Israel) pudesse ser criado no coração de um território povoado por muçulmanos.

Como consequência da rejeição árabe, no dia seguinte à partilha já ocorriam conflitos armados na região partilhada. Enquanto a Inglaterra, decadente potência imperialista, retirava suas forças da região, cada lado procurava reforçar suas posições. Uma guerra seria inevitável.

Algumas informações diplomáticas permitem supor que o rei Abdullah, da Transjordânia, recebeu autorização britânica para se apoderar do território destinado aos palestinos. Abdullah pensava abster-se de dominar Gaza e Galiléia. Gaza ficaria como “prêmio de consolação” para o rei Farouk, do Egito; Galiléia seria deixada para a Síria ou para o Líbano, dependendo da conjuntura político-militar regional (AKCELRUD, 1985, p. 68-9). Governantes árabes estavam rifando o território palestino, usando-o como moeda de troca em acordos políticos.

Ávidos por arrancar fatias do território palestino, os muçulmanos irão divididos para a guerra contra Israel. Assim, na guerra de 1948, o nacionalismo judaico venceu o nacionalismo árabe, em geral, e massacrou o nacionalismo palestino, em particular. A Faixa de Gaza, que deveria se tornar território da Palestina e onde tropas egípcias ficaram cercadas durante boa parte do conflito, passou à administração do Egito. No outro “front” de luta, um acordo secreto entre Israel e o rei Abdullah permitiu que a Transjordânia anexasse duas faixas territoriais que deveriam pertencer à Palestina (Cisjordânia e Jerusalém Oriental): assim surgia o novo reino da Jordânia. O Estado árabe da Palestina, estipulado pelo plano de partilha da ONU, não chega a nascer, vítima das ambições jordanianas e egípcias, do conflito militar e da retórica “internacionalista” de algumas lideranças muçulmanas.

Nesse contexto, surge o drama dos refugiados palestinos: 750 mil árabes (ou seja, metade da população de 1,5 milhões de árabes, que viviam na Palestina) deixam

o território de Israel. “Expulsos de suas terras pelo imperialismo anglo-judaico”, segundo os árabes; “instigados a partir por seus próprios líderes muçulmanos internacionalistas”, segundo os judeus (TREIGNIER, 1994, p.18-19). A fuga dos árabes é, até hoje, uma questão polêmica: sabemos que o exército judeu aterrorizou populações árabes, levando-as ao desespero e à fuga; sabemos, também, que vários líderes “internacionalistas” árabes convidavam os palestinos a sair de Israel para que os exércitos muçulmanos tivessem “mãos livres” para atacar maciçamente os judeus até jogá-los ao mar.

Seja qual for o motivo que impeliu os palestinos à fuga, esta partida em massa beneficiou o governo de Israel, pois assegurou a maioria populacional judaica no novo Estado. O primeiro ministro Ben Gurion, desrespeitando uma resolução da ONU, decidiu impedir o retorno dos refugiados palestinos.

Cabe notar que, no entender de Israel, as recomendações da Assembléia Geral não têm nenhuma força: são só recomendações. Israel é, de longe, o maior violador de recomendações da Assembléia Geral, deixando em um longínquo segundo lugar os Estados Unidos.

Voltamos às ações de Ben Gurion: ao mesmo tempo em que impedia o retorno dos refugiados palestinos, o primeiro-ministro organizou uma imigração judaica em massa, criando a “Lei do Retorno” (TREIGNIER, op.cit.). Esta lei considera que é judia toda e qualquer pessoa que se declare judia. E mesmo que alguém se declare judeu um dia antes de viajar para Israel, poderá usufruir imediatamente de todos os direitos de cidadania, no país. Isto inclui o direito de voto, os direitos assistenciais, direito ao trabalho, direitos de posse territorial e de moradia. Finda a diáspora do povo

judeu ao mesmo tempo em que começa o exílio dos palestinos, os grandes perdedores nas batalhas de 1948.

Um novo confronto entre Israel e os países árabes começa a se configurar em novembro de 1954, quando Egito e Síria assinaram um acordo de defesa e os dois países receberam, da URSS, um apoio expressivo. A grande potência comunista percebe que o apoio norte-americano a Israel gerou antipatias no mundo árabe. Interessados em ocupar espaços no Oriente Médio, os soviéticos se colocam como defensores dos interesses árabes. O clima de guerra fria se impõe à região.

Em 26 de julho de 1956, o jovem presidente egípcio, Gamal Abdel Nasser anuncia a nacionalização da Companhia Universal do Canal Marítimo de Suez. O governo egípcio justifica a nacionalização dizendo que a renda proveniente da exploração do canal servirá para financiar a construção da barragem de Assuã. A decisão desperta entusiasmo entre os egípcios e repulsa na Europa.

França e Inglaterra comparavam Nasser a um novo Hitler: o governante egípcio estaria asfixiando economicamente os europeus, impedindo-os de receber o petróleo proveniente do Oriente Médio, através do Mar Vermelho (BRENER, 1994, p.32-34). Dizia-se que a nacionalização violava o direito internacional, o que era inverídico, uma vez que Nasser nacionalizou a Companhia do Canal de Suez, que era uma empresa, e não o Canal de Suez, que é uma realidade geográfica...

França, Inglaterra e Israel decidiram articular um enredo cínico para justificar a guerra: Israel iniciaria o conflito, invadindo a península do Sinai, que pertencia ao Egito; depois França e Inglaterra (preocupadíssimas com a paz mundial) interviriam para separar os contendores, obrigando-os a ficar a uma distância de 16 km do Canal de Suez. Ou seja, o invasor (Israel) teria o direito de ficar com quase toda a Península

do Sinai e o invadido (o Egito) seria obrigado a recuar 16 km da margem oeste do Canal de Suez, deixando-o sob domínio internacional.

A luta começou no dia 29 de outubro de 1956. A superioridade militar de Israel era clara e a vitória sobre as tropas egípcias foi relativamente fácil. No terreno diplomático, entretanto, o resultado foi catastrófico para França e Inglaterra, que desconsideraram o fato de não serem mais as superpotências planetárias. Foi um grave erro. EUA e URSS, que certamente não admitiriam reordenamentos territoriais regionais independentes de seus interesses estratégicos, decidiram entrar em ação.

A Europa percebeu, de maneira humilhante, que o seu tempo passou. Não era mais possível, para o Velho Continente, interferir nos destinos do Oriente Médio, ficando claro que as velhas potências européias não podiam rivalizar com EUA e URSS. Ou como disse o historiador Avi Shlaim: “Anthony Eden foi o último primeiro-ministro a achar que a Inglaterra ainda era uma grande potência e o primeiro a descobrir que não era mais.” (apud BRENER, op.cit., p.35)

No Oriente Médio, o conflito de Suez levou a um resultado irônico, quase contraditório: o Egito, ao mesmo tempo, perdeu e venceu a guerra. Do ponto de vista militar, o Egito sofreu uma derrota, perdendo o Sinai, 150 tanques e dezenas de milhares de soldados. Mas, no plano político, Nasser venceu: “O ataque era a prova de que Israel e o Ocidente imperialista conspiravam contra o Egito, o mundo árabe e a unidade africana”. A força de Nasser, no mundo árabe, ampliou-se extraordinariamente. Assim como sua aproximação com a URSS.

A Guerra Fria, ao dividir o planeta em duas esferas de influência, provocou mudanças político-econômicas em todos os recantos da Terra. Nos países árabes, verificamos o surgimento de dois blocos de nações, organizados de maneira

antagônica: de um lado, as monarquias tradicionais; do outro, os regimes nacionalistas autoritários.

As monarquias tradicionais eram lideradas por dinastias bilionárias, enriquecidas graças ao domínio e exploração de enormes jazidas de petróleo, governando populações miseráveis. Este era o caso da Arábia Saudita e do Kuwait. A lógica da Guerra Fria impelia os EUA a incentivar o aumento da produção de petróleo, barateando o seu preço no mercado internacional e impedindo que a URSS (que possuía jazidas magníficas, na região do Cáucaso) pudesse se capitalizar. Kuwait e Arábia Saudita faziam o jogo dos norte-americanos.

Os regimes nacionalistas autoritários utilizavam o discurso da construção da unidade árabe contra o domínio econômico das superpotências, para se legitimar. Embora as palavras parecessem ser de ataque à URSS (que, afinal, era uma superpotência...), o fato é que os soviéticos davam sustentação, política e econômica, aos governantes nacionalistas. O presidente egípcio Gamal Abdel Nasser era a grande liderança desse bloco, após a Guerra de Suez.

Apesar de se detestarem, os governos nacionalistas autoritários e as monarquias tradicionais árabes tinham algo em comum: o ódio a Israel, aquela ilha ocidental incrustada em um grande oceano árabe. Este ódio acabaria por dar condições ao surgimento de alguma organização que teria um só objetivo: destruir Israel. Criada em 1956, a Fatah, tem um nome de origem muito curiosa (TREIGNIER, op.cit. p.36): a organização chamava-se Movimento pela Libertação da Palestina – Harakat al-Tahrir al-Watani al-Filastini – cujas palavras chave dão a sigla HTF, que se pronuncia Hataf (morte); os rebeldes consideravam esse nome muito sombrio e inverteram as iniciais, obtendo FTH, Fatah (conquista). Desnecessário dizer que a Fatah acabou

conquistando a simpatia e o apoio financeiro de todas as nações árabes. Até a Arábia Saudita, tradicional aliada do Ocidente, sempre financiou as campanhas anti-israelenses da Fatah.

Alguns anos depois, em 1964, Egito e Síria patrocinam a criação da Organização pela Libertação da Palestina (OLP), com o singelo objetivo de “jogar os judeus ao mar”. Quase ao mesmo tempo os estudantes palestinos fundam uma nova organização que decide pegar em armas contra Israel sem se preocupar em buscar apoio dos governos árabes. Era a Al Assifa, liderada por um engenheiro chamado Yasser Arafat.

Para se defender dos árabes, Israel decide se alinhar totalmente aos interesses norte-americanos no Oriente Médio. Com o objetivo de conseguir armas e recursos econômicos, Israel não titubeia em se tornar uma espécie de “embaixada do Ocidente”, na região. Soa irônico, se observarmos que Israel é fruto dos sonhos de muitos pioneiros que, na juventude, eram socialistas.

Em maio de 1967, os sinais de que um novo confronto era iminente se evidenciavam. Nasser fez um pedido formal à ONU: queria a retirada das tropas de “capacetes azuis”, acantonadas na Península do Sinai desde a Guerra de Suez, em 1956. O secretário-geral U-Thant aceita a petição e sai do futuro teatro das batalhas. Assim que as tropas da ONU se retiram, Nasser ordena o fechamento do Estreito de Tiran, impedindo que os navios israelenses atravessem o Golfo de Acaba para atingir o Porto de Eilath.

Observando-se um mapa, notamos que Israel tem fronteiras com Líbano, Síria, Jordânia e Egito. A estratégia de Nasser era a de asfixiar Israel, cercando seu território através de uma grande aliança árabe. Considerando-se que o Líbano era militarmente

frágil e sua população era parcialmente cristã, Nasser busca um apoio extra no Iraque, Kuwait, Sudão e Argélia.

Israel reagiu ao cerco político-militar usando uma surpreendente audácia militar: às 7h45min do dia 05 de junho de 1967, a Força Aérea Israelense decola. Os jatos Mirage, de fabricação francesa, deslocam-se sobre o Mar Mediterrâneo, voando a aproximadamente 15 metros sobre o nível do mar. Esse perigosíssimo voo rasante foi realizado para evitar os radares do inimigo. O ataque ao aeroporto do Cairo foi planejado para a hora exata em que os pilotos egípcios estariam tomando café, antes de se dirigirem às suas posições de guarda, alerta e combate. Os israelenses destruíram, no chão, 309 dos 340 aviões de combate egípcios. Este episódio passou para a história como o “Pearl Harbour Árabe”. Em seguida, a Força Aérea Israelense se voltou contra alvos sírios e jordanianos (BRENER, op.cit. p.43-5).

A guerra no deserto é decidida através do uso de tanques e aviões. Israel, graças ao ataque letal sobre a aviação egípcia, ganhou o domínio dos ares. Em terra, as forças blindadas israelenses atacaram a faixa de Gaza e o norte do Sinai, comandadas pelo legendário general Moshe Dayan, num avanço arrasador. Em seis dias, Israel demoliu os exércitos de seus vizinhos.

Duas estratégias geopolíticas opostas levaram à Guerra dos Seis Dias. De um lado, temos o Egito que procurava se vingar da derrota militar de 1956 e que acreditava que a unidade árabe forjada durante uma década, somada à colaboração militar da URSS, garantiria a vitória. Do outro lado estava Israel, inteiramente enquadrado na estratégia ocidental para o Oriente Médio e armado pelos EUA, procurando uma oportunidade para alargar suas fronteiras e consolidar sua posição

como potência regional. Os dois lados caminharam conscientemente para o confronto militar. Israel venceu brilhantemente o conflito, triplicando seu território.

Israel passa a dominar integralmente Jerusalém e este é um fato de consideráveis dimensões simbólicas. Diante do Muro das Lamentações, Moshe Dayan declarou: “Esta manhã, o Exército de Defesa de Israel libertou Jerusalém... Voltamos ao nosso lugar mais sagrado, voltamos para jamais nos separarmos dele”. (HERZOG, 1984, p. 88)

Em 22 de novembro de 1967, o Conselho de Segurança da ONU adota a resolução 242, que aparentemente exige de Israel a saída dos territórios ocupados em junho. Acontece que esta declaração foi escrita numa linguagem diplomática confusa o que, na prática, inviabiliza sua aplicação. Para mostrar que as determinações da resolução 242 levam à dubiedade, transcrevo (apud. TREIGNIER, 1994, p. 37) um pequeno trecho em idioma inglês: “Withdrawal of Israel armed forces from territories occupied in the recent conflict”. A tradução ao pé da letra é “Retirada das forças armadas israelenses de territórios ocupados no recente conflito”. “*De territórios ocupados*”, quando o correto seria “*de todos os territórios ocupados*”. Do jeito que está escrito, permite-se que Israel se apegue à interpretação de que a Resolução 242 não exige a retirada das tropas de Israel da totalidade dos territórios ocupados durante a Guerra dos Seis Dias.

Observa-se que um consenso internacional emergiu da Resolução 242 do Conselho de Segurança de novembro de 1967. O documento “ênfatiza a inadmissibilidade da aquisição de território por meio da guerra e a necessidade de se trabalhar por uma paz duradoura e justa, na qual todo Estado possa viver em segurança na área”. Apela por um acordo entre Estados, mas se despreocupa em relação aos

direitos dos palestinos. Estes direitos são mencionados somente na referência a um ‘acordo justo para o problema dos refugiados’, deixado sem detalhamento. Chomsky conclui que:

“A Resolução 242 das Nações Unidas é, portanto, completamente rejeicionista, se entendermos o conceito de rejeicionismo como a negação do direito à autodeterminação nacional de uma das partes em disputa na antiga Palestina. Com graus variados de ambigüidade, a Resolução 242 foi aceita pelos Estados contendores da região ao longo dos anos seguintes, embora sua interpretação diferisse. Os Estados árabes rejeitaram a paz completa, Israel rejeitou a retirada completa.” (CHOMSKY, 1996, p. 259)

O rejeicionismo, implícito na Resolução 242, é a base de todas as propostas norte-americanas, para buscar a estabilidade política da região.

O mais doloroso resultado da Guerra dos Seis Dias é o fato de que 220 mil palestinos da Cisjordânia e de Gaza engrossaram o fluxo de refugiados de 1948. São dezenas de milhares de famílias sem pátria, sem terras e sem empregos, vagando pelos países do mundo árabe. Devemos nos lembrar, também, de quase 200 mil palestinos que, vivendo em Jerusalém, estão sob domínio israelense: prisioneiros em sua própria terra, são transformados em cidadãos de segunda categoria, com limitados direitos políticos e quase sem nenhuma proteção assistencial.

A vitória de Israel, na Guerra dos Seis Dias, em 1967, levaria a uma tentativa de revide, por parte dos árabes. Na verdade, duas guerras se iniciam no mesmo dia em que Moshe Dayan declarou que estava satisfeito com o avanço do exército de Israel e que os soldados deveriam parar de avançar sobre os territórios dos países árabes vizinhos. Começam a Guerra de Atrito (1967 – 1973), entre Israel e Egito; e a Guerra de Israel contra os Palestinos, que ainda não acabou.

A Guerra de Atrito foi uma série de escaramuças ocorridas, por iniciativa egípcia, nas margens do Canal de Suez. Essas escaramuças interessavam ao governo

Nasser, pois desviavam a atenção popular dos problemas econômicos, de que o Egito se ressentia, fazendo com que todos continuassem empenhados na guerra santa contra Israel. Esses conflitos assistemáticos estavam totalmente fora dos planos do governo israelense, que queria estabilizar as novas linhas de fronteira.

No outro lado do front, alguns grupos políticos israelenses achavam que a vitória na Guerra dos Seis Dias e a conquista dos territórios do Sinai e de Golan, permitiam que os judeus pudessem utilizar uma nova moeda de troca, nas negociações com os povos árabes. A idéia era a de trocar “paz por terra”. Ou seja, seria possível propor a devolução do Sinai (aos egípcios) e Golan (aos sírios), em troca de acordos definitivos de paz, com esses povos. O congresso israelense, por sugestão do gabinete ministerial, chegou a aprovar esse tipo de encaminhamento.

Olhando para a proposta israelense, fora da perspectiva histórica, a impressão é a de que se trata de um promissor início para a construção da paz. Mas não se pode esquecer que Israel foi criada contra a vontade do mundo árabe. Para os árabes, Israel era um tumor ocidental que precisava ser extirpado.

O governo de Israel abandona rapidamente a tese de “paz por terra” e se prepara para futuros enfrentamentos militares. Constrói a maior obra de engenharia de toda a sua história: uma linha de fortificações, na beirada do Canal de Suez, cujo objetivo era o de impedir um eventual desembarque egípcio rumo ao Sinai. Esta linha de trincheiras chamava-se Bar Lev e, como todas as outras linhas de trincheira, construídas no decorrer da história da humanidade (Grande Muralha da China; Linha Maginot), não conseguiu segurar os inimigos, quando a guerra, de fato, reiniciou.

Chegamos ao dia 06 de outubro de 1973, em que os judeus comemoravam o feriado do Yom Kippur. Todos os que seguem a religião judaica jejuam, nesse dia, para

expiar os pecados do ano, à espera de uma nova inscrição no livro da vida do ano seguinte. O brilhante serviço secreto judeu cometeu um erro surpreendente: despreocupou-se com a possibilidade de um ataque árabe contra Israel, nessa data. A sociedade israelense não estava de prontidão (BRENER, 1997, p.57). O comando militar egípcio aproveitou-se do feriado, do descuido israelense e das marés que favoreciam a travessia do Canal de Suez, para iniciar os combates.

O fato dos israelenses não terem percebido os preparativos de ataque do exército egípcio constitui um grande mistério histórico. Isto porque o Egito mobilizou nada menos do que 800 mil homens (reforçados por unidades de combate provenientes do Kuwait), municiados por 2.200 tanques, 2.300 peças de artilharia, 550 aviões de combate e 150 baterias de mísseis antiaéreos. Às 14 horas, quando o ataque começou, os israelenses foram pegos em total surpresa.

A sorte parecia sorrir ao Egito, nos primeiros momentos da guerra. Sadat calculava perder 10 mil homens, ao atravessar o Canal de Suez; perdeu apenas 208. Além disso, os mísseis anti-aéreos egípcios mostraram-se efetivos contra a aviação israelense: 50 aviões foram abatidos nos primeiros três dias de luta.

As coisas pareciam tão fáceis para os egípcios que Sadat, entusiasmado, acabou cometendo um erro trágico: ordenou um rápido e profundo avanço de tropas, deixando-as fora da cobertura dos mísseis anti-aéreos, que ainda estavam posicionados do outro lado do canal de Suez. Israel aproveitou-se do erro, realizando uma contra ofensiva.

No dia 14 de outubro, uma semana depois do início dos combates, aconteceu, no meio do deserto do Sinai, a segunda maior batalha de tanques da história da humanidade (inferior apenas à batalha de Kursk, entre alemães e soviéticos, na II

Guerra Mundial). Atacados por terra e ar, os egípcios perderam 264 tanques; Israel perdeu 10! Moshe Dayan ordenou um movimento ousado, levando tropas israelenses para o lado oeste do Canal de Suez. Como resultado, o 3º Exército egípcio, com 45 mil soldados e 250 tanques, ficou cercado e isolado em pleno deserto do Sinai.

Equacionado o problema egípcio, Israel se lança contra os sírios (que tinham seu exército reforçado por unidades de combate provenientes da Jordânia, Marrocos, Iraque e Arábia Saudita). Mil e quinhentos tanques sírios são contidos e o exército de Israel avança em direção à cidade de Damasco. A mesma falta de coordenação entre as tropas árabes, que levou o mundo árabe à derrota, em 1967, se repete. Mísseis antiaéreos sírios, por exemplo, abateram por engano, algumas dezenas de aviões iraquianos...

A Guerra do Yom Kippur trouxe uma lição para Israel: há uma diferença entre vitória militar e vitória política. Se observarmos friamente os números, teríamos que concluir que Israel venceu a guerra: por exemplo, Israel destruiu 514 aviões árabes, tendo perdido só 102. Mas o general David Eleazar foi acusado de negligência; as carreiras políticas de Moshe Dayan e Golda Meir foram destruídas; o Partido Trabalhista, no poder desde 1948, foi derrotado nas eleições de 1974. O LIKUD, partido de direita, que prometia agir mais duramente contra os árabes, chegaria ao poder.

Os países árabes contabilizaram vantagens importantes, ao final da guerra do Yom Kippur: exércitos árabes mostraram-se capazes de surpreender Israel e sentiram vingados da humilhação de 1967. Sob a presidência do diplomata saudita Ahmed Zaki Yamani, a OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), decidiu reduzir drasticamente a produção petrolífera e fazer do petróleo uma arma diplomática. Estes

fatos, ironicamente, levaram vários países árabes a evitar novas aventuras militares contra Israel. E, por conseqüência, diminuiu a pressão árabe em favor dos palestinos.

Os palestinos ficaram sós e acabaram sendo os grandes perdedores. Não foram consultados, quando a guerra foi tramada. Pior ainda, quando a guerra acabou, ficaram sob uma revigorada repressão judaica a qualquer atividade política ou sindical nos territórios ocupados por Israel. A OLP de Yasser Arafat ficou isolada, o que aumentou o quase insuportável calvário palestino.

3.1.2 O calvário palestino.

Ao vencer a Guerra de Independência, em 1948, Israel construiu o Estado judaico. O problema é que isto foi feito à custa de um povo árabe, que foi empurrado para o exílio: o povo palestino. O Estado Palestino, irmão gêmeo do Estado de Israel, tal como foi imaginado no plano de partilha da ONU, ao término da Segunda Guerra Mundial, não chegou a nascer.

A proposta da ONU, que deveria gerar dois Estados no Mediterrâneo Oriental, gerou um conflito onde, ironia do destino, os palestinos são os principais esquecidos de uma guerra do qual eles próprios são a causa. Por vinte anos (da Proclamação do Estado de Israel, até a Guerra dos Seis Dias) os países árabes desconsideraram a criação de um Estado Palestino, pois estão empenhados em criar “a grande nação árabe”.

Não importa se vivessem sob domínios territoriais de Israel, Jordânia, Egito ou Líbano: os palestinos estavam politicamente reduzidos ao silêncio. Não importa se um palestino fugisse dos combates, na Guerra de Independência, ou se ele se recusava a viver sob domínio político de Israel: seu destino seria o de se somar a uma massa miserável de refugiados, precariamente sustentada pela ONU. Estes refugiados

somavam 957 mil pessoas, no ano de 1950. Ou seja, mais de metade da população palestina, na época, estava desenraizada e jogada na mais completa miséria. Em território sob domínio de Israel permaneceram 160 mil palestinos, tratados como cidadãos de segunda categoria e que seriam considerados como potenciais traidores da pátria israelense. Representando 15% da população que vivia em Israel, os palestinos passaram a ser submetidos a uma administração militar israelense rigorosa, que dura até 1957.

A humilhação política e a coerção militar representavam apenas uma das faces da moeda do calvário palestino. Outro grande sofrimento, enfrentado por esse desventurado povo, foi o da opressão econômica: utilizando pretextos variados (que, aliás, serão reprisados na Cisjordânia e em Gaza, após 1967) os judeus confiscaram aproximadamente metade das terras sob propriedade de árabes palestinos, integrando-as ao “patrimônio judaico”.

Os países árabes “irmãos” não fizeram o menor esforço para ajudar os palestinos. Um burocrata da ONU, em 1951, assim se referiu ao problema dos refugiados palestinos: “Os Estados árabes querem conservá-los como uma ferida aberta, uma afronta às Nações Unidas e uma arma contra Israel. Que os refugiados vivam ou morram, isto pouco importa aos líderes árabes”. (HERZOG, 1984, p. 134)

A Liga Árabe, liderada por Nasser, presidente do Egito, percebeu, no início da década de 1960, a necessidade de se posicionar em relação à questão palestina. Um político chamado Ahmad Chukeiri é escalado para estruturar a OLP (Organização de Libertação da Palestina). Em seus primeiros momentos, a OLP não tinha como principal objetivo a criação de um Estado Palestino: era, na prática, mais um instrumento de propaganda nasserista.

Pouco antes da criação da OLP, um grupo de jovens palestinos, sob liderança de Yasser Arafat, Abu Jihad e Abu Iyad, fundou o grupo Fatah, ou “Vitória”. A Fatah colocava a libertação da Palestina como condição preliminar à realização da unidade árabe. Para a Fatah, o único meio de “libertar a Palestina árabe ocupada” seria a luta armada. No ano novo de 1965, a Fatah realizou sua primeira operação de ataque, em território israelense. (HERZOG, 1984, p. 156)

A ação militar da Fatah e a sua preocupação em construir o Estado da Palestina contrastam com o imobilismo dos países árabes em relação à causa palestina. Como atendia às ansiedades do povo palestino, a Fatah conquistou inúmeros seguidores. As infiltrações guerrilheiras contra Israel, patrocinadas pela Fatah, se multiplicaram, aumentando a tensão que precede a Guerra dos Seis Dias (1967). A derrota dos exércitos árabes, nessa guerra, destruiu o pan-arabismo nasserista, enfraqueceu a liderança de Ahmad Chukeiri e fortaleceu a tese de resistência armada contra Israel, levando Yasser Arafat à direção da OLP.

Yasser Arafat construiu uma estratégia política que levou a duas direções aparentemente contraditórias. Os palestinos rumaram em direção à violência, realizando inúmeros ataques contra Israel e também contra os “traidores árabes”; mas também a OLP se encaminhou em direção às negociações diplomáticas.

Foi pela diplomacia que se propôs a instauração de um Estado árabe-judaico “leigo e democrático” e que seria soberano sobre todos os territórios que a ONU queria dividir entre dois Estados: um judeu e outro árabe. Este foi o “sonho” exposto por Yasser Arafat em 1974 na tribuna da ONU. Para atingir o objetivo de construção do Estado único, árabe-judaico, a OLP tentou conquistar o apoio dos judeus sefarditas (os judeus oriundos do Norte da África e do Oriente Médio, que são majoritários em

Israel, embora mal-integrados), que vivem uma espécie de luta de classes contra os judeus asquenazi (de origem européia e que dominam as estruturas de governo, além de serem mais ricos).

Um deputado israelense, chamado Uri Avneri chegou a propor, no parlamento, a criação de uma “federação cananéia” (que englobaria judeus e árabes, considerados por Avneri como uma única nação semita). A proposta não apenas fracassou, como provocou uma reação inesperada: assustados com a possibilidade da criação de uma nação árabe-judaica, os judeus asquenazi (e muitos sefarditas) passaram a votar em candidatos da extrema-direita, o que acabaria por colocar Menahem Beguim no poder.

Yasser Arafat, em 1977, tomou uma atitude pragmática: percebendo que o objetivo do terrorismo já havia sido alcançado (divulgar mundialmente a questão palestina) e que a perpetuação da ação terrorista provocaria a repulsa internacional, decidiu abandonar o terrorismo e apostar no caminho diplomático. Dessa forma, a direção da OLP propôs a criação de um Estado soberano “em qualquer pedaço libertado da pátria”. O que se buscava era uma solução de compromisso: de um lado, induzia os países do mundo ao reconhecimento do direito à autodeterminação dos palestinos, construindo-se um Estado nos enclaves da Cisjordânia e Gaza; de outro lado, embora não explicitamente, a OLP estaria aceitando a existência de um Estado judeu.

A opção pragmática encontrou, entretanto, forte oposição interna: os refugiados palestinos de 1948, originários do território que agora é de Israel, não admitiam o reconhecimento da existência de um Estado judaico.

Ao aceitar implicitamente a existência de Israel e ao definir o caminho diplomático como vital, a direção da OLP mostrou amadurecimento. O problema é que

esse amadurecimento não chegou ao corpo institucional da OLP, que era um conglomerado de organizações heterogêneas, um microcosmo que refletia as divisões do mundo árabe. Podia-se comparar a OLP a uma sociedade anônima, onde vários países árabes possuíam participação acionária: a facção Saika era dominada pela Síria; a FLA obedecia ao Iraque; o Hesbollah recebia instruções iranianas, etc. Como a OLP possuía muitas características nacionalistas, os grupos pan-árabes (mesmo os que estavam incrustados na OLP) tramavam por sua destruição.

Os palestinos enfrentavam enormes dificuldades para conseguir alguma articulação política. Estas dificuldades explicam a enorme lista de sofrimentos dos palestinos, infligidos por seus “irmãos árabes”: começou com a perda de território, sob o olhar impassível das nações árabes, em 1948; seguiu com o exército jordaniano, que massacraram milhares de palestinos (TREGNIER, 1994, p.38) no episódio do “setembro negro” (17/09/1970); em 1976, Israel sitiou o acampamento palestino de Tal-al-Zaatar, no Líbano (com o apoio tácito daquele país); logo a seguir, o exército sírio cercou os palestinos em Trípoli (também no Líbano); em 1983, os falangistas maronitas libaneses massacraram os campos de refugiados palestinos, em Sabra e Chatila; depois, a Líbia e o Iraque apoiaram o terrorista palestino Abu Nidal, o que provocou a repulsa internacional contra os palestinos e enfraqueceu a liderança de Arafat; em 1990, quando o Kuwait foi invadido, seguidores palestinos do governante iraquiano, Saddam Hussein, chacinaram palestinos que se colocaram contra a invasão. Esses sofrimentos foram resumidos, da seguinte forma, pelo poeta palestino Mahmud Darwich: “Descobrimos o quanto já nos tornamos árabes nas prisões israelenses; descobrimos o quanto já nos tornamos palestinos nas prisões árabes.”

Ao utilizar o diálogo como o principal instrumento para conciliar interesses opostos, a OLP ficou entre dois fogos: de um lado estavam os israelenses que não admitiam ceder um centímetro de terra para os palestinos; do outro, os grupos radicais islâmicos que queriam jogar os judeus ao mar. Isto fez com que a OLP se transformasse na principal vítima, tanto dos atentados realizados pelas forças israelenses, como dos atentados realizados pelos radicais islâmicos palestinos, sírios, iranianos, líbios, iraquianos e iemenitas.

Os grupos de direita, em Israel, aproveitando-se das dificuldades de articulação política da OLP, recorreram à estratégia de ocupar os territórios reivindicados pelos palestinos, estabelecendo colônias de imigrantes judeus. Esta ocupação territorial provocou um brutal encolhimento do espaço de manobra diplomática da OLP.

3.1.3 Colônias israelenses em território palestino

Alguns grupos religiosos judeus, politicamente conservadores, tinham um velho sonho: tornar verde o deserto e povoá-lo com judeus. Ao final da Guerra dos Seis Dias (1967), o ministro Igal Alon decidiu transformar esse sonho em estratégia do governo de Israel. Alon propôs a colonização de uma faixa de vinte quilômetros de largura ao longo do vale do Rio Jordão. A justificativa ministerial era a de se construir uma “zona-tampão”, na fronteira entre Israel e Jordânia, que impediria a infiltração de guerrilheiros palestinos (*fedayin*) em território israelense.

A *nahal*, uma espécie de colônia agro-militar (assemelhada ao *kibutz*), seria o instrumento que viabilizaria a estratégia de colonização judaica. É óbvio que os palestinos reagiram vigorosamente a esta manobra de apropriação territorial. Argumentando que era necessário proteger as *nahal*, o governo de Israel duplica os

efetivos do exército entre os anos de 1967 e 1985. Assim, o exército de Israel passou de 71 mil para 140 mil soldados.

Quando o grupo direitista *Likud* chegou ao poder, no ano de 1977, a manobra de colonização dos territórios tomados aos árabes ganhou uma nova dinâmica. A proposta do *Likud* era a de criar um fato consumado: o povoamento judaico em territórios que, sendo habitados por judeus, não poderiam mais ser devolvidos aos árabes. Estamos diante de um projeto geopolítico, consistente e coerente, que foi batizado como *Israel Hashlemá* (Grande Israel). Este projeto supunha o domínio sobre a Cisjordânia (que os políticos do *Likud* faziam questão de renomear pelos nomes bíblicos de Judéia e Samaria).

Estamos diante de uma guerra de palavras que não era, em hipótese alguma, ingênua. Além de renomear a Cisjordânia, os líderes do *Likud* não admitiam que a imprensa internacional definisse como “territórios ocupados” as colônias judaicas em territórios invadidos. Eles exigiam que esses territórios fossem considerados “recuperados” ou “libertados”. Os partidários do *Likud* agitavam o Velho Testamento, como se fosse escritura imobiliária, para legitimar a apropriação israelense sobre os territórios em que viviam os palestinos. O uso do termo “território liberado”, ao invés de “território ocupado”, possuía uma evidente utilidade política: Israel conhecia as estipulações da Convenção de Genebra relativa à ocupação de territórios, em caso de guerra. Imaginava que esta engenhosa troca de palavras lhe permitiria ignorar a Convenção.

Israel decidiu-se pela política do “fato consumado”, ou seja, considerar definitiva a colonização judia na Cisjordânia, em todas as mesas de negociação. Israel

não mais admitiu a discussão sobre a devolução dos territórios colonizados pelos judeus a um eventual Estado Palestino.

A estratégia israelense de colonizar os territórios conquistados na guerra tinha o respaldo de um grupamento de militantes religiosos, conhecido pelo nome de Gush Emunim (Bloco dos Fiéis). Para esses partidários do Grande Israel, as terras em questão foram usurpadas pelos árabes durante a Idade Média e são judaicas por promessa divina; reconquistá-las é um dever sagrado. O sionismo desses apóstolos da *tshuvá*, ou “retorno a Deus”, é totalmente diferente do sionismo leigo (e até socialista) de alguns dos fundadores de Israel. É curioso observar que a visão de mundo do Gush Emunim é extremamente parecida com algumas teses defendidas pelos cruzados cristãos da Idade Média e pelos povos islâmicos que se colocam como partidários do *Jihad* (Guerra Santa).

Com método, o governo de Israel realizou o assentamento de comunidades judaicas, em território tomado aos árabes: procurou-se uma integração econômica, política e populacional. Os objetivos estratégicos foram os de fragmentar o espaço geográfico ocupado pelo povo palestino, romper a homogeneidade do hábitat árabe e construir uma nova rede de continuidade territorial judaica, através da multiplicação de colônias invasoras. A estratégia completou-se por meio da efetivação de uma contínua pressão desagregadora sobre as aldeias palestinas, impedindo os árabes de construir novas residências e que abrissem poços artesianos: a idéia era induzi-los a partir dos locais onde viviam.

Para enfrentar as pressões israelenses restou, aos palestinos, uma única estratégia de resistência: manter a superioridade numérica, incentivando a natalidade das famílias árabes. Não é por acaso que as famílias palestinas possuem, normalmente,

dez pessoas. Talvez esse incremento populacional não seja suficiente, pois os grupos religiosos judeus também incentivam a criação de famílias numerosas. Além disso, a “lei do retorno” atrai migrantes judeus que acabam sendo enviados para as colônias encravadas em território tomado aos árabes. Nos últimos quinze anos, a “lei do retorno” tem encontrado uma enorme aplicabilidade, uma vez que a desintegração da União Soviética provocou um deslocamento enorme de judeus, da Europa Oriental para Israel. Não há dados precisos sobre quantos judeus soviéticos rumaram para Israel, mas é provável que esse número chegue perto de meio milhão de pessoas.

3.1.4 Intifada.

O acordo de Camp David, assinado na residência de verão do presidente dos EUA, no dia 26 de março de 1979, possuía duas partes. A primeira parte instituiu uma paz claramente formalizada, entre Israel e Egito, marcando a retirada israelense do Sinai e a desmilitarização desse território. A segunda parte propunha negociações para se dar autonomia às regiões de Gaza e Cisjordânia, num prazo de cinco anos.

A primeira parte do Acordo de Camp David não foi bem recebida pela população de Israel: milhares de colonos judeus, instalados no Sinai, protestaram energicamente. A segunda parte do plano provocou uma repulsa geral entre os Estados árabes: os palestinos que viviam em Gaza e Cisjordânia não seriam representados pela OLP nas negociações para a autonomia da região. O máximo que Israel admitia era que alguns palestinos participassem das reuniões, se estivessem participando das delegações egípcia e jordaniana.

As negociações de Camp David deram a impressão de que a OLP era inútil. A impressão de inutilidade ampliou-se quando a OLP foi escoraçada de suas posições no Líbano. Os habitantes de Gaza e da Cisjordânia estavam cansados das promessas da

OLP e dos países árabes; não tinham esperança de reconquistar o território perdido em 1947; estavam desesperados por enfrentar um cotidiano cada vez mais difícil. Os palestinos completaram quarenta anos de exílio, em dezembro de 1987, sob miséria crescente. Na verdade, os palestinos não tinham mais nada a perder. Isso os fez iniciar uma revolta contra o exército israelense de ocupação, mesmo sem ter a menor esperança de serem vitoriosos.

Revolta estarrecedora, inacreditável, sem uso de armas. Passeatas quase sempre lideradas por adolescentes, com milhares de participantes, acabavam se transformando em manifestações de fúria. Pedras eram arremessadas contra os soldados judeus. O exército de Israel estava preparado para enfrentar guerras clássicas mas não sabia o que fazer contra esse tipo de protesto. O governo de Itzhak Shamir acabou reagindo como se a Intifada (“sobressalto”, em árabe, como a rebelião ficou conhecida) fosse uma guerra convencional (BRENER, 1997, p. 76) .

Pedradas contra tiros de fuzil; mais pedradas. Apesar de três mil palestinos terem encontrado a morte, nada parecia deter a Intifada que, aliás, se alimentava de seus “mártires”. Sucedem-se greves de palestinos, boicote aos produtos israelenses, manifestações em que se desfalda a (naquela época) proibida bandeira palestina.

O movimento palestino, no princípio espontâneo, passou a respeitar as instruções da OLP. E a direção da OLP não estava interessada em ampliar a escalada de violência, passando para a luta armada. Yasser Arafat sabia que um conflito generalizado seria letal para os palestinos. As pedras são um símbolo que, além de expressar a pobreza das vítimas, mostra a vontade de se evitar que a luta ultrapasse um nível de violência que inviabilizasse um retorno às negociações.

A Intifada mostrou-se um excelente instrumento de propaganda. Graças à revolta das pedras, a OLP passou a colecionar vitórias políticas. Em novembro de 1988, o Conselho Nacional Palestino, reunido em Argel, avançou no caminho das negociações de paz, ao reconhecer o conjunto das resoluções da ONU sobre a Palestina, incluindo a 242 e a 338. Isto significava que os palestinos admitiam a existência do Estado de Israel. Logo a seguir, a OLP renunciou a qualquer atividade terrorista e proclamou a constituição do Estado árabe da Palestina, que é imediatamente reconhecido por 90 países. Outro fato novo e importante: as organizações radicais palestinas, como a FPLP, se submeteram à decisão do Conselho Nacional Palestino e deram uma chance (com a condição de sucesso rápido...) à linha de ação de Arafat. O Conselho Nacional Palestino iniciou, então, um diálogo com o governo dos EUA, chave de qualquer decisão que permitisse a existência do Estado palestino.

Já em Israel, os efeitos da Intifada foram devastadores. Muitos dos jovens soldados do exército judeu se recusam a atirar contra palestinos armados apenas com pedras. A imagem da nação judaica se deteriorou no exterior: o pequeno e bom Davi, da época da luta pela independência, transforma-se no monstro Golias, que fuzila jovens imberbes. Simultaneamente, dentro do Estado de Israel, cresciam as manifestações pela abertura imediata das negociações de paz com os palestinos. Personalidades importantes, da cultura e da política de Israel, encontravam-se abertamente com Arafat, em território da Tunísia, desafiando a proibição das leis israelenses.

Parecia que a Intifada precipitaria uma série de acontecimentos que levaria, inexoravelmente, à solução da questão palestina. Mas a Organização de Libertação da

Palestina possuía um ponto frágil: sua enorme dependência em relação ao governo iraquiano. Ao se jogar na aventura da invasão do Kuwait, Saddam Hussein (que financiava toda a estrutura da OLP) acabou obrigando Yasser Arafat a declarar apoio ao Iraque. Esse apoio prejudicou, em muito, os palestinos.

3.1.5 O tratado de Oslo.

O Iraque, em 1990, não era apenas um país endividado; era também um país superarmado. Com a exceção de Israel, o Iraque poderia ser considerado a maior potência militar do Oriente Médio. Pensando nesses fatos, o ditador iraquiano decidiu atacar um pequeno país, fronteiro ao Iraque: o Kuwait. Segundo Hussein, o Kuwait era um emirato artificialmente criado, no passado, pelo imperialismo britânico para impedir que o Iraque tivesse portos no Golfo Pérsico. Além disso, com o domínio sobre os poços de petróleo do Kuwait, o governo iraquiano certamente poderia influir diretamente nos preços do petróleo no mercado internacional. Em 02 de agosto de 1990 o diminuto emirato foi invadido.

Os miseráveis, da Palestina, da Jordânia, do Egito, da Síria, do Iêmen, iriam apoiar o Iraque, pensava Saddam: e ele acertou. O problema é que os magnatas da Arábia Saudita, do Qatar, de Baheïn, de Dubai, além de todos os governantes autoritários do Oriente Médio, iriam fazer o possível para destruí-lo. Como esses magnatas e governantes sabiam-se incapazes de enfrentar a máquina de guerra iraquiana, decidiram abrir espaço para a intervenção norte-americana.

Saddam Hussein desconsiderou a possibilidade de uma intervenção norte-americana direta. Sua lógica baseava-se em dois pressupostos: o de que a aliança entre Iraque e URSS demoveria os EUA de um conflito bélico; e o de que os interesses econômicos norte-americanos (potência imperialista que possui reservas de petróleo e

que tem empresas que comercializam petróleo em todo o planeta) os levariam a apoiar uma eventual subida nos preços do óleo.

O ditador iraquiano errou duas vezes: a flagrante decadência econômica da URSS levava-a a depender dos dólares norte-americanos obrigando-a, inclusive, a trair algumas alianças em busca de favores econômicos das grandes nações capitalistas. Além disso, costurando a base para uma futura hegemonia mundial, os EUA consideravam estrategicamente vantajoso garantir a estabilidade econômica capitalista garantindo petróleo, a preços baixos, para o Japão e as demais nações industrializadas. Em suma, os EUA decidiram interferir na Guerra do Golfo.

No momento da luta, Saddam Hussein percebeu-se com apenas três aliados: o Iêmen, que sempre se alinha contra o Ocidente; a Jordânia, país umbilicalmente dependente da economia iraquiana; e a OLP, de Yasser Arafat, totalmente financiada pelo Iraque, naquele período.

A ação norte-americana foi objetiva e rápida: em primeiro lugar, conseguiu a garantia de Israel de que não revidaria aos eventuais ataques iranianos (esta garantia custaria, aos cofres norte-americanos, a quantia de 10 bilhões de dólares); a seguir, em 16 de janeiro de 1991, os EUA iniciaram a operação “Tempestade no Deserto”, realizando um violento bombardeio que imobilizou as “ultratreinadas” tropas iraquianas. Em 23 de fevereiro, as forças terrestres da coalizão liderada pelos EUA avançaram contra as posições iraquianas em território do Kuwait. Bastaram cinco dias para que os iraquianos se rendessem. Duzentos mil soldados iraquianos foram capturados e 100 mil iraquianos morreram (BRENER, 1997, p 82). As tropas lideradas pelos EUA sofreram 85 baixas, das quais 65 foram causadas por “fogo amigo” (vítimas das próprias bombas arremessadas por aviões norte-americanos).

Terminada a Guerra do Golfo, os EUA consideravam que havia uma boa chance de se conseguir um acordo entre palestinos e israelenses. De um lado, a OLP estava numa situação de enorme desgaste, pois apoiara Saddam Hussein, que fracassara. Do outro lado, Israel precisava do crédito de 10 bilhões de dólares e não estaria em condições de resistir às pressões diplomáticas norte-americanas.

O desgaste da OLP ficou evidente durante as negociações em Madri (ainda no ano de 1991). De acordo com a elegante linguagem diplomática, a preocupação dos EUA, nessas negociações, era a de se encontrar uma fórmula para programar a ‘autonomia’ para os palestinos. Danny Rubinstein escreveu que a ‘autonomia’ que os Estados Unidos e Israel estão propondo é

“autonomia como em um campo de prisioneiros de guerra, onde os prisioneiros são autônomos para cozinhar suas refeições e para organizar sem interferência eventos culturais”. (apud CHOMSKY, 1996, p. 278)

Na verdade, Rubinstein estava sendo otimista: ao propor que os palestinos tenham controle sobre os serviços locais, as negociações de Madri oferecem a Israel o acesso à mão-de-obra barata, mercados controlados, recursos e regiões selecionadas para colonização, incluindo subúrbios proveitosos de Tel Aviv e Jerusalém. Mas Israel não ficaria responsável pela massa da população, abandonada a viver como pode, sob condições que oferecem perspectivas limitadas.

De resto, o ano de 1991 pode ter sido ruim para o planeta, mas foi ótimo para Israel: com a derrota, na Guerra do Golfo, o Iraque deixou de ser um adversário temível; com a implosão da União Soviética, acelera-se o fluxo de imigrantes que permitirá Israel a vencer a batalha demográfica com os palestinos. Essa dupla vitória foi tão nítida que ampliou a intransigência israelense: Ariel Sharon e os “falcões” do Likud exigiam a expulsão maciça dos palestinos. E, no seio do governo Shamir, os

partidos de extrema-direita estavam inclinados efetivamente a adotar uma solução radical: deportar em massa a comunidade palestina, apagar os vestígios de sua presença no território do “Grande Israel”.

Ao mesmo tempo em que a conjuntura internacional favorecia Israel, ela estava contra os palestinos: sem apoio de movimentos internacionais de solidariedade e com o fim do apoio econômico iraquiano, Yasser Arafat e seu grupo estavam prestes a se renderem.

Deixando de lado sua neutralidade nas questões políticas internas de Israel, o governo norte-americano realizou, em 1992, uma sutil mudança estratégica. Sinalizou que veria com alegria uma eventual vitória do partido trabalhista israelense. O Partido Trabalhista de Israel agiu com inteligência, substituindo o pacífico chanceler Shimon Peres pelo truculento general Itzhak Rabin (que costumava dizer que gostava de quebrar ossos de palestinos) como candidato a primeiro-ministro. O eleitor israelense teria a garantia de que eventuais acordos de paz, assinados pelos trabalhistas, não comprometeriam a segurança do Estado israelense.

Yasser Arafat percebeu para onde o vento estava soprando: de maneira surpreendente, recomendou aos 900 mil palestinos que tinham o direito de votar nas eleições israelenses, que sufragassem o candidato trabalhista.

Rabin venceu e, no discurso de posse, acenou com a possibilidade de fazer um acordo de paz:

“Estamos destinados a viver juntos, com vocês, palestinos, no mesmo trecho de terra. Vivemos nossa vida com vocês, ao lado de vocês, ou contra vocês. Vocês não terão tudo o que quiserem. Nem nós.” (apud. BRENER, 1997, P. 88)

Algumas reuniões secretas, entre palestinos e israelenses, foram mediadas pelo Partido Trabalhista Norueguês: das reuniões de Oslo surgiu o acordo tão esperado, em

1993. A idéia básica do acordo era a de que Israel reconheceria a existência da Palestina, e a OLP aceitaria um processo de autonomia territorial ultragradual que começaria com os territórios da faixa de Gaza e pela cidade de Jericó, em território cisjordânico.

Yasser Arafat sabia que essa proposta não seria aceita por muitos palestinos, mas estava sem sustentação econômica desde o momento em que o Iraque perdeu a Guerra do Golfo: não tinha cacife para rejeitar esse (ou qualquer outro) acordo. Rabin, por seu turno, não podia rasgar os 10 bilhões de dólares que os EUA ofereciam: mesmo confidenciando aos amigos que se sentiria mal “por apertar uma mão suja de sangue judeu” (apud. BRENER, 1997, p. 89), aquiesceu. Em 13 de setembro de 1993, sob a hospitalidade de Bill Clinton, Arafat e Rabin assinaram o acordo de paz.

Rabin, visivelmente constrangido, encontrou forças para realizar um belo discurso:

Essa declaração de princípios entre Israel e os palestinos não é uma coisa fácil para mim, como soldado das guerras de Israel, nem para o povo israelense. Nós que lutamos contra vocês, palestinos, dizemos hoje, em alto e bom som: basta de sangue e lágrimas. Nós estamos dando hoje uma chance à paz. (apud. BRENER, 1997, p. 89)

Talvez o Acordo de Oslo signifique exatamente isso: uma capitulação incondicional dos dirigentes palestinos.

Há, em Israel, quem compare o Acordo de Oslo ao fim da *Apartheid* na África do Sul, mas a real comparação é com o início da *Apartheid* – da promulgação das leis dos anos 1950 na África do Sul que criaram os bantustões. O Acordo de Oslo é mais ou menos isso: segregação espacial. Há, no Acordo, tanta independência para os Territórios – talvez até menos – quanto tinham os bantustões.

Israel e os Estados Unidos conseguiram, em linhas gerais, a solução que vinham propondo há mais de vinte anos e em favor da qual os EUA obstruíram todas as iniciativas diplomáticas internacionais, sem exceção, por mais de 20 anos. Pelo Acordo de Oslo, o acerto de longo prazo entre Israel e os palestinos agora será apenas nos termos da Resolução nº 242, da ONU, que não diz nada sobre a criação de um Estado Palestino.

Assim, o que é exigência internacional (a criação do Estado Palestino) transforma-se em “generosidade” israelense: os palestinos só recebem os territórios que Israel se dispõe a ceder. Diante dessa situação, pode-se também perguntar: e o que acontece com os territórios que Israel não quer ceder?

Sobre o que Israel não quer ceder, podemos lembrar que, neste momento, há enormes projetos de construção erguendo-se por todos os Territórios Ocupados (contando, como sempre, com financiamento dos EUA) e Israel vai simplesmente continuar com seu programa de assentamento (a idéia é ‘assentar’ cidadãos judeus nos territórios palestinos, que não são oficialmente parte do Estado de Israel, para fortalecer a reivindicação de Israel por eles).

Israel criou, também, um bolsão de colonos judeus em torno do que eles chamam de Grande Jerusalém. A idéia é dividir a Cisjordânia em duas partes separadas (Samaria e Judéia) e cercar Jerusalém: Israel depois cedeu – muito satisfeito – a autoridade à guarda local para fazer o serviço sujo de manter a ordem.

Seria como perguntar à força policial de New York se lhes agradaria entregar o Harlem para ser patrulado por mercenários locais, enquanto eles ficariam em Wall Street, no Upper East Side, na Madison Avenue e assim por diante – se vocês pedissem isso à força policial de New York, tenho certeza que eles ficariam encantados. Quem quer patrulhar o Harlem? (CHOMSKY apud MITCHELL, 2005, p.239)

Com a “invenção” da Grande Jerusalém, Israel solapa qualquer perspectiva de uma autonomia significativa para os palestinos: as cidades e vilas árabes da Cisjordânia começam a parecer ilhas dispersas em meio ao mar. Israel insiste em manter um acordo que exige um percurso longo e difícil entre Belém e Ramallah – para os árabes, barrados do acesso direto através de Jerusalém Leste.

“A construção israelense planejada exclusivamente para a habitação judaica, no que já é chamado de Grande Jerusalém, pode ser vista como uma continuação dos bem conhecidos planos de Ariel Sharon em repartir as áreas de habitação palestinas em enclaves, os quais chamou de ‘bolsões de autonomia’. Nenhuma solução justa ou satisfatória aos dois povos será possível se os planos de Sharon forem aplicados ao desenvolvimento de Jerusalém, como está ocorrendo rapidamente desde que o acordo do Oslo foi assinado.” (CHOMSKY, 1996, p. 324-325)

O Acordo de Oslo, por tratar de questões territoriais específicas, se encaminhava bem. E poderia permitir o avanço das negociações entre palestinos e israelenses. Enquanto a controvérsia dizia respeito a territórios, os líderes árabes moderados podiam encará-la como um problema local, um problema palestino. Podiam até pressionar, exigindo que os palestinos fizessem alguns compromissos com Israel.

Mas quando o presidente Bill Clinton, no ano de 2001, movido por questões internas norte-americanas, decidiu inflar a campanha presidencial de seu vice-presidente, concentrando esforços na tentativa de conseguir uma paz definitiva entre Israel e Palestina, inviabilizou o acordo. A vinculação apressada dos lugares santos às disputas territoriais ampliou demasiadamente o debate: o que era uma busca de acordo com os palestinos, transformou-se numa questão pan-árabe e até mesmo pan-islâmica. Ao mesmo tempo em que esse fato ampliava a influência de Arafat, reduziu a sua flexibilidade.

A partir do momento em que a questão religiosa foi posta sobre a mesa, nenhum líder árabe poderia ignorar a ameaça fundamentalista que se revigora toda vez

que se fazem concessões a Israel. Clinton, após introduzir questões religiosas na mesa de negociações, pediu que os líderes sauditas e egípcios interviessem junto a Arafat. Em outras palavras, Clinton pediu que esses líderes árabes propusessem a aceitação do domínio judeu sobre Jerusalém. Atender ao pedido seria, para os governantes árabes, um suicídio político. Considerando como agem os fundamentalistas diante de quem recua diante dos interesses de Israel, talvez seja até um suicídio físico.

A sobrevivência política (e física) falou mais alto e todos os governantes árabes que poderiam participar de um processo de negociações, saíram de cena.

Bill Clinton, sem dúvida, cometeu um enorme equívoco, pois considerou que o processo de paz era um ajuste psicológico mútuo e o conflito entre palestinos e judeus não passava de um mal-entendido. Esta percepção obscureceu a natureza do conflito e bloqueou a noção de que as raízes da luta eram muito profundas. Na verdade, Clinton não foi o único a errar: os líderes israelenses e palestinos, durante alguns anos, agiram como se o velho conflito pudesse ser resolvido através de negociações sem compromissos com as questões culturais, políticas e históricas. As ferramentas utilizadas na mesa de negociações, nesse período, foram inacreditavelmente ingênuas e toscas: os palestinos usavam revoltas urbanas (as *intifadas*) e a pressão organizada dos países árabes; os israelenses acenavam com manifestações de força militar e com o apoio econômico dos EUA. Cada um dos lados imaginava estar desgastando o outro e conseguindo concessões que levariam ao acordo definitivo de paz.

Os líderes israelenses, palestinos e norte-americanos recusavam-se a reconhecer as profundas divergências que separam os povos de Israel e da Palestina. Fingiram (ou acreditaram) que as coisas poderiam ser rapidamente resolvidas, quando assinaram o Acordo de Oslo.

Os belos discursos proferidos em Oslo acabaram obscurecendo o aspecto operacional que viabilizou as principais decisões do encontro: a barganha, que adiava a resolução das questões mais difíceis (fronteiras finais; Jerusalém; desmilitarização) para um futuro relativamente distante. A idéia era a de que medidas recíprocas construiriam a confiança entre as partes.

É provável que tenha acontecido o oposto, nos anos seguintes. Supunha-se que Israel iria renunciar mais e mais ao controle sobre porções cada vez maior de terras ocupadas, antes da negociação final (e o primeiro-ministro Binyamin Netanyahu frustrou essa suposição, logo depois de Oslo). Supunha-se, igualmente, que os palestinos adotariam medidas adicionais para a construção de um ambiente pacífico entre os dois povos (mas ninguém quantificou quais seriam as compensações palestinas em troca das concessões territoriais israelenses, o que inviabiliza a construção deste “ambiente pacífico”).

A situação descambou para a seguinte realidade: para o povo israelense, o processo começou a parecer uma série de concessões unilaterais, sem que os palestinos depusessem as armas; para o povo palestino, o processo parecia dar aos “invasores” judeus o direito de se estabelecer nas “sagradas” terras de Jerusalém. Não foi por acaso que o conflito se intensificou e a possibilidade de uma paz completa tornou-se tão remota.

3.1.6 As relações entre Israel e EUA.

Passemos agora, para o terreno das relações diplomáticas e militares: as especialíssimas relações entre Israel e EUA também não foram discutidas (ou, ao menos, referidas), nas edições dos telenoticiários que são o alvo de nosso estudo. Não há qualquer menção ao fato de que Israel permite, aos EUA os meios para obter uma

vantagem militar estratégica no Oriente Médio. Essa tese do ‘trunfo estratégico’ encontrou seu lugar natural – no início da década de 1970, dentro da Doutrina Nixon, que reconheceu que os Estados Unidos não poderiam mais “fazer o papel de policial do mundo e, portanto, esperariam que outras nações fornecessem mais guardas para a ronda de sua própria vizinhança” (secretário de Defesa, Melvin Laird, apud CHOMSKY, 1996, p. 255-256) – contanto que as delegacias de polícia, foi entendido, permaneçam em Washington.

Com a queda do xá do Irã, em 1979, o papel de Israel como um gendarme regional somente aumentou, de acordo com Chomsky:

“Veja só: um dos aspectos interessantes dos anos 1970-80 é que os EUA tiveram, em grande medida, de executar suas intervenções no exterior por meio de Estados mercenários. Há uma rede inteira de Estados mercenários dos EUA. Israel é o principal, mas aí se incluem também Taiwan, África do Sul, Coréia do Sul. (...) Um dos principais atores em cena é Israel: Israel ajudou os EUA a penetrarem na África Negra, ajudou a apoiar o genocídio na Guatemala; quando os EUA não puderam mais se envolver diretamente com as ditaduras militares do cone sul da América do Sul, Israel fez tudo isso para nós. É muito valioso contar com um Estado mercenário assim, que é militarmente desenvolvido e tecnologicamente competente.” (CHOMSKY apud MITCHELL, 2005, p.19-20)

Israel mantém sua função de Estado mercenário até hoje. Vende armas e dá apoio logístico a uma grande gama de ditadores africanos com os quais o governo dos EUA não pode manter relações comerciais e militares diretas. Sobre este relacionamento político-militar promíscuo, não há qualquer referência nos telenoticiários. Este silêncio não ocorreu apenas na cobertura da devolução dos territórios da Faixa de Gaza: é característico de toda a cobertura jornalística, em nosso país.

Independentemente da cegueira jornalística em relação ao comportamento mercenário de Israel e da existência de um noticiário, sobre o Oriente Médio, claramente influenciado por interesses israelenses e norte-americanos, há – em nosso

país e em todo o mundo – um consenso quanto ao esquema básico de uma solução no Oriente Médio: alguma variedade de solução bipartite.

Existem dois grupos reivindicando o direito de autodeterminação nacional no mesmo território; ambos têm seu direito, são direitos conflitantes. Como os direitos conflitantes transformaram-se em estado de beligerância e não há mais espaço para uma conciliação federativa, resta o caminho da criação de dois países. A solução é reconhecer o direito de autodeterminação dos judeus em alguma coisa como o Estado de Israel e o direito de autodeterminação dos palestinos em alguma coisa como um Estado Palestino. E todo mundo sabe onde esse Estado Palestino seria – na Cisjordânia e na Faixa de Gaza, mais ou menos conforme as fronteiras que existiam antes da Guerra dos Seis Dias, em 1967.

Tudo isso é óbvio há anos – por que não aconteceu? Bem, é claro que Israel é contra. Mas o principal motivo pelo qual isso não aconteceu é que os Estados Unidos o bloquearam: os Estados Unidos vêm bloqueando o processo de paz no Oriente Médio nos últimos vinte anos. Os Estados Unidos apóiam uma política que Henry Kissinger chamou de ‘irresolução’ (*stalemate*); deixar as coisas como estão, manter o sistema de opressão israelense.

Há um motivo para isso: ter um Israel aguerrido e militarista é uma parte importante de como os EUA governam o mundo. Basicamente os Estados Unidos não estão preocupados com o bem-estar de Israel: se os israelenses forem, eventualmente, massacrados ou não, os estrategistas dos EUA não consideram como questão importante. Não há obrigações morais, ou qualquer outra coisa, que levem os EUA a zelar pela integridade de Israel. Os EUA preocupam-se, de fato, é com o controle dos enormes recursos de petróleo do Oriente Médio.

O Conselho de Segurança Nacional dos EUA, em memorando de 1958, destacava que o principal inimigo dos Estados Unidos no Oriente Médio (como em qualquer parte) é o patriotismo, que eles chamam de ‘nacionalismo árabe radical’ – o que significa independência, países buscando outro rumo que não a submissão às necessidades do poder norte-americano. Bem, esse é sempre o inimigo: o povo árabe não consegue entender por que as riquezas e os recursos enormes da região têm de estar sob o controle de investimentos norte-americanos e britânicos, enquanto eles morrem de fome. Quando os árabes reagem, os EUA consideram este comportamento inaceitável. E uma arma útil contra esse tipo de ‘nacionalismo árabe radical’ seria um Israel altamente militarizado, que seria então uma base segura para o poder dos EUA na região.

“O valor de Israel para os Estados Unidos depende do fato de que ele esteja ameaçado de destruição: isso o torna completamente dependente dos Estados Unidos para sobreviver e, portanto, extremamente confiável”. (CHOMSKY, apud MITCHELL, 2005, p. 173-174)

3.1.7 Ariel Sharon.

Os Acordos de Oslo foram firmados com o objetivo de servirem como início de uma grande série de tratativas pontuais que ampliariam, paulatinamente, a confiança recíproca. Num futuro, as discussões poderiam se aproximar dos temas controversos. Por isso, em Oslo não se avançou na resolução das questões mais complexas: não se definiu como seriam distribuídos os recursos hídricos regionais, não se discutiu o status da cidade de Jerusalém, nem se propôs o pagamento de qualquer tipo de indenização para os palestinos que acabaram expulsos de seus lares, por ocasião da criação do Estado de Israel.

No final do milênio, o eleitorado israelense decidiu opor um grande obstáculo à busca de confiança mútua, esboçada em Oslo: em decorrência das eleições

parlamentares, Ariel Sharon (ex-chefe das forças de segurança de Israel e provável responsável pelas chacinas de palestinos, em Shabra e Shatila) tornou-se o primeiro ministro.

Ariel Sharon percebeu que o calcanhar de Aquiles da Autoridade Palestina era sua fraqueza econômica. Com a rudeza inapelável de um general, resolveu explorar as limitações financeiras de seu rival. Por isso, realizou uma visita provocativa a uma região considerada santa pelos seguidores da religião muçulmana. Apostou, acertadamente, que alguns palestinos radicais iriam reagir à provocação. E usou a reação indignada dos muçulmanos ortodoxos como desculpa para levar adiante um plano de destruição sistemática de toda a infra-estrutura necessária para a manutenção da autonomia palestina.

Os ataques, comandados por Sharon, aparentavam agir contra as lideranças terroristas islâmicas. Mas quando os tanques israelenses atacavam localidades palestinas, os alvos preferenciais eram os automóveis, os canos d'água, as casas, os prédios residenciais e os escritórios administrativos da Autoridade Palestina. A estratégia de Sharon era a da “terra arrasada”.

Subsidiariamente, a estratégia de Sharon forçou Yasser Arafat, líder palestino, a procurar apoio financeiro onde quer que ele exista. Arafat bem que tentou auxílio ocidental, mas as grandes nações gostam de gastar palavras: não gastam dólares. Sem alternativa, a Autoridade Palestina aceitou o dinheiro enviado por governos ditatoriais árabes e grupos terroristas islâmicos. Ao receber dinheiro dessas fontes, Arafat ficou impossibilitado de reagir às intervenções de grupos terroristas como a Jihad Islâmica, Mártires de Al Aqsa ou Hesbollah. E quanto mais atentados terroristas ocorriam, mais

Ariel Sharon se legitimava diante de seu eleitorado. Isto lhe permitiu realizar atos de terrorismo de Estado.

Sharon, a partir do início de 2005, requintou a estratégia israelense, em relação aos territórios palestinos, a partir da análise de dois aspectos conjunturais: em primeiro lugar, a morte de Yasser Arafat tirou de cena a única liderança palestina com autoridade para estabelecer regras de ação para toda a comunidade; em segundo lugar, os EUA afundaram diplomaticamente no conflito iraquiano, e precisavam reduzir as zonas de atrito com os países árabes.

Enquanto isso, Mahmud Abbas chega à liderança da Autoridade Palestina com a difícil tarefa de substituir Yasser Arafat. Sharon aproveita-se desse delicado momento de transição para acusar Abbas: segundo o chefe de Estado de Israel, a Autoridade Palestina não era capaz de se apresentar na mesa de negociações em condições de avançar no caminho da paz, pois não consegue conter as ações terroristas dos grupos Jihad, Mártires de Al Aqsa e Hesbollah.

As acusações, contra o primeiro ministro Abbas, colocam a diplomacia da Autoridade Palestina na defensiva. Assim, Israel não sofre pressões para alterar qualquer dos pressupostos básicos de sua diplomacia em relação à questão palestina: Israel continuaria considerando inegociável a existência de territórios sob soberania palestina nas imediações de Jerusalém, próximos às nascentes de água ou das regiões portuárias de Israel.

Mas em parte da Cisjordânia e na faixa de Gaza, algumas colônias israelenses poderiam ser retiradas, com a subsequente ocupação desses territórios por palestinos. Essas retiradas localizadas proporcionariam uma aura de generosidade ao governo de Israel a um custo muito baixo. Afinal, seriam devolvidos territórios inóspitos e que

não interferem na segurança de Jerusalém e das regiões mais povoadas do Estado de Israel.

Enquanto Mahmud Abbas enredava-se no dilema de dirigir o país sem ter o domínio de suas milícias, Ariel Sharon prosseguia na construção do muro que separa regiões ocupadas por colônias israelenses das regiões palestinas da Cisjordânia. Embora justificado por razões de segurança, o muro tem dois objetivos fundamentais: sufocar a economia da Autoridade Palestina (criando obstáculos à circulação de bens e pessoas e fragmentando mercados e estruturas de produção) e ampliar a força eleitoral do governante israelense em relação aos colonos da Cisjordânia.

Mesmo enfrentando forte resistência dos grupos ultraconservadores, Sharon agiu com audácia, na faixa de Gaza, desocupando integralmente o território. Quais motivos nortearam o governo de Israel, ao devolver Gaza aos palestinos?

Tentaremos elucidar esses motivos, analisando-o a partir das motivações mais gerais – macropolíticas – até chegar às especificidades da administração local.

Em nível internacional, Israel precisava fazer relações públicas: desde o início da Intifada, a percepção internacional era a de que Israel praticava um tipo de terrorismo de Estado, contra os palestinos. Sistemáticamente, as forças armadas de Israel destruíam as estruturas produtivas palestinas, as residências, os prédios de administração pública, os canos de água, os veículos. Além disso, ações vexatórias de revistas, encarceramento e frios assassinatos, evidenciados pela cobertura jornalística, passavam a impressão (que talvez seja verdadeira) de que Israel transformou os territórios palestinos em verdadeiros campos de concentração.

Ariel Sharon percebe que a devolução dos territórios da Faixa de Gaza aos palestinos seria sentida pela opinião pública internacional como um ato de generosidade. A percepção de que houve despojamento, por parte do governo de Israel, seria ainda mais fácil de construir graças à reação dos grupos ultranacionalistas judeus: a imagem – que se apresentaria nos noticiários – era a de que o governo de Israel, para praticar o ato justo (da devolução dos territórios) teve que enfrentar setores de sua própria população.

Em suma, a devolução dos territórios da Faixa de Gaza é uma ação de propaganda internacional: Israel quer a paz com os palestinos e generosamente devolve os territórios da Faixa de Gaza, sem pré-condições.

Observando-se o episódio da devolução a partir de uma ótica geopolítica, percebe-se que ele é útil na esfera dos organismos internacionais e em relação às relações diplomáticas especiais, entre Israel e Estados Unidos.

No que se refere aos organismos internacionais, a devolução dos territórios da Faixa de Gaza produz dois efeitos de pára-vento (ou seja, o fato noticiado esconde – ou relativiza – outros acontecimentos concomitantes) . Em primeiro lugar, o movimento de retirada dos colonos coloca sob uma área de sombra a construção do muro que, na Cisjordânia, transforma as aldeias palestinas em um arquipélago de povoados isolados e frágeis; em segundo lugar, o fato de que Israel desrespeitou dezenas de Resoluções da ONU – exigindo a retirada das colônias dos territórios palestinos – simplesmente desapareceu do cenário jornalístico.

Ainda no plano internacional, Ariel Sharon conseguiu melhorar significativamente sua imagem pessoal: de general truculento e ultradireitista, transforma-se em estadista sinceramente engajado na luta pela paz.

No que se refere aos Estados Unidos, Israel oferece à combatida e desastrosa diplomacia norte-americana, para o Oriente Médio, um acontecimento positivo: o mais importante aliado regional dá “uma chance à paz” e, num gesto de boa vontade, retira-se incondicionalmente da Faixa de Gaza.

A retirada dos colonos da Faixa de Gaza tem aspectos muito positivos, no que concerne à administração israelense. Os custos de manutenção dos colonos, na região, estavam se tornando proibitivos para Israel. Primeiro porque a água, retirada dos poços artesianos de Gaza, perdeu qualidade e deixou de ser potável. Segundo porque a agricultura, base econômica da região, sem a água, tornou-se impraticável. Terceiro: os oito mil e quinhentos colonos, rodeados por um mar de um milhão e quatrocentos mil palestinos, precisavam ser defendidos e os custos militares, para isso, estavam cada vez mais elevados. Quarto: a manutenção e defesa das estradas e dutos que ligavam os colonos ao resto de Israel, sob a pressão dos ataques dos militantes do Hamas, estavam se tornando impraticáveis.

Por último, Sharon deve ter considerado que a devolução dos territórios da Faixa de Gaza produziria o fortalecimento político do Hamas, o que dinamitaria a unidade nacional palestina. Os fatos posteriores corroboram essa hipótese: a vitória eleitoral do Hamas, no início de 2006, provocou séria cisão no governo (e na própria integridade administrativa dos territórios) da Autoridade Palestina. Serviu – também – como justificativa para atos de retaliação, econômica e política, dos países ocidentais: os palestinos perderam o direito à ajuda internacional e foram excluídos de quaisquer negociações em busca da estabilidade regional.

Após dirigir a retirada israelense da Faixa de Gaza, Sharon construiu vitoriosamente um novo partido político (KADIMA). No início de 2006, uma doença grave tira Ariel Sharon da cena política.

3.2 A pesquisa dos enquadramentos.

Para apresentar os enquadramentos produzidos pela imprensa, há dois caminhos que podem ser trilhados: o indutivo e o dedutivo. Pelo primeiro caminho, a análise das matérias jornalísticas é feita sem o auxílio de uma grade prévia, revelando-se os enquadramentos na medida em que eles eventualmente surjam diante do pesquisador. Se o caminho a ser seguido é o da dedução, é necessário definir previamente quais enquadramentos serão procurados, para se verificar sua ocorrência em uma amostra de notícias.

Seguiremos o caminho da dedução, amparados em uma grade prévia, pois consideramos que os meios de comunicação produzem os quadros de referência, induzindo os receptores a interpretar os acontecimentos de uma determinada maneira. Ao dar maior relevância a determinados eventos, os enquadramentos aparentemente provocam desvio na direção dos acontecimentos históricos.

3.2.1 Passos metodológicos para o estudo dos enquadramentos.

É necessário, em primeiro lugar, demarcar nosso objeto de estudo: trata-se da cobertura televisiva, no horário nobre, realizada por três redes de televisão aberta (Bandeirantes, Globo e Record), sobre a devolução de territórios palestinos, na Faixa de Gaza. Os telenoticiários foram gravados em vídeo e áudio, na casa do autor, em São Carlos, estado de São Paulo. Os telenoticiários das Redes Bandeirantes (das 19:20h até 20:10h) e Record (20:10h até 21:00h) foram captados em antena parabólica e gravados

em seqüência pelo mesmo aparelho de videocassete. O telenoticiário da Rede Globo (20:10h até 20:45h), apresentado em horário concomitante ao da Rede Record, foi gravado a partir de captação por antena convencional, em outro conjunto formado por televisão e videocassete.

Embora a cobertura telejornalística sobre a retirada dos colonos israelenses da Faixa de Gaza tenha se concentrado nas edições entre os dias 13 e 23 de agosto de 2005, as gravações em videocassete abarcaram um período bem mais longo: vão do dia 13 de julho ao dia 26 de setembro de 2005.

As datas de início e final das gravações não foram escolhidas aleatoriamente. No dia 13 de julho (quando as gravações se iniciam), Ariel Sharon assinou a ordem em que as colônias de Gush Katif transformam-se em área militar fechada. É interessante observar que este ato – contextualmente muito importante – não foi mencionado nos telenoticiários (talvez porque não esteja associado a imagens televisáveis) e recebeu citação minúscula no jornal O Estado de São Paulo (o autor não encontrou menções em outros jornais de grande circulação nacional). No dia 26 de setembro (quando as gravações findam), Israel realizou ataques aéreos sobre a Faixa de Gaza, o que o autor entendeu como sendo uma espécie de “volta à rotina”, na região.

Dessas gravações em videocassete, foram encontradas e transcritas notas, editoriais e reportagens sobre a devolução dos territórios da Faixa de Gaza de acordo com a tabela abaixo:

Tabela I – Incidência da retirada israelense da Faixa de Gaza, no noticiário, em horário nobre, das redes Bandeirante, Globo e Record.

	Jornal da Band	Jornal Nacional	Jornal da Record
18/07	Sim	Não	Sim
19/07			
20/07	Sim	Não	Sim
22/07			
23/07	Não	Não	Sim
27/07			
30/07	Não	Não	Sim
13/08			
15/08	Não	Não	Sim
16/08			
17/08	Sim	Não	Não
18/08			
19/08	Não	Sim	Sim
22/08			
23/08	Sim	Sim	Não
27/08			
29/08	Não	Não	Sim
12/09			
26/09	Sim	Sim	Sim
Totais			

No que se refere à incidência do tema “retirada israelense da Faixa de Gaza”, observa-se forte assimetria: enquanto a Rede Record apresentou o tema em 17 edições de seu noticiário em horário nobre, a Rede Bandeirantes noticiou a retirada em 09 edições e a Rede Globo o fez por 07 vezes. Em 04 oportunidades (dias 18/08, 22/08, 12/09 e 26/09), o tema foi comum aos noticiários das três Redes; em 03 vezes (dias 18/07, 20/07 e 16/08), o tema foi comum aos noticiários das redes Bandeirantes e Record; por duas vezes (dias 13/08 e 19/08) o tema foi comum aos noticiários das Redes Globo e Record; no dia 23/08, o tema foi comum aos noticiários das Redes Globo e Bandeirantes. Nos dias 19/07, 20/07, 22/07, 23/07, 27/07, 30/07, 15/08, 27/08 e 29/08, o tema foi apresentado solitariamente pela Rede Record. No dia 17/08, só a

Rede Bandeirantes apresentou o tema. A Rede Globo, em nenhuma oportunidade, apresentou o tema de maneira exclusiva.

A transcrição dos telejornais gravados em videocassete, para a realização deste trabalho, foi minuciosa. Tudo foi rigorosamente transcrito, mesmo as palavras quase ininteligíveis, pronunciadas em *sonoras* e identificadas após repetidas audições. Como os nomes, sobrenomes, topônimos e referências religiosas são de língua árabe ou ídiche, utilizou-se, como referência, a grafia adotada pelo jornal O Estado de São Paulo, que produziu a maior centimetragem de cobertura sobre a retirada de Israel da Faixa de Gaza, entre os jornais de maior tiragem de nosso país.

A informação verbal (palavras, frases, períodos, notícias inteiras...) produzida pelos telenoticiários foi reconstruída com base em uma interpretação – subjetiva, por definição – da entonação, pausas e inflexões de voz dos locutores, repórteres, comentaristas ou entrevistados. A subjetividade certamente resulta em algumas diferenças em relação aos *scripts* reais dos telenoticiários, especialmente no que se refere à pontuação dos textos. Admite-se, portanto, como inevitáveis, os eventuais equívocos de transcrição. Para minimizar os erros, a informação verbal foi transcrita acompanhada de anotações correspondentes à parte visual e sonora (ruídos ambientais) das notícias. Justificam-se as anotações de apoio porque facilitam o entendimento da poderosa interação entre os elementos visuais e lingüísticos, na construção do telenoticiário.

O procedimento metodológico seguinte foi o da quantificação das matérias jornalísticas. Dois índices quantificadores foram usados: o de número de palavras e o de tempo utilizado na apresentação da notícia. No que se refere às palavras, a contagem foi feita com uso de instrumento incorporado ao *software* do *Word Office*,

da empresa *Microsoft*. Supõe-se, portanto, que a contagem das palavras foi realizada de maneira precisa. No que se refere ao tempo – quantificação de importância apenas subsidiária, nesta dissertação – utilizou-se o cronômetro do videocassete, o que nos dá uma mensuração próxima do real, sem grandes preocupações perfeccionistas com a precisão.

Tabela II – Número de palavras em cada inserção sobre a retirada israelense da Faixa de Gaza, no noticiário, em horário nobre, das redes Bandeirante, Globo e Record.

	Jornal da Band	Jornal Nacional	Jornal da Record
18/07	92	-	113
19/07			
20/07	65	-	93
22/07			
23/07	-	-	286
27/07			
30/07	-	-	82
13/08			
15/08	-	-	56
16/08			
17/08	255	-	-
18/08			
19/08	-	311	444
22/08			
23/08	132	339	-
27/08			
29/08	-	-	87
12/09			
26/09	193	248	78
TOTAIS			

Foram consideradas, para o cômputo, todas as palavras proferidas nas inserções, incluindo-se a eventual identificação dos correspondentes, ou enviados, que produziram as reportagens.

No caso específico do Jornal da Record, algumas inserções mesclaram o tema (retirada da Faixa de Gaza) com outros acontecimentos do Oriente Médio. Na

impossibilidade de se alijar as referências a outros temas, sem comprometer o sentido jornalístico das inserções, optou-se por manter a integridade da reportagem, efetuando-se a contagem de todas as palavras. Um exemplo desta situação-problema é observado no noticiário de 23 de julho de 2007, onde se observa a referência ao atentado terrorista no Egito, ocorrido no dia anterior:

“A secretária de Estado Americano, Condoleeza Rice, elogiou os esforços da Autoridade Palestina, mas cobrou mais ação contra os radicais islâmicos. A chefe da diplomacia norte-americana se reuniu com o presidente da Palestina, Mahmud Abbas, em Hamallah, na Cisjordânia. Condoleeza Rice disse que a retirada israelense do território palestino, deve ser bem coordenada entre os dois lados. Ela avalia que a retirada vai re-energizar o processo de paz no Oriente Médio. A secretária de Estado Americano, Condoleeza Rice, depois do encontro com o presidente palestino, Mahmud Abbas, na Cisjordânia, lembrou que o Egito é um aliado dos EUA e disse que o terror não conseguirá mudar o modo de vida das nações civilizadas. Abbas e o primeiro ministro israelense, Ariel Sharon, também condenaram os atos terroristas.”
(...)

Após a contagem de palavras, a sensação de assimetria, produzida ao se contabilizar o número de inserções sobre a retirada israelense da Faixa de Gaza, desapareceu. Constata-se, feita a contagem de palavras, que ocorreu relativo equilíbrio nas coberturas jornalísticas das redes Bandeirantes, Globo e Record. A Rede Globo aproveitando-se das imagens espetaculares, produzidas durante a desocupação forçada das colônias israelenses na Faixa de Gaza, concentrou sua cobertura em apenas quatro edições do Jornal Nacional.

A retirada aconteceu entre os dias 17 e 22 de agosto de 2005. É necessário considerar que: o exército de Israel concentrou as ações de desocupação forçada no período vespertino de cada dia, que não ocorreram desocupações durante o Sabat (sábado, dia 20 de agosto) e que não há edições dos telenoticiários, no domingo.

Assim, chegamos à conclusão de que as imagens de confrontos entre soldados e colonos estariam à disposição dos editores para as edições jornalísticas dos dias 18, 19, 22 e 23 de agosto. Nesses quatro dias, a Jornal Nacional utilizou 1407 palavras

para cobrir o acontecimento, enquanto o Jornal da Record utilizou 666 e o Jornal da Band usou apenas 466 palavras.

No cômputo final, o Jornal da Record dedicou o maior número de palavras (2299) para a cobertura da retirada da Faixa de Gaza, mas esse número foi 27,5% maior do que o utilizado pelo Jornal da Band (1669) e apenas 6,5% superior ao utilizado pelo Jornal Nacional (2140 palavras).

Tabela III – Tempo, em segundos, por inserção jornalística.

	Jornal da Band	Jornal Nacional	Jornal da Record
18/07	32	-	50
19/07			
20/07	25	-	37
22/07			
23/07	-	-	59
27/07			
30/07	-	-	35
13/08			
15/08	-	-	23
16/08			
17/08	90	-	-
18/08			
19/08	-	142	183
22/08			
23/08	57	144	-
27/08			
29/08	-	-	39
12/09			
26/09	74	103	33
TOTAIS			

A Tabela III indica que, no final das contas, a cobertura jornalística do Jornal Nacional foi a mais extensa. Dedicou 16 minutos e 16 segundos à retirada israelense da Faixa de Gaza, enquanto o Jornal da Record despendeu 15 minutos e 12 segundos (6,5% de tempo a menos). O Jornal da Band dedicou ao tema nada mais do que 10 minutos e 53 segundos (ou seja, 2/3 do tempo que foi utilizado pelo Jornal Nacional).

O Jornal Nacional lançou mão de muito mais recursos que os seus congêneres: sua equipe de jornalismo (liderada pelo correspondente Marcos Losekan e pelo enviado Ronaldo de Souza) gerou a maior parte das imagens que foi ao ar; alugou um helicóptero que serviu de base para a filmagem do muro que Israel construiu na Cisjordânia; entrevistou soldados e colonos israelenses.

O Jornal da Band serviu-se do convênio com a BBC – Brasil (que escalou o correspondente Paulo Cabral para fazer a cobertura para a Rede Bandeirantes). Embora Paulo Cabral tenha produzido muitas imagens, com sua equipe, absteve-se de entrevistar moradores da região.

O Jornal da Record fez uma cobertura com poucos recursos técnicos. O enviado especial Paulo Panaiottis apresentou-se diante das câmeras numa única edição (dia 19 de agosto) entrevistando colonos que se mudaram voluntariamente para Nitzan (na Cisjordânia Israelense). A maior parte das imagens utilizadas pelo Jornal da Record foi produzida pelas agências internacionais de notícia (uma vez que também foram vistas nos noticiários da REDE-TV).

3.2.2 Os itens de observação.

Como o caminho, seguido nesse trabalho, para apresentar os enquadramentos produzidos pela imprensa é o dedutivo, vamos definir previamente quais enquadramentos serão procurados.

O primeiro enquadramento a ser verificado é da contabilidade de referências aos israelenses e aos palestinos (Tabela IV). Há equilíbrio na apresentação das ações e motivações dos dois grupos populacionais? Ou os noticiários configuraram uma nação como sendo mais importante que a outra?

Segundo enquadramento: contabilizar as referências ao governo israelense e ao governo palestino (Tabela V). Estes governos possuem a mesma visibilidade nos telenoticiários estudados?

A seguir serão contabilizadas as referências às sociedades de Israel e da Palestina (Tabela VI), também para se verificar a visibilidade de suas manifestações.

No quarto enquadramento, comparam-se as menções ao governo de Israel com as menções à sociedade de Israel (Tabela VII), com o objetivo de se verificar onde está a ênfase da cobertura: no discurso do governo ou nas percepções da sociedade?

A seguir, faz-se a mesma comparação, em relação à sociedade e ao governo palestino (Tabela VIII): as ênfases de cobertura são as mesmas para Israel e Palestina?

Sexto enquadramento (Tabela IX): quais os dados históricos, diplomáticos, geopolíticos, territoriais e populacionais disponibilizados pelos telenoticiários? As menções permitem a suposição de que os telespectadores receberam noções suficientes para formar opinião sobre os acontecimentos apresentados nos telenoticiários?

Enquadramento seguinte (Tabelas X, XI e XII): como os israelenses (e como os palestinos) são nominados, nos telenoticiários. Há diferenças nas designações e qualificações atribuídas a uns e outros? Ou seja: o enquadramento é claramente diferenciado, quando os telenoticiários mencionam israelenses ou palestinos?

Por fim (Tabelas XIII e XIV): como israelenses e palestinos enquadram a retirada da Faixa de Gaza, com aprovação ou com reprovação?

Nossa suposição inicial de trabalho é a de que a cobertura midiática do conflito entre Israel e Palestina é arena onde lutam “pacotes interpretativos” que atribuem significados específicos aos eventos, estabelecendo uma conexão entre eles e

definindo a natureza das controvérsias políticas e territoriais. Assim, as questões são caracterizadas por disputas simbólicas entre diferentes interpretações, expressas em metáforas, slogans e imagens empregadas nos discursos dos agentes em luta, o que se materializa na escolha das palavras – por meio de um enquadramento, ou seja, “uma idéia central organizadora” – que serão empregadas nos telenoticiários.

Definidos os enquadramentos que serão procurados, avançamos nossa pesquisa valendo-nos de um aforismo produzido por Entman (1991): A essência do enquadramento é o dimensionamento; ampliar ou reduzir elementos da realidade retratada, para fazê-los mais ou menos salientes.

É tempo, portanto, de contabilizar as referências aos israelenses e aos palestinos. Considerando-se os territórios passaram do domínio israelense para o domínio palestino, seria de se esperar que, tanto os interesses do povo e do governo israelenses quanto os interesses do povo e do governo palestinos, fossem apresentados nas reportagens. Mas as ações e motivações do lado israelense foram apresentadas com muito maior ênfase do que as do lado palestino. Se estivermos diante de duas nações com população equivalente, é obrigatório concluir que uma delas foi configurada como sendo mais importante.

Tabela IV – Menções ao grupo nacional israelense (governo + sociedade) e ao grupo nacional palestino (governo + sociedade), nos noticiários em estudo. Em porcentagens.

	Jornal da Band	Jornal Nacional	Jornal da Record
Grupo nacional israelense	48 (75%)	62 (73%)	63 (84%)
Grupo nacional palestino			

Total de menções	64 (100%)	85 (100%)	75 (100%)
------------------	-----------	-----------	-----------

Os números da Tabela IV evidenciam que os telenoticiários amplificaram as ações e motivações israelenses, deixando na penumbra os interesses e atos dos palestinos. Essa percepção fica ainda mais evidente se tabularmos especificamente as ações dos governantes palestinos e israelenses, apresentadas nas inserções sobre a devolução da Faixa de Gaza:

Tabela V – Menções às ações e manifestações do governo israelense e do governo palestino, nos noticiários em estudo. Em porcentagens.

	Jornal da Band	Jornal Nacional	Jornal da Record
Governo israelense	25 (81%)	39 (81%)	39 (91%)
Governo palestino			
Total de menções	31 (100%)	48 (100%)	43 (100%)

Esta enorme diferença de dimensionamento associa-se a outro fator que reduz, ainda mais, a visibilidade dos interesses e ações palestinas: a irrelevância qualitativa das ações do governo palestino, apresentadas pelos telenoticiários ao público espectador.

Comparem-se, por exemplo, as ações e manifestações do governo israelense e as ações e manifestações do governo palestino (que aparecem apenas de maneira reflexa), no Jornal da Record:

“O premier Ariel Sharon disse que entende a dor dos colonos, mas defendeu a retirada e advertiu os palestinos: se houver ações terroristas a resposta de Israel será mais dura que nunca.” (noticiário de 16 de agosto)

“Havia 21 colônias israelenses na faixa de Gaza, com 8.500 moradores. A região – onde vive um milhão e 400 mil palestinos – deverá ficar sobre controle da autoridade palestina.” (noticiário de 22 de agosto)

A disparidade entre a importância das palavras e das ações, do governo de Israel e do governo palestino, para o desenvolvimento dos fatos, também é evidente no Jornal da Band:

“O primeiro ministro de Israel, Ariel Sharon, disse que a retirada deve ser respeitada, para dar espaço a um milhão de palestinos que vivem em condições precárias em campos de refugiados.” (Noticiário de 16 de agosto)

“O presidente da autoridade Palestina Mahmud Abbas telefonou para o primeiro ministro de Israel Ariel Sharon pela primeira vez depois da retirada.” (Noticiário de 22 de agosto)

Repete-se, no Jornal Nacional, a discrepância entre o valor dos atos relatados: de governo de Israel realizaria ações que interferem diretamente na realidade, contrastando com a inexpressiva ação da Autoridade Palestina:

“Para evitar uma ocupação desordenada, o presidente da autoridade palestina Mahmud Abbas criou uma comissão que vai planejar a distribuição dos terrenos.” (Noticiário de 23 de agosto)

“O governo israelense anunciou que manterá o controle das fronteiras, do litoral e do espaço aéreo da faixa de Gaza por questões de segurança.” (Noticiário de 12 de setembro)

O próximo passo de nossa análise consiste em observar como se realizou o enquadramento das manifestações das sociedades, israelense e palestina. Por “manifestações da sociedade” entende-se toda e qualquer referência – apresentada nos telenoticiários – a instituições, grupos ou pessoas isoladas, desde que estas instituições, grupos ou pessoas não participem diretamente das instituições de Estado (ou seja, Executivo, Legislativo, Judiciário e Forças Armadas). Embora atenuada, a assimetria em favor de Israel persiste, de acordo com os dados da Tabela VI:

Tabela VI – Menções às ações e manifestações da sociedade israelense e da sociedade palestina, nos noticiários em estudo. Em porcentagens.

	Jornal da Band	Jornal Nacional	Jornal da Record
Sociedade israelense	23 (70%)	23 (62%)	24 (75%)
Sociedade palestina			
Total de menções	33 (100%)	37 (100%)	32 (100%)

Em se tratando de Israel, as menções ao Estado sobrepujaram as menções à sociedade. É isto o que se observará na Tabela VII, evidenciando-se quem é o protagonista no episódio da retirada dos colonos israelenses da Faixa de Gaza, de acordo com os telenoticiários que estão sendo analisados:

Tabela VII – Comparativo (com uso de porcentagens) entre as menções às ações e manifestações do governo israelense e as menções às ações da sociedade israelense, nos noticiários em estudo.

	Jornal da Band	Jornal Nacional	Jornal da Record
Menções ao governo de Israel	25 (52%)	39 (62%)	39 (62%)
Menções à sociedade israelense			
Total de menções referentes à Israel	48 (100%)	62 (100%)	63 (100%)

Já se observou que os telenoticiários quase não mencionaram os palestinos, relegando-os a uma participação secundária, no episódio da devolução dos territórios da Faixa de Gaza. Os dados da Tabela VIII indicam que as manifestações da sociedade

palestina foram mencionadas em algumas oportunidades, enquanto as referências à Autoridade Palestina praticamente desapareceram, sob uma “espiral de silêncio”.

O caso mais extremado de assimetria ocorreu nas emissões do Jornal da Record: enquanto o noticiário fez 39 menções ao governo de Israel (conforme a Tabela VII), a autoridade palestina recebeu apenas 04 menções (conforme Tabela VIII).

Tabela VIII – Comparativo (com uso de porcentagens) entre as menções às ações e manifestações do governo palestino e as menções às ações da sociedade palestina, nos noticiários em estudo.

	Jornal da Band	Jornal Nacional	Jornal da Record
Menções ao governo palestino	06 (37%)	09 (39%)	04 (33%)
Menções à sociedade palestina			
Total de menções referentes aos palestinos	16 (100%)	23 (100%)	12 (100%)

Os três telenoticiários estudados aparentemente abordaram a devolução dos territórios da Faixa de Gaza como um espetáculo ficcional. Este episódio não foi abordado como uma realidade que precisa ser investigada, explicada, conhecida. Na verdade, a cobertura transformou a devolução dos territórios em um filme de aventura, apresentado de acordo com os princípios da eficiência narrativa e dentro de uma trama onde seres humanos sofrem, exultam ou se sacrificam em nome do bem comum.

Não se discute qual é o sentido dos fatos: o que significa isto ou aquilo? Por que o processo é este e não outro? Na verdade, o expectador é convidado a vivenciar

os fatos, a sentir na pele o sofrimento de quem precisa deixar o seu lar. Em vez de compreender, sentir; ao invés de intelecto, emoções. Esta situação foi sintetizada por Ciro Marcondes Filho (2002, p. 84-5):

“O telejornal tem de provocar emoções, sensibilizar os telespectadores: as cenas filmadas devem transmitir a dor, a desolação, a tristeza; mas também imagens de trabalho, solidariedade, luta, nada é proibido. Quer dizer, proibidas são as imagens monótonas, “sem vida”, paradas, assentadas. Essas não causam curiosidade, atração, interesse. Por isso, o noticiário é constituído de imagens “interessantes”, imagens que atraem, prendem, seguram o telespectador seja pela dor, seja pelo entusiasmo, seja pela preocupação que provocam, seja pela esperança. Não é qualquer imagem que é passível de um telejornal. [...] Não se questiona se o que o jornal está mostrando é verdadeiro ou não. Mais importante do que isso, o espetáculo-jornal tem de ser instigante, tem de fixar a audiência. Não se pode dizer que as notícias que são apresentadas são falsas, isso também não é correto. São acontecimentos reais, casos efetivamente ocorridos, situações que geraram interesse das agências, dos jornalistas.”

As questões históricas, diplomáticas, geográficas e geopolíticas praticamente não foram abordadas nas inserções jornalísticas que estão sendo analisadas. Na Tabela IX, são elencadas as menções referentes a estas questões:

Tabela IX – Menções históricas, diplomáticas, geográficas e geopolíticas, nos noticiários em estudo.

	Jornal da Band	Jornal Nacional	Jornal da Record
Menções históricas	-	01	-
Questões diplomáticas			
Questões geopolíticas	-	01	02
Extensão territorial			
Contingente populacional	01	01	03

Além de escassas, as menções são genéricas e imprecisas. Parece inacreditável, mas a cobertura da devolução das colônias da Faixa de Gaza não mencionou, em qualquer momento, as dimensões físicas dos territórios devolvidos. Nenhum dos

telenoticiários fez qualquer referência à densidade demográfica palestina, na Faixa de Gaza. Não ocorreu qualquer menção ao fato de que a ONU, por meio da Resolução nº 242 (produzida 38 anos antes...), exigia que Israel se retirasse dos territórios ocupados. Não se analisou a possibilidade da existência de pressões, da comunidade internacional, para que ocorresse a devolução dos territórios. Não se discutiu, sequer, os eventuais motivos e interesses que levaram o Estado de Israel a promover a retirada dos colonos da região de Gaza.

Ao menos no que se refere ao contingente populacional da Faixa de Gaza, os três telenoticiários apresentaram informações. Vamos compará-las:

“Daqui serão retirados oito mil colonos judeus que vivem no meio de 1.300 mil palestinos.” (Jornal Nacional, 13/08/05)

“8.500 colonos israelenses serão removidos da Faixa de Gaza.” (Jornal da Record, 13/08/05)

“Nestes 38 anos, judeus ultra-religiosos instalaram 21 colônias no território, onde vivem 1,5 milhões de palestinos.” (Jornal da Record, 15/08/05)

“Havia 21 colônias israelenses na faixa de Gaza, com 8.500 moradores. A região, onde vivem um milhão e 400 mil palestinos, deverá ficar sobre controle da autoridade palestina. (Jornal da Record, 22/08/05)

“O primeiro ministro de Israel, Ariel Sharon, disse que a retirada deve ser respeitada, para dar espaço a um milhão de palestinos que vivem em condições precárias em campos de refugiados. [...] Muitos dos oito mil e 500 judeus moradores da faixa de Gaza dizem que não vão sair dos assentamentos.” (Jornal da Band, 15/08/05)

“Os assentamentos judaicos ocupam 30% da faixa de Gaza, e abrigam oito mil colonos. Cerca de 1,5 milhões de palestinos vivem nos outros 70% do território.” (Jornal da Band, 15/08/05)

Observam-se variações (que chegam a ultrapassar os 10% de diferença) em todas as informações. Curiosamente, as variações ocorrem, mesmo quando comparamos números fornecidos pelo mesmo telenoticiário: em dias diferentes, números diferentes... Pode-se argumentar que ocorreram arredondamentos. De

qualquer forma, só se verificou o fornecimento de dados corretos e completos, na edição do dia 22 de agosto de 2005, do Jornal da Record.

O próximo passo da análise é verificar o enquadramento dado, pelos telenoticiários, aos israelenses e aos palestinos:

Tabela X – Enquadramento dos israelenses, nos noticiários em estudo (em número de ocorrências).

	Jornal da Band	Jornal Nacional	Jornal da Record
Judeus	16	12	02
Jovens; pessoas; grupo; moradores.			
Policiais; soldados; militares	08	13	12
Israelenses			
Manifestantes; ativistas.	06	-	03
Nacionalistas; ultranacionalistas.			
Radicais; radicais de direita.	-	-	02
Colonos			
Judeus ultra-religiosos	-	-	01
Família			
Rebeldes	-	01	-
Total de referências			

Tabela XI – Enquadramento dos palestinos, nos noticiários em estudo (em número de ocorrências).

	Jornal da Band	Jornal Nacional	Jornal da Record
Palestinos	16	10	15
Pessoas; grupo.			
Radicais; extremistas; extremistas islâmicos.	01	-	06
Militantes			
Atiradores	-	-	01
Terroristas			

Total de referências	18	12	24
----------------------	----	----	----

Tabela XII – Totais de referências aos israelenses e aos palestinos, nos noticiários em estudo (em número de ocorrências).

	Jornal da Band	Jornal Nacional	Jornal da Record	Totais Gerais
Referências aos israelenses	57	54	59	170
Referências aos palestinos				

Os israelenses apresentados nos noticiários têm famílias, profissões, ideologia política e convicções nacionalistas. Homens e mulheres que ocuparam os territórios pertencentes aos palestinos, com o objetivo de lhes negar o direito à nacionalidade e até o direito à existência, são mostrados como pais e mães extremados e trabalhadores a quem foi retirado o lar.

Quando as convicções políticas e religiosas dos colonos judeus são apresentadas, utilizam-se eufemismos. Se os colonos seguem idéias fascistas, são chamados de “ultranacionalistas”, ou – no máximo – de “radicais de direita”. Se o fundamentalismo religioso chega a ser doentio, são chamados de “judeus ultra-religiosos”. Jovens baderneiros são “rebeldes”.

O único deslize (gravíssimo, se acontecesse na Europa; absolutamente trivial, em nosso país) foi o do uso indiscriminado e indiferenciado do termo “judeu”, para designar os israelenses. Como sabemos, “judeu” é o termo que designa o seguidor de

uma determinada religião: o judaísmo. E “israelense” é o cidadão de um Estado: Israel. Os noticiários da Rede Bandeirantes e da Rede Globo utilizaram os termos como se sinônimos fossem. Boris Casoy, na Rede Record, utilizou os termos com correção e inteligentemente contrapôs o “judeu” ultra-religioso ao Estado laico israelense.

Os israelenses foram citados 170 vezes, nos noticiários, enquanto os palestinos foram citados apenas 54 vezes (Tabela XII).

Enquanto os israelenses têm profissões e famílias, os palestinos são indiferenciados. Os palestinos só deixam de ser massa amorfa para receber os qualificativos de “radicais islâmicos”, “militantes”, “atiradores”, “extremistas islâmicos” e “terroristas”. Enquanto os israelenses sofrem e quixotesicamente lutam por seus sonhos, os palestinos só fazem comemorar o sofrimento alheio e destruir indiscriminadamente. Observemos, a esse respeito, dois trechos dos telenoticiários:

“Este outro militar recebeu a tarefa mais dolorosa, expulsar da casa o próprio irmão e a cunhada. Tristeza que leva toda a família às lágrimas e se espalha pela vizinhança. No assentamento de Kfar Daron os soldados deram de cara com uma festinha de aniversário, um triste presente para a aniversariante. [...] Esta família fez de tudo para evitar este momento, o pai a mãe os filhos, eles transformaram a casa numa trincheira, tentaram resistir, mas hoje foram vencidos pelo cansaço. Agora fazem uma oração diante da casa, se despedem do lugar que já foi seu lar. Antes de partir o pai retira a bandeira de Israel, que simbolizava a resistência, e não consegue segurar a emoção.” (Jornal Nacional, 18/08/05)

“No rastro dos tanques chegaram os palestinos. Para a maioria deles o dia de hoje foi de festa e de revolta também: os alvos foram os prédios das sinagogas. A maioria dos templos judaicos, vistos como símbolo da ocupação, foi incendiada. O que Israel considerou uma profanação, os palestinos chamaram de desabafo.” (Jornal Nacional, 12/09/05)

E mesmo quando os palestinos são apresentados em sua dimensão humana, o discurso jornalístico parece demonstrar que eles são imaturos, incapazes de autogoverno. Observem-se, a esse respeito, os dois trechos a seguir:

“Os assentamentos judeus desocupados ficam em frente ao litoral. Por isso, os palestinos da região sul da faixa de Gaza não tinham acesso ao Mediterrâneo. Neste primeiro dia de praia para toda uma geração de jovens palestinos, cinco morreram afogados no mar.” (Jornal Nacional, 12/09/05)

“Conseguir administrar a faixa de Gaza, onde o apoio ao grupo terrorista Hamas é muito forte, é agora o grande desafio do presidente Mahmud Abbas. A autoridade palestina precisa ser bem sucedida para ganhar credibilidade e reforçar a idéia de que os palestinos estão prontos para um estado independente.” (Jornal da Band, 12/09/05)

Vejamos, por fim, como as populações de Israel e Palestina se colocaram diante da retirada dos colonos israelenses da Faixa de Gaza. Consideraremos como atitudes de aprovação à iniciativa, entre os israelenses, aquelas que se pronunciem desta forma, ou se expressem – nas entrevistas feitas pelos repórteres – na disposição de fazer sacrifícios, desde que a retirada signifique caminhar rumo à paz. No que se refere aos palestinos, considera-se como atitude de aprovação a postura de considerar que a retirada da Faixa de Gaza como um passo nas negociações que levarão, no futuro, à convivência pacífica.

São consideradas como atitudes de reprovação à retirada da Faixa de Gaza, as posturas de israelenses em recusar a entrega do território aos palestinos. Em relação aos palestinos, foram consideradas atitudes de reprovação à retirada, aquelas suposições (reais, ou inferidas pelos repórteres) de que a evacuação israelense indica uma derrota militar e que Israel, no futuro, será totalmente destruída.

Tabela XIII- Enquadramentos da sociedade palestina, de aprovação ou reprovação à retirada da Faixa de Gaza, nos noticiários em estudo. Em porcentagens.

	Jornal da Band	Jornal Nacional	Jornal da Record
Manifestações de aprovação	04 (40%)	07 (50%)	-
Manifestações de reprovação			

Total de menções	10 (100%)	14 (100%)	08 (100%)
------------------	-----------	-----------	-----------

Tabela XIV - Enquadramentos da sociedade israelense, de aprovação ou reprovação à retirada da Faixa de Gaza, nos noticiários em estudo. Em porcentagens.

	Jornal da Band	Jornal Nacional	Jornal da Record
Manifestações de aprovação	01 (04%)	05 (22%)	03 (12%)
Manifestações de reprovação			
Total de menções	23 (100%)	23(100%)	24 (100%)

No que se referem aos palestinos, as menções são menos numerosas e extremamente concisas. O Jornal da Band e o Jornal Nacional seguiram a mesma trilha: tornaram as manifestações palestinas quase invisíveis. Não por acaso, nesses noticiários, as atitudes favoráveis ou de reprovação empatam estatisticamente. O Jornal da Record apresentou manifestações em que os palestinos aparecem numa atitude niilista, totalmente avessa à negociação. Haveria preconceito, na cobertura do Jornal da Record, em relação aos palestinos?

Em relação às manifestações dos israelenses, os três noticiários frisaram o apoio majoritário da população israelense à retirada da Faixa de Gaza. Por exemplo:

“A maioria dos israelenses apóia a retirada, prevista para começar em meados de agosto.” (Jornal da Record, 20/07/05)

Mas aqui ocorre um aparente paradoxo, revelador do enquadramento escolhido pelos telenoticiários: ao mesmo tempo em que o apoio majoritário da população

israelense à retirada é explicitado, os três noticiários deram muito mais realce às posturas de negação, embora tenham sido definidas como claramente minoritárias.

Já que acabamos de mencionar o “enquadramento escolhido pelos noticiários”, pode-se completar esta pesquisa com a busca específica ao enquadramento dos telejornais ao "acontecimento em si" (a interpretação da devolução dos territórios, de acordo com o que foi dito pelos apresentadores e pelos repórteres).

O Jornal da Band enquadrando a devolução dos territórios, na edição de 18 de julho de 2005, da seguinte forma:

*“... Os manifestantes são contra o plano de retirada do primeiro ministro Ariel Sharon. **A iniciativa é parte do esforço para o acordo de paz entre israelenses e palestinos.**”*

Em nenhum outro momento, o Jornal da Band reafirmou este enquadramento. Não ocorreram justificativas para o enquadramento. E não há referências específicas ao “acordo de paz”, que mereceu o “esforço” de se retirar os colonos israelenses da Faixa de Gaza.

Na última edição do Jornal da Band, em que a retirada da Faixa de Gaza foi tema da reportagem (dia 26 de setembro de 2005), apresenta-se a possibilidade de que o “esforço para o acordo de paz” talvez tenha sido em vão:

“A violência aumenta na faixa de Gaza um mês depois de retirada dos assentamentos judaicos, o correspondente da BBC Brasil no Cairo, Paulo Cabral mostra agora que Israel atacou depósitos de armas do grupo radical palestino Hamas.

Depois de semanas de calma, as forças de Israel fizeram o terceiro dia consecutivo de bombardeios na região desocupada pelos israelenses há duas semanas. Os ataques são uma resposta aos mísseis lançados pelo grupo palestino Hamas contra o território israelense.”

O Jornal da Record, no único momento que menciona qual é o enquadramento para a retirada da Faixa de Gaza (dia 23 de julho de 2005), o faz pela boca de Condoleeza Rice, secretária de Estado norte-americana:

“(...) Condoleeza Rice disse que a retirada israelense do território palestino, deve ser bem coordenada entre os dois lados. Ela avalia que a retirada vai re-energizar o processo de paz no Oriente Médio.(...)”

O enquadramento do Jornal da Record é, portanto, o mesmo que foi utilizado no Jornal da Band. Da mesma forma que o Jornal da Band, não encontramos reafirmações ou justificativas para esse enquadramento. As conclusões são igualmente semelhantes: o processo de paz não foi “re-energizado”:

“Israel faz novo ataque aéreo sobre Gaza e o primeiro ministro Ariel Sharon sai vitorioso na disputa interna de seu partido. Os membros do Likud decidiram nas urnas que as eleições para a liderança do partido não serão antecipadas como pretendia e ex premier Benjamim Netaniahu. Sharon continua líder e permanece no cargo de primeiro ministro. A votação ocorreu horas depois de Israel realizar um novo ataque aéreo sobre fábricas e depósitos de armas em Gaza, sem deixar vítimas.” (edição de 26 de setembro de 2005)

Boris Casoy nem sequer se dá ao trabalho de mencionar a retirada da Faixa de Gaza.

O Jornal Nacional enquadra a retirada da faixa de Gaza da seguinte maneira:

“... Trinta e oito anos depois da ocupação, Israel se prepara para partir. Vai devolver a terra aos palestinos. Será uma das maiores operações militares deste país. Uma operação de guerra, principalmente na faixa de Gaza.(...)” (Edição de 13 de agosto de 2005)

O Jornal Nacional não discutiu as condições em que Israel iniciou a ocupação da Gaza. De qualquer forma, constata-se que o Jornal Nacional seguiu à risca o enquadramento proposto, focando praticamente todas as imagens e palavras no processo da devolução de Gaza aos palestinos. Como o Jornal Nacional considerou que a retirada de Gaza foi uma atitude unilateral do governo de Israel, considerou lógico aquilatar os resultados de acordo com os interesses do governante do país:

“... Ariel Sharon não se intimidou diante dos rivais. Para derrotá-los agora a noite na disputadíssima convenção do Likud, ele usou um argumento forte. A opinião pública. Pesquisas mostram que mais de 70% dos eleitores aprovaram a retirada israelense da faixa de Gaza. Uma obra de Sharon.” (edição de 26 de setembro de 2005)

4 Interpretação

4.1 *Os recursos utilizados.*

Ao assistir o telenoticiário referente à desocupação dos territórios, na Faixa de Gaza, a impressão inicial é a de que uma vasta gama de recursos foi utilizada nas transmissões. O Jornal Nacional, para utilizarmos o exemplo mais exuberante, serviu-se de um helicóptero (para as imagens do muro que está sendo construído na Cisjordânia), ao menos duas câmeras (com os auxiliares de som, cinegrafia e iluminação), equipe de jornalistas (liderada por Marcos Losekan e Ronaldo de Souza), veículos (para deslocar a parafernália técnica pelas estradas de Gaza e da Cisjordânia). Não devemos nos esquecer de todo um aparato indireto de apoio, como alojamento, restaurante, escritório (onde o material jornalístico recebeu um primeiro tratamento) e estrutura de envio do material jornalístico para o Brasil.³³

Vamos nos abster de seguir elencando os recursos secundários, utilizados para a efetivação das reportagens telejornalísticas. Podemos, também, nos abster de numerar os recursos despendidos pelos dois outros telejornais. Já estamos de posse das informações necessárias para responder à seguinte pergunta: os recursos apresentados são suficientes para fazer uma boa cobertura sobre a desocupação israelense, na Faixa de Gaza?

A nosso ver, não. Os recursos apresentados são suficientes para se fazer uma boa propaganda da ação e dos interesses do Estado de Israel, não para conduzir uma

³³ <http://jornalnacional.globo.com/Jornalismo>, em 18/08/2005.

cobertura equilibrada sobre os acontecimentos da região; muito menos, para a realização de uma análise pertinente sobre os acontecimentos.

Para se fazer uma cobertura jornalística abrangente, os telejornais precisariam ter utilizado mapas (ou imagens de satélite) para que os espectadores pudessem ter uma idéia da pressão que as colônias israelenses exerciam sobre a concentração demográfica palestina, na Faixa de Gaza. Seria necessário que os telejornais utilizassem as informações de especialistas em hidrologia, para se compreender os estragos provocados pelo desperdício de água promovido pelos israelenses, no período em que eles ocuparam a Faixa de Gaza.

A cobertura jornalística séria certamente utilizaria os préstimos de especialistas em diplomacia e política internacional, que analisariam as resoluções da ONU, referentes à região da Faixa de Gaza. Analisariam, também, os efeitos dos conflitos de 1967 e 1973, em nível regional e mundial. Certamente discutiriam o papel de Israel no período da Guerra Fria e após o colapso da União Soviética, relacionando-o à diplomacia norte-americana. Por último, esses analistas avaliariam a evolução da ação política e diplomática palestina, desde a época do Setembro Negro, até o surgimento da Autoridade Palestina e a morte de Yasser Arafat.

Um panorama da situação política do Oriente Médio seria pertinente. Conhecer o pensamento de lideranças árabes, também. Seria interessante entrevistar Ariel Sharon, para se perguntar o que ele pretende com essa devolução de territórios. Ou perguntar a Mahmud Abbas como ele contextualiza essa devolução territorial.

Lembrando que muitos colonos israelenses foram entrevistados, pergunta-se por que os palestinos de Gaza não receberam igual tratamento. Na verdade, os israelenses que concordavam com a desocupação (e que, de acordo com o que foi

relatado nas reportagens de TV, eram maioria, em Israel) também não tiveram sua voz ouvida aqui, no Brasil. Isso porque as reportagens, como se pode observar na Tabela XIV, enfatizaram exatamente as opiniões discordantes, minoritárias na sociedade israelense.

Em resumo, os telenoticiários não fizeram pesquisa (nem documental, nem analítica); não lançaram mão de analistas políticos, nem de consultores técnicos, nem de especialistas militares; não usaram mapas ou estatísticas; não entrevistaram pessoas que representam os vários ângulos da questão que estava sendo abordada. Não parece despropositado afirmar que os telenoticiários prepararam-se para propagandear a ação do Estado de Israel; não para cobrir o episódio da devolução da Faixa de Gaza aos palestinos.

4.2 O uso das imagens.

Uma análise de imagens, num trabalho que se diz preocupado com as palavras, parece desconcertante. Mas o estranhamento talvez diminua se alertarmos para o fato de que as imagens das quais trataremos são, quase sempre, as que deixaram de ser feitas.

A cobertura da retirada dos colonos israelenses da Faixa de Gaza deixou de produzir muitas imagens: nenhum telenoticiário teve a curiosidade de comparar, por exemplo, as casas dos colonos israelenses, com imagens das vilas e cidades palestinas, na região; não há imagens sobre o dia-a-dia dos palestinos que moram na Faixa de Gaza; não há imagens das plantações de flores, feericamente irrigadas nas colônias israelenses, contrastando com a aridez das regiões circunvizinhas.

Uma análise, generalizada e absolutamente pertinente sobre a sonegação de imagens foi realizada por Ignácio Ramonet, que afirma:

“Pensa-se que a imagem é rainha absoluta. Ela vale mil palavras. Esta lei básica da informação moderna não é ignorada pelos poderes políticos que tentam usá-la em seu proveito. Assim, a propósito de questões delicadas e comprometedoras, eles vigiam com todo o cuidado para que nenhuma imagem circule; trata-se aqui, nem mais nem menos, de uma forma de censura. Os relatos escritos, os testemunhos orais podem, a rigor, ser divulgados, porque não produzirão jamais o mesmo efeito. O peso das palavras não vale o choque das imagens; como afirmam os especialistas em comunicação: a imagem, quando ela é forte, oblitera o som, e o olho suplanta o ouvido. Certas imagens estão, portanto, de agora em diante, sob extrema vigilância ou, para ser mais preciso, certas realidades estão estritamente proibidas de imagens, que é o meio mais eficaz de ocultá-las. Nada de imagem, nada de realidade.” (RAMONET, 2004, p. 27-28)

No caso específico da cobertura da retirada dos colonos israelenses da Faixa de Gaza, sonegaram-se imagens sobre a questão dos recursos hídricos. Sonegaram-se, também, imagens sobre o contraste entre as moradias e equipamentos urbanos, postos à disposição de israelenses e de palestinos. Além disso, os palestinos que – naquele momento – eram 165 vezes mais numerosos que os israelenses na Faixa de Gaza, praticamente não apareceram nos telenoticiários.

Vamos nos situar, em relação à questão dos recursos hídricos. Esta questão é tão importante quanto o ‘problema demográfico’ – ou seja, o problema de como tomar posse de parte substancial dos territórios ocupados sem aceitar a responsabilidade por sua população.

Dominar as fontes de recursos hídricos sempre foi algo muito mais significativo do que a questão da segurança. Para Israel, o problema colocado por um Estado palestino independente nunca foi de segurança. O primeiro-ministro David Ben-Gurion mencionou em seus diários, no já longínquo ano de 1948, que

“um Estado árabe na Palestina ocidental (ou seja, a oeste do Jordão) seria menos perigoso do que um Estado ligado à Transjordânia (como a Jordânia era, então, chamada) e talvez amanhã, ao Iraque” (apud CHOMSKY, 1996, p. 262).

O raciocínio, óbvio e convincente, permanece inalterado. A opção preferida pelo Partido Trabalhista, na época, de fixar partes da Cisjordânia ao governo jordaniano dificilmente aumenta a segurança de Israel. Os problemas estão no obstáculo que um Estado independente imporia à expansão e ao acesso aos recursos, particularmente à água.

A importância do acesso aos recursos hídricos dificilmente pode ser exagerada. Um dos principais especialistas israelenses nesse tópico e consultor do Departamento de Defesa, professor da Hebrew University, Haim Gvirtzman, faz um comentário sobre

“um pequeno segredo, que tem sido escondido por duas décadas: os critérios que guiaram o Ma’rach (a coalizão trabalhista) no estabelecimento das primeiras colônias antes de sua derrota eleitoral de 1977 eram sua alocação em regiões críticas para o controle dos recursos hídricos de Israel.” (apud CHOMSKY, 1996, p. 262)

Qualquer “hidrologista iniciante”, de acordo com Gvirtzman, poderia desenhar um mapa dessas regiões críticas. O resultado, dessas análises, pode ser observado em meados de 1993: dos seiscentos milhões de metros cúbicos de água retirados anualmente das fontes na “Judéia e Samaria”, os cidadãos israelenses usam quase quinhentos milhões, o que satisfaz cerca de um terço do total das necessidades hídricas dos cidadãos de Israel (para comunidades urbanas, irrigação, etc.) Essas condições devem ser mantidas sob qualquer “autonomia” iminente, conclui Gvirtzman, argumentando que o uso desses recursos por Israel, por tantos anos, concede-lhe o direito a eles pelas leis internacionais.

Ao olhar para os territórios invadidos por Israel, na Guerra dos Seis Dias, Gvirtzman observa que grande parte da importância das Colinas de Golã consiste em permitir que Israel controle os afluentes do Rio Jordão.

Em oportunidade anterior, Gvirtzman expressou seu alívio de que o novo ministro do Interior, Yossi Sarid (do partido moderado Meretz) tenha reconhecido a necessidade de manter incólume “o sistema hidráulico de toda a Terra de Israel”, e as implicações desta estabilidade sobre qualquer encaminhamento a respeito de uma eventual “autonomia” para os territórios palestinos. Sua própria visão é que “às autoridades da autonomia nunca deve ser dado qualquer poder sobre os recursos hídricos de suas áreas”, exatamente como aos palestinos nunca foi permitido perfurar nada além dos mais superficiais poços sob a ocupação. As únicas alternativas realistas – sugere Gvirtzman, com alguma ironia – são a cara purificação da água do mar ou o desvio do rio Litani, no sul do Líbano. Sob a autonomia, ele explica

“... Israel deve somente se preocupar com um padrão mínimo de vida palestino, nada mais, o que significa suprimento de água para eles só para as necessidades urbanas. Isso chega a cerca de cinquenta/cem milhões de metros cúbicos por ano. Israel é capaz de suportar essa perda. Portanto, não deveríamos permitir que os palestinos desenvolvessem qualquer atividade agrícola, porque tal desenvolvimento virá em prejuízo de Israel. Certamente, nunca permitiremos aos palestinos suprir as necessidades hídricas da Faixa de Gaza por meio do aquífero montanhoso. Se purificar a água do mar é uma solução realista, então deixemos que o façam para as necessidades dos residentes da Faixa de Gaza.” (apud CHOMSKY, 1996, p. 262-263)

Que imagens, sobre a questão dos recursos hídricos a questão das moradias, poderiam ter sido apresentadas e foram negadas? Poder-se-ia começar com as cercas elétricas ou de arame farpado, protegendo as colônias. Depois, poderiam ser mostrados os abundantes pastos, as grandes árvores, uma vez que os oito mil e quinhentos colonos israelenses utilizavam grande parte da água limitada dessa área deserta para a agricultura. Este “Jardim do Éden”, como a imprensa do Partido Trabalhista a descreveu em março de 1993, exportava quase metade dos tomates de Israel e uma parte substancial de suas flores, produzidas por meio de uma mão-de-obra intensiva e barata (árabe) com enormes lucros.

Uma imagem chocante seria a de um enorme lago artificial em frente a um luxuoso hotel turístico, em pleno deserto de Gaza. Outra imagem impressionante seria a dos dutos de água que, saindo de Israel rumo às colônias de Gush Katif, para abastecer casas de campo, desviavam-se das áreas colonizadas por árabes.

O correspondente militar Ze'ev Schiff sintetizou, em março de 1993, a situação:

“Temos continuado a roubar água da Faixa, mesmo que sua qualidade se deteriore ano a ano, e a roubar os poucos recursos agrários da Faixa, com o intuito de fundar mais e mais colônias [judaicas], como se deliberadamente quiséssemos deixar os habitantes em desespero, e em seu desespero pensassem em termos de nada ter a perder” (CHOMSKY, 1996, p. 313-314)

Ou seja: Israel devolveu a Faixa de Gaza após ter exaurido todos os recursos hídricos da região. Nos poços artesianos, nada resta senão água salobra.

4.3 O uso das palavras.

As palavras, usadas na cobertura internacional, carregam alta dose de ideologia. Quase sempre essas palavras têm dois sentidos: um sentido é denotativo o outro é armamento usado na luta ideológica.

Assim, ‘terrorismo’ é só o que os outros fazem.

“Ou peguem a palavra ‘defesa’: nunca ouvi falar de um Estado que admita estar executando uma ação agressiva, eles estão sempre engajados em ‘defesa’, não importa o que estejam fazendo – talvez ‘defesa preventiva’ ou ‘em precaução’, ou algo assim.” (CHOMSKY, apud MITCHELL, 2005, p. 61-62)

Para seguir com nossa interpretação sobre o uso das palavras, nos telenoticiários, observemos o seguinte trecho do Jornal da Record:

“A secretária de Estado Americana, Condoleeza Rice, elogiou os esforços da Autoridade Palestina, mas cobrou mais ação contra os radicais islâmicos. A chefe da diplomacia norte-americana se reuniu com o presidente da Palestina, Mahmud Abbas, em Hamallah, na Cisjordânia. Condoleeza Rice disse que a retirada israelense do território palestino, deve ser bem coordenada entre os dois lados. Ela avalia que a

retirada vai re-energizar o processo de paz no Oriente Médio.” (Jornal da Record, edição de 23/07/2007)

Observa-se que a expressão ‘processo de paz’ é usada na mídia para referir-se àquilo que os EUA calhem de estar fazendo naquele momento – e isso é sem exceção. Então resulta que os EUA estão sempre apoiando o processo de paz, por definição. É, talvez, impossível encontrar uma única frase em qualquer lugar da mídia dizendo que os EUA estão se opondo ao processo de paz.

Também é interessante buscar o significado de palavras como ‘moderado’ e ‘extremista’, fartamente utilizada no telenoticiário, como se observa nos seguintes trechos:

O grupo extremista Hamas ameaça realizar novos ataques contra Israel, mesmo depois da retirada dos colonos judeus da faixa de Gaza. (Jornal da Band, edição de 23/08/2005)

O líder extremista palestino mais caçado por Israel divulga uma mensagem gravada e avisa que os ataques terroristas vão continuar. Na sua mensagem Mohamed Deiv afirma que a recente retirada da faixa de Gaza foi uma humilhação para Israel, embora tenha sido uma decisão unilateral do governos israelense a retirada foi comemorada como uma vitória pelos extremistas do Hamas. A mensagem do líder terrorista também adverte os palestinos moderados para que não tentem suspender a luta armada contra Israel. (Jornal da Record, edição de 27/08/2005)

Deixemos que as definições sejam fornecidas por Noam Chomsky que analisou a utilização desses adjetivos pelos meios de comunicação:

“‘Moderado’ (ou seu sinônimo: ‘pragmático’) é uma palavra que significa ‘obedece às ordens dos EUA’ – ao contrário do que é chamado de ‘radical’, que significa ‘não obedece às ordens dos EUA’. ‘Radical’ (cujo sinônimo é ‘extremista’ ou ‘linha-dura’) nada tem a ver com esquerda ou direita; você pode ser um ultradireitista, mas é um ‘radical’, se não obedece às ordens dos EUA” (CHOMSKY, apud MITCHELL, 2005, p. 68-69)

E qual é o significado de ‘fundamentalismo islâmico’? Seria algo ruim, que é necessário combater? Uma rápida pesquisa indica que o Estado fundamentalista islâmico mais radical do mundo é a Arábia Saudita: mas o ‘Ocidente’ (termo que inclui o Japão...) não está caçando os líderes da Arábia Saudita. Na verdade, o

Ocidente os considera ótimos sujeitos. É verdade que torturam, matam, mas também mandam os lucros do petróleo de seu país para o Ocidente e não para os povos da região; portanto, são ótimos.

E quando nos referimos a fundamentalistas islâmicos que são indivíduos, não agentes de Estado? O fundamentalista islâmico fanático mais extremista do mundo talvez seja Gulbuddin Hekmatyar, líder do grupo Taleban, que recebeu mais de um bilhão de dólares de ajuda dos Estados Unidos e da Arábia Saudita para destroçar o que restou do Afeganistão, depois da invasão soviética. Era um bom sujeito, pois lutou do lado ocidental – narcotraficante, terrorista, todas essas coisas – mas fazia as vontades do Ocidente. Depois que se tornou aliado de Osama Bin Laden, tornou-se um canalha. As qualidades – ou defeitos – de Gulbuddin Hekmatyar (ou do próprio Osama Bin Laden) não são medidas pelo fundamentalismo, mas pela sua posição em relação aos Estados Unidos.

Conclusão: os adjetivos e designações que os telenoticiários utilizaram para os palestinos e para os israelenses (e que estão elencados nas tabelas X, XI e XII) nos ajudam a ter uma idéia de como esses personagens se posicionam diante da política externa dos EUA. Só.

4.4 Onde estão os palestinos?

Quanto aos palestinos, eles são tratados como massa amorfa (ou como “radicais islâmicos”, “militantes”, “atiradores”, “extremistas islâmicos” e “terroristas”) pelos formuladores de políticas, nos EUA e em Israel. Por consequência, este mesmo tratamento será dispensado aos palestinos, nos telenoticiários brasileiros.

Os planejadores norte-americanos, ao final da Segunda Guerra Mundial, não tinham razões para duvidar da avaliação dos especialistas governamentais israelenses de que os refugiados palestinos ou iriam se incorporar a outros lugares ou ‘seriam esmagados’:

“Alguns deles morreriam e a maioria deles viraria a escória da humanidade e o refúgio da sociedade, e se uniria às classes mais empobrecidas nos países árabes’. Conseqüentemente, não havia necessidade de se preocupar com eles.” (CHOMSKY, 1996, p. 237)

Acontece que os israelenses e os norte-americanos estavam enganados: os palestinos recusaram-se a desaparecer, apesar dos esforços do governo de Israel, nesse sentido.

Em reação ao tratamento absolutamente brutal sob o qual os palestinos vêm vivendo, os palestinos iniciaram, na década de 1980, a Intifada (que é uma grande revolução popular de massa). Diante da Intifada, os EUA – que sempre apresentam dificuldades para compreender as massas, em qualquer lugar do planeta – criaram uma cantilena racista. Chomsky analisa o comportamento norte-americano:

“Uma das minhas versões preferidas disso apareceu no jornal Commentary, em um artigo escrito por um professor canadense. Dizia: os palestinos são ‘gente que cria, sofre e propagandeia sua desgraça’. Pura propaganda nazista. Isto é, imaginem se alguém dissesse isso sobre judeus: ‘Judeus são gente que cria, sofre e propagandeia sua desgraça’ mas isso é o tipo de coisa que se escuta – é uma versão particularmente vulgar, mas o espírito da coisa é: olhem, os palestinos só estão fazendo isso para as câmeras, porque estão tentando desacreditar os judeus. A questão verdadeira é que Israel está tendo muita dificuldade para abafar essa revolução popular.” (CHOMSKY, apud MITCHELL, 2005, p. 172-173)

Israel destruiu muitas casas palestinas, realizou punições coletivas, expulsou, humilhou, censurou. Mas os palestinos não se entregaram: ‘Eles estão erguendo as cabeças, temos de fazer alguma coisa quanto a isso’. Em suma, a violência não funcionou. Como a violência perdeu a eficácia, tornou-se necessário outro tipo de ação. Então, nesse momento, podemos ver os estrategistas americanos reavaliando

suas políticas para os Territórios Ocupados, tal como se pode ver a liderança israelense fazendo sua reavaliação. Nesse contexto, podemos entender a devolução da Faixa de Gaza para os palestinos.

4.6 *Afinal, o que os telenoticiários disseram?*

Em 13 de julho de 2005, Ariel Sharon assinou uma portaria transformando as colônias de Gush Katif, na Faixa de Gaza, em zona militar fechada. A portaria inicia a contagem regressiva para a retirada dos colonos israelenses da Faixa de Gaza, tornando-a inexorável.

Esse acontecimento importante, com promessa de imagens espetaculares, tem data marcada para começar. E o que é melhor para as redes de televisão: com um mês de antecedência, o que permite planejamento da cobertura, gerenciamento de recursos necessários e preparação da audiência.

Ao mesmo tempo em que permite o planejamento da cobertura televisiva, esta antecedência dá condições para que os personagens da cena política regional também estabeleçam suas estratégias de atuação. O governo israelense, a Autoridade Palestina, os grupos de oposição ao governo de Israel, e os grupos de oposição palestina podem planejar seus discursos e sua atuação no episódio da retirada da Faixa de Gaza.

O governo de Israel escolheu representar o papel de uma instituição que, sensível ao consenso internacional, decidiu dar “uma chance à paz” e demonstrar sua boa vontade praticando a retirada incondicional de colonos israelenses, da Faixa de Gaza. A Autoridade Palestina, talvez assoberbada pelas enormes dificuldades políticas e administrativas internas, não apresentou em relação à retirada eminente, qualquer postura discernível. A oposição religiosa e os “linha-dura” que pleiteiam a tese do

“Grande Israel”, talvez surpreendidos pela atitude do – até então – belicoso Ariel Sharon, não conseguiram articular algo além de teses sobre o “dever religioso de ocupar todas as terras de Israel”. Hamas e Jihad Islâmica, os dois mais importantes grupos de oposição palestina, investiram na idéia de que a resistência armada palestina havia produzido a necessidade de uma humilhante retirada israelense na Faixa de Gaza.

O governo de Israel, imediatamente, tomou a iniciativa no terreno da propaganda: no momento em que a oposição religiosa convocou uma marcha de três dias rumo às colônias da Faixa de Gaza, o governo israelense informou as agências de notícias e tratou de proteger as equipes de reportagem que se apresentaram para a cobertura jornalística. O efeito dessa ação se fez sentir nos telenoticiários brasileiros, na edição de 18 de julho de 2005:

“Milhares de pessoas estão reunidas no Sul de Israel para uma marcha de três dias contra a retirada de assentamentos judaicos na Faixa de Gaza. Vinte mil soldados e policiais foram chamados para barrar o protesto. Os israelenses planejam andar 22 km até as colônias judaicas que estão em território palestino. Ônibus lotados chegaram à região durante todo o dia e atrapalharam o trânsito. Os manifestantes são contra o plano de retirada do primeiro ministro Ariel Sharon. A iniciativa é parte do esforço para o acordo de paz entre israelenses e palestinos.” (Jornal da Band, edição de 18/07/2005)

“Forças de Segurança de Israel tentam impedir uma grande marcha de nacionalistas contrários ao plano de retirada de Gaza. Os radicais israelenses de direita convocaram uma marcha de três dias a partir da cidade de Netivot em direção ao maior assentamento de Gaza.” (Jornal da Record, edição de 18/07/2005)

A partir desse momento, o governo israelense “seqüestra” para si a atribuição de sentidos para os acontecimentos. O enquadramento oferecido pelo Estado de Israel é aceito, sem ressalvas, por grande parte da cobertura jornalística internacional e que evidentemente se reflete nos três telenoticiários brasileiros que estão sob estudo.

Esta realidade é evidenciada pela atribuição, nos nossos telenoticiários, de intenções aos agentes do Estado de Israel (ou seja, os jornalistas “sabem” o que os

agentes de Estado de Israel estão “pensando fazer”). Para ilustração, temos um trecho da edição do Jornal da Record:

“As tropas foram instruídas a não abrir fogo, mesmo que os manifestantes tentarem forçar passagem. Em meio ao movimento dos colonos, militantes palestinos ainda dispararam morteiros e foguetes contra alvos israelenses. O premier Ariel Sharon acena com uma grande ofensiva.” (Jornal da Record, edição de 18/07/2005)

Em nenhum momento, o governo de Israel perdeu o domínio sobre o enquadramento jornalístico da cobertura da retirada dos colonos da Faixa de Gaza. Mesmo quando ocorre um simulacro de contraponto (ou seja, se uma versão palestina para os fatos parece ser apresentada), observa-se que as posições discordantes são depreciadas ou sujeitas a um julgamento de valor reprovativo. Observe-se, como demonstração, os trechos seguintes:

“O líder extremista palestino mais caçado por Israel divulga uma mensagem gravada e avisa que os ataques terroristas vão continuar. Na sua mensagem Mohamed Deiv afirma que a recente retirada da faixa de Gaza foi uma humilhação para Israel, embora tenha sido uma decisão unilateral do governo israelense. A retirada foi comemorada como uma vitória pelos extremistas do Hamas. A mensagem do líder terrorista também adverte os palestinos moderados para que não tentem suspender a luta armada contra Israel.. Mohamed Deiv é acusado por uma serie de atentados que mataram centenas de israelenses”. (Jornal da Record, edição de 27/08/2005)

“... Todas as casas de colonos já haviam sido demolidas pelos próprios israelenses, mas muitas sinagogas que haviam sido apenas esvaziadas acabaram depredadas ou incendiadas pelos palestinos. Os novos ocupantes da região tomaram os prédios públicos que ficaram em pé, fincaram bandeiras palestinas e tiraram tudo que pudesse ser aproveitado, a começar pelas telhas.” (Jornal da Band, edição de 12/09/2005)

Em determinados momentos, as referências aos palestinos (e aos seus governantes) chegam a ser humilhantes:

“Os assentamentos judeus desocupados ficam em frente ao litoral, por isso os palestinos da região sul da faixa de Gaza não tinham acesso ao Mediterrâneo, neste primeiro dia de praia para toda uma geração de jovens palestinos, cinco morreram afogados no mar.” (Jornal Nacional, edição de 12/09/2005)

“... A autoridade palestina precisa ser bem sucedida para ganhar credibilidade e reforçar a idéia de que os palestinos estão prontos para um estado independente.” (Jornal da Band, edição de 12/09/2005)

O seqüestro das atribuições de sentido, pelo governo de Israel, induziu nossos jornalistas ao erro. Isso ocorreu quando a cobertura jornalística referiu-se à demolição das casas dos assentamentos desocupados:

“... Os soldados israelenses até já começaram a demolir as casas dos assentamentos desocupados. Faz parte do acordo com os palestinos, eles preferem os terrenos livres para a construção de prédios com capacidade para alojar um número maior de pessoas...” (Jornal Nacional, edição de 19/08/2005)

Observa-se que o Jornal Nacional deu a entender que, na retirada da Faixa de Gaza, havia um acordo (formal ou não; isto não vem ao caso) entre Israel e Autoridade Palestina. Evidentemente não havia acordo, uma vez que a retirada foi uma decisão unilateral do governo israelense.

Sobre a demolição das casas dos assentamentos desocupados, há uma importante informação, que precisamos levar em consideração. Quatro meses antes da desocupação, em 08 de abril de 2005, o ministro da Defesa, Shaul Mofaz, disse (em reunião plenária do Knesset – Parlamento de Israel) que Israel deveria considerar não demolir os edifícios evacuados na Faixa de Gaza, à exceção das sinagogas (devido ao medo de uma potencial violação), para diminuir os custos da desocupação e economizar tempo.

No final das contas, Ariel Sharon fez exatamente o oposto: demoliu as casas e preservou as sinagogas. Não é improvável que o primeiro-ministro tenha considerado que a violação dos templos renderia imagens muito desgastantes para a causa palestina. Se Ariel Sharon pensou dessa maneira, provavelmente ficou satisfeito com a abordagem utilizada pelos jornalistas para descrever a destruição das sinagogas:

“... No rastro dos tanques chegaram os palestinos. Para a maioria deles o dia de hoje foi de festa e de revolta também, os alvos foram os prédios das sinagogas. A maioria dos templos judaicos vistos como símbolo da ocupação foi incendiada, o que Israel considerou uma profanação, os palestinos chamaram de desabafo...” (Jornal Nacional, edição de 12/09/2005)

“Não demorou muito para que os palestinos entrassem fazendo festa nos assentamentos desocupados. Todas as casas dos colonos já haviam sido demolidas pelos próprios israelenses, mas muitas sinagogas que haviam sido apenas esvaziadas acabaram depredadas ou incendiadas pelos palestinos...” (Jornal da Band, edição de 12/09/2005)

Em suma: o governo israelense preparou o cenário, definindo o enquadramento e a atribuição de sentidos para os acontecimentos. Os jornalistas aceitaram confortavelmente o enquadramento oferecido pelo Estado de Israel, transformando este episódio de um conflito internacional, com reflexos mundiais duradouros, em um mero quiproquó entre o Estado de Israel e alguns colonos ultranacionalistas. E o mais extraordinário: enquadrou-se o primeiro-ministro Ariel Sharon como um baluarte contra o extremismo de direita, em Israel. Quem não o conhecia deve ter pensado que Sharon é um simpático vovô pacifista.

4.6 O Modelo de Propaganda é pertinente?

Há uma tradição histórica entre alguns pensadores de elite, no Ocidente: considerar que a classe intelectual e a mídia devem exercer uma função de propaganda, doutrinando as pessoas. O objetivo poderia ser o de inviabilizar a construção de uma opinião pública autônoma que interfira na escolha dos destinos da sociedade, ou o de se angariar apoio para as políticas de Estado. Este ponto de vista pode ser encontrado nos pensamentos de Hobbes (ainda no Período Absolutista), passa por Voltaire (no Iluminismo), chegando a Lênin, Gramsci e dezenas de outros pensadores do século XX.

A idéia de que a mídia deve ser usada para fazer propaganda teve sua primeira aplicação prática no período em que ocorreu a primeira revolução popular-democrática importante do Ocidente: a Guerra Civil Inglesa, entre 1642 e 1648. Ocorreu, naquela oportunidade, uma grande cisão entre os grupos de elite ingleses: de um lado

posicionou-se a classe mercantil em ascensão, alinhada ao Parlamento; do outro lado, a nobreza latifundiária ainda feudal, escorou-se no Monarca. Os intelectuais da elite assustaram-se com o seguinte fato: na esteira do conflito entre comerciantes e senhores de terras estavam brotando movimentos populares que contestavam a relação entre senhor e servo, o conceito de autoridade política, etc.

Surgiam, ao mesmo tempo, publicações radicais. Afinal, os tipos móveis, inventados no período renascentista, tornavam muito mais barata a difusão de notícias (e de idéias) pelo meio impresso. As elites – que se digladiavam nos campos de batalha – tinham, afinal de contas, algo em comum: a percepção preocupante de que a população estava saindo do controle. Ou, na linguagem da liderança intelectual britânica: “As pessoas estão ficando tão curiosas e arrogantes que nunca terão humildade suficiente para se submeter a um governo civil”.³⁴ As lideranças da Guerra Civil percebiam que tanto o Rei como o Parlamento estavam perdendo a capacidade de coerção e tiveram de reagir a isso.

Como reagir? A primeira tentativa foi a de restaurar a capacidade de coerção: Cromwell, que chegou ao poder em 1648, implantou uma ditadura militar; a seguir, a monarquia foi restaurada, com Carlos I chegando ao poder, em 1660. Era evidente, entretanto, que as coisas não voltariam ao que eram: os movimentos populares criaram uma dinâmica política que levou ao fortalecimento do Parlamento. O segundo passo foi a assinatura da Carta de Direitos (1689) e a adoção da Monarquia Parlamentarista.

³⁴ (Clement Walker, *History of Independency, I, 1661* – “They have made the People thereby so curious and so arrogant that they will never find humility enough to submit to a civil rule.”)

Nos países anglo-saxões, a partir da Guerra Civil Inglesa, chegou-se ao reconhecimento de que se a elite perde o poder de controlar as pessoas pela força, deve passar a controlar o que as pessoas pensam. Nos Estados Unidos, este reconhecimento é uma regra de ouro para o controle da sociedade civil. Muitos cientistas políticos, jornalistas e especialistas em relações públicas dos EUA concordam em ponderar que as elites precisam de propaganda eficaz para controlar o público, à medida que o Estado perde o poder de coerção.

Resumindo a análise, nas palavras de Chomsky (apud MITCHELL, 2005, p. 34-35):

*“Lá pelos anos 1920, o principal manual da indústria de relações públicas intitulava-se, de fato, **Propaganda** (naquela época, as pessoas eram um pouquinho mais honestas). Ele começa dizendo algo assim: a manipulação consciente e inteligente das opiniões e hábitos organizados das massas é um aspecto crucial de um sistema democrático – o palavreado é virtualmente esse. E então diz: cabe às ‘minorias inteligentes’ executar essa manipulação das atitudes e opiniões das massas. E essa é realmente a principal doutrina do moderno pensamento liberal-democrata: a de que, se houve perda no poder de controlar as pessoas pela força, é preciso uma melhor doutrinação.”*

Esta introdução histórica nos leva a concluir que o “Modelo de Propaganda” (do qual nos serviremos para a interpretação dos enquadramentos, elencados no capítulo anterior) é defendido e utilizado por parte substancial da elite intelectual tradicional.

O “Modelo de Propaganda” também serve a uma coerência institucional: se admitimos que a sociedade em que vivemos é dominada pela lógica dos negócios empresariais, forçoso é aceitar a idéia de que as corporações de mídia existem para fazer propaganda desses negócios. Seria um contra-senso imaginar a existência de uma instituição (a mídia) que tivesse como função resistir, ou negar, os interesses empresariais.

Como a mídia é sistematicamente usada como instrumento de doutrinação e, além disso, é parte institucional de uma sociedade dominada pelos interesses econômicos, ela tenderá a se alinhar ao poder.

Seria grosseiro, nos dias atuais, o uso da força ou de ameaças contra a mídia, para que os fatos sejam enquadrados de forma a servir aos interesses das instituições dominantes: há maneiras mais sutis de se produzir esses enquadramentos. De qualquer forma, há nestas maneiras sutis um complexo sistema de filtros (na mídia e nas instituições educacionais) que acaba por produzir a neutralização, ou marginalização das perspectivas dissidentes. O resultado costumeiro é o achatamento dos horizontes do debate: as chamadas opiniões “à esquerda” e “à direita”, na mídia, representam um estreito espectro de discussão. Reflete a esfera das necessidades do poder; outras possibilidades de análise são habitualmente excluídas.

Na mídia, apresentam-se os pressupostos que expressam as idéias básicas do sistema de propaganda da elite dirigente (no caso em estudo, o que o Estado de Israel apresentou como pressupostos para o entendimento do que foi a retirada da Faixa de Gaza), permitindo-se uma esfera de debates dentro dessa estrutura. O debate nada mais faz do que ampliar a força dos pressupostos, robustecendo o sentimento de que eles são todo o espectro possível de opinião que existe. Assim, no sistema econômico, social e político vigente, o que poderia ser chamado de “propaganda de Estado” não é expresso como tal (como o seria, numa sociedade totalitária), mas está implícito.

A natureza dos sistemas ocidentais de doutrinação é tão sutil que não pode ser compreendida pelos governos ditatoriais: eles não conseguem atinar para a utilidade – com fins propagandísticos – de um “debate crítico” que incorpore os pressupostos

básicos das doutrinas oficiais, o que acaba por marginalizar – ou atenuar – a discussão crítica autêntica e racional.

Por isso, no Ocidente democrático, surge a figura do “crítico responsável”, que dá uma importante contribuição à causa de manter o debate dentro de certos limites aceitáveis. Isto faz dos “críticos responsáveis” cidadãos tolerados e, às vezes, até homenageados.

Churchill diria que o mundo deve ser governado pelas “nações ricas”. As nações ricas são governadas pelos homens ricos dentro delas. Assim pensavam os Pais fundadores da democracia norte-americana: “as pessoas que possuem o país devem governá-lo” (John Jay).

Os intelectuais e os jornalistas (conscientemente ou não) são parte da trama: enquadram a realidade social sob o pretexto da benevolência e da harmonia, trabalhando para manter os ‘estranhos, intrusos e ignorantes’ em seu lugar: removidos para longe da arena política, embora lhes seja garantida uma escolha periódica entre os representantes do partido empresarial.

Ignácio Ramonet descreve o processo que, tragicamente, transforma o jornalista em legitimador do sistema, batizando-o de “censura democrática”:

“A censura democrática em oposição à censura autocrática, não se funda mais na supressão ou no corte, na amputação ou na proibição de dados, mas na acumulação, na saturação, no excesso e na superabundância de informações. O jornalista está literalmente asfxiado, ele desaba sob uma avalanche de dados, de relatórios, de dossiês – mais ou menos interessantes – que o mobilizam, o ocupam, saturam seu tempo e, tal como chamarizes, o distrai do essencial. Por cúmulo, isto incentiva ainda sua preguiça, pois não precisa mais buscar a informação. Ela chega por si mesma a ele.” (RAMONET, 1999, p. 28-29)

A realidade do trabalho jornalístico, no horizonte da vida pessoal, é trágica. Mas, se observarmos a mesma questão, a partir do horizonte de interesses dos grandes

conglomerados de comunicação, como faz Chomsky, chegaremos à conclusão de que o trabalho de legitimação, produzido pela mídia, é trivial, quase óbvio:

“Bem, se vocês examinarem esses veículos da grande mídia, verão que têm alguns aspectos cruciais em comum. Em primeiro lugar, as instituições formadoras de agendas são grandes corporações; na verdade, são megacorporações, altamente lucrativas – e, na maioria, também se unem em conglomerados ainda maiores. E elas, como outras corporações, têm um produto a vender e um mercado ao qual querem vendê-lo: o produto é um público, e o mercado são os anunciantes. [...] Agora, vocês hão de perguntar: que imagem do mundo você espera que surja desse arranjo? Bem, uma resposta plausível é a que propõe pontos de vista e perspectivas políticas que satisfaçam as necessidades, os interesses e as perspectivas dos compradores, dos vendedores e do mercado, isto é, seria muito surpreendente se não fosse esse o caso. Portanto, não digo que isso é uma ‘teoria’ ou qualquer coisa assim – é virtualmente apenas uma observação.” (CHOMSKY, apud MITCHELL, 2005, p. 31-32)

Chomsky apresenta seu “Modelo de Propaganda” quase como um truísmo: espera-se que as instituições midiáticas atendam a seus próprios interesses, porque, se não o fizessem, não conseguiriam funcionar por muito tempo.

Portanto, não se deve imaginar o “Modelo de Propaganda” como uma teoria de conspiração – até porque essa análise tende a minimizar o papel dos indivíduos, considerados como simples peças de reposição. O que interessa, no Modelo de Propaganda, é a estrutura do capitalismo corporativo: quem está no jogo tenta aumentar o lucro e as fatias do mercado – se não faz isso, não continua jogando. Qualquer economista sabe disso: apontar isso não é uma teoria da conspiração, é apenas tomar como certo um fato institucional.

Observa-se – de passagem – que, mesmo partindo de outros pressupostos teóricos, Ignácio Ramonet chega a conclusão semelhante:

“No grande esquema industrial concebido pelos donos das empresas de lazer, cada um constata que a informação é antes de tudo considerada como uma mercadoria, e que este caráter prevalece, de longe, sobre a missão fundamental da mídia: esclarecer e enriquecer o debate democrático.” (RAMONET, 1999, p. 08)

A partir dos pressupostos do Modelo de Propaganda, Chomsky fornece um aconselhamento, não desprovido de ironia, a qualquer jornalista que almeje estabilidade profissional:

“Se você quiser ser um jornalista ‘responsável’, tem de entender o que é importante, e o importante são as coisas que trabalham para a causa – o poder empresarial, essa é a causa. E você não permanecerá muito tempo na imprensa, se não internalizar e passar a entender esses valores virtualmente de forma intuitiva – porque existe todo um elaborado processo de filtragem e seleção, nas instituições, para eliminar aqueles que não os entendem. É assim que a comentaristas no New York Times fazendo perguntas como ‘O que há de errado com o mundo?’, quando os Estados Unidos estão se posicionando sozinhos contra todos os outros países, sem sequer piscar. (CHOMSKY, apud MITCHELL, 2005, p. 125)

Pode-se concluir que, ao estudar a cobertura dos telenoticiários sobre a retirada dos colonos israelenses da Faixa de Gaza, encontramos enquadramentos que apontam para a pertinência do Modelo de Propaganda.

Os dados levantados a respeito dos telenoticiários da TV aberta parecem, efetivamente, nos aproximar de algumas teses apresentadas por Noam Chomsky. Vamos enunciá-las: a maioria dos principais meios de comunicação pertence às grandes corporações empresariais; esses meios de comunicação obtêm a totalidade de sua receita não de seus espectadores, mas sim de publicidade; os meios de comunicação dependem fortemente das grandes empresas e das instituições governamentais como fonte de informações para a maior parte das notícias; finalmente, vários grupos de pressão procuram as empresas dos meios de comunicação para pressioná-los caso eles saiam de uma linha editorial que esses grupos acham a mais correta (isto é, mais de acordo com seus interesses e não os interesses de toda a sociedade).

O que Chomsky apresentou em seus estudos sobre comunicações de massa pode servir como pressupostos para a análise dos telenoticiários da TV aberta, no Brasil.

5 Conclusão

Esta dissertação iniciou-se com uma série de perguntas que, em realidade, mostravam uma concepção em relação ao conceito de informação: descrição precisa – e comprovada – de um fato e, também, uma contextualização que permita a compreensão de seu significado profundo. As perguntas formuladas indicam a expectativa de se deparar com alguns repórteres e editores capazes de organizar as notícias, sob o parâmetro das velhas questões básicas que precisavam ser respondidas por um bom jornalista da metade do século XX: Quem fez o quê? Quando? Onde? Como? Por quê? Com que meios? Em que circunstâncias? E com quais conseqüências?

A análise dos telejornais evidencia que as premissas, na televisão, são outras: há a atração hipnótica pelo evento espetacular; há uma busca frenética pela emoção que atropela qualquer preocupação pela contextualização. O novo paradigma da informação talvez seja “Se a emoção que vocês sentem ao ver o telejornal é verdadeira, a informação é verdadeira”. Eis uma surpreendente aplicação do conceito de “inteligência emocional”, de Daniel Goleman³⁵.

Os telejornais não trabalham prioritariamente com construções intelectuais alicerçadas na palavra, mas com imagens em tempo real. Informar, nessas condições, significa mostrar a história acontecendo (de preferência, ao vivo). Desta forma,

“... só o visível merece informação; o que não é visível e não tem imagem, não é televisável, portanto não existe midiaticamente.” (RAMONET, 1999, p. 27)

³⁵ Goleman, D. *Inteligência Emocional*. São Paulo: Objetiva, 2001.

A devolução dos territórios da Faixa de Gaza, para os palestinos, insere-se no conjunto de eventos jornalísticos esperados, programados, previstos de longa data. Algo que permite a teatralização. Não só na organização do discurso televisual, mas no desenrolar do próprio evento. Numa situação como essa, a lógica da transmissão televisiva domina o acontecimento: as necessidades de uma boa encenação televisual obrigam a modificar a ordem das coisas. O bom editor sabe que as imagens de um trator, derrubando casas, são mais espetaculares do que a crua realidade de centenas de milhares de pessoas que não têm onde morar.

O governo de Israel patrocinou o show de imagens e venceu a batalha da construção de significados: a devolução do território da Faixa de Gaza foi enquadrada pelas redes de TV como a demonstração de que o governo israelense deu um passo para a paz, independentemente do radicalismo de minorias religiosas.

Os telejornais não disseram por que Israel devolveu os territórios. Não é interessante analisar que os custos de manutenção de 8.500 colonos em um território onde se espremem 1.400.000 palestinos são elevadíssimos. Que defender esses colonos é difícil.

Se depender dos telespectadores (e dos jornalistas...) o criminoso desperdício de água perpetrado por Israel – na Faixa de Gaza – ficará impune. Nenhum noticiário mencionou que, em 1967, Israel invadiu e anexou o território de Gaza. Que Israel afrontou o direito internacional e desrespeitou inúmeras resoluções da ONU, por quase quarenta anos. Na verdade, os telenoticiários não mencionaram a ONU (nem ao menos uma única vez) nas 33 reportagens e notas sobre a retirada israelense, compiladas para essa dissertação...

Ninguém perderá tempo em registrar a manobra política de Israel, com a intenção de fortalecer o Hamas na Faixa de Gaza, onde mora 1/3 da população palestina, dinamitando a unidade nacional e enfraquecendo o governo de Mahmud Abbas.

Enquanto isso, Ariel Sharon se aproveita da distração da mídia, ocupada em seguir com paixão o grande “drama” dos colonos que perderam suas casas, para desviar a atenção do público da construção do muro que cinde a Cisjordânia e isola as aldeias e cidades palestinas da região. É o que se chama “efeito pára vento”: um evento serve para esconder o outro; a informação oculta a informação.

Percebe-se que as perguntas formuladas no início deste trabalho não poderiam ser respondidas pelos telejornais. O motivo é singelo: sob o bombardeio de uma propaganda construída por hábeis estrategistas políticos e trabalhando sob o formato constrangedor do telejornal, os jornalistas têm pouco espaço para analisar e contextualizar os fatos.

Na verdade, os telejornais são arenas privilegiadas onde instituições da elite (administrativas, militares, econômicas, culturais, sociais, etc.) usam seus serviços de comunicação para

“divulgar sobre elas próprias sobre suas atividades um discurso pletórico e elogioso. Neste sentido, todo o sistema, nas democracias católicas, tornou-se refinado e inteligente, inteiramente capaz de manipular astuciosamente a mídia, os jornalistas, e resistir sabiamente à sua curiosidade.” (RAMONET, 1999, p. 138)

Informar-se, no final das contas, transcende assistir televisão. É ato que exige labuta e que cansa. Eis o preço para se poder participar eficazmente da vida democrática.

Na busca por informação, não há muito que procurar nos telejornais. Sem contar os riscos de consumir grande quantidade de propaganda institucional. Melhor evitar comer na cuia do domador. Ou como diz José Régio, no seu “cântico negro”:

*Não, não vou por aí! Só vou por onde
Me levam meus próprios passos...
Se ao que busco saber nenhum de vós responde,
Por que repetis: ‘vem por aqui’?
Prefiro escorregar nos becos lamacentos,
Redemoinhar aos ventos,
Como farrapos, arrastar os pés sangrentos,
A ir por aí...*

*Não sei por onde vou,
Não sei para onde vou,
-Sei que não vou por aí!*

Referências

ADORNO, T. *Notas marginais sobre a Teoria e a Práxis*. Consignas. Buenos Aires: Amorrortu, 1973.

_____. *Indústria cultural e sociedade*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. “Conceito de Iluminismo” in *Os Pensadores*. Vol. XLVIII. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

ADORNO, T. e HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

AKCELRUD, I. *O Oriente Médio*. 3ª ed. São Paulo/Campinas: Atual/UNICAMP, 1985.

ANDRADE, M. A. de. *Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas*. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2004.

ARBEX JR., J. *Showrnlismo – a notícia como espetáculo*. São Paulo: Casa Amarela, 2001.

_____. *Islã – enigma de nossa época*. São Paulo: Moderna, 1996.

ARMSTRONG, K. *Jerusalém – uma cidade, três religiões*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Arts and Humanities Citation Index

www.scientific.thomson.com/ts/products/ahci/, acessado em 15 de dezembro de 2006.

ARISTÓTELES. *Obras*. 2ªed. Madeira: Aguilar, 1973.

BARTHES, R. **A câmara clara**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

_____. **Aula**. São Paulo: Cultrix, 1987.

_____. **Elementos de semiologia**. São Paulo: Cultrix, 1987.

_____. A mensagem fotográfica. In: _____. **O óbvio e o obtuso**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BAUER, M. e GASKELL, G. (Editores). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BORELLI, S. H. S. e PRIOLLI, G. (coord.). *A deusa ferida: por que a Rede Globo não é mais a campeã absoluta de audiência*. São Paulo: Summus, 2000.

BOURDIEU, P. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BRENER, J. *As Guerras entre Israel e os Árabes*. São Paulo: Scipione, 1997.

_____. *Ferida Aberta: o Oriente Médio e a nova ordem mundial*. São Paulo: Atual, 1996.

BRENER, J. e CAMARGO, C. *Guerra e Paz no Oriente Médio*. São Paulo: Contexto, 1995.

BURNS, E. M.. *História da Civilização Ocidental*. 23ª ed. Porto Alegre: Globo, 1979.

CARVALHO, A. *O Corão (versão para o português)*. Sintra: Publicações Europa – América, 1978.

CHOMSKY, N. *Controle da mídia: os espetaculares feitos da propaganda*. Rio de Janeiro: Graphia, 2003.

_____. *11 de setembro*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. *Novas e velhas ordens mundiais*. São Paulo: Scritta, 1996.

CHOMSKY, N; HERMAN, E.S. *Manufacturing Consent*. New York: Pantheon Books, 1988.

CURADO, O. *A notícia na TV: o dia-a-dia de quem faz jornalismo*. São Paulo: Alegro, 2002.

D'ANGELO, P. News framing as a multiparadigmatic research program: a response to Entman. *Journal of Communication*, 52, p. 870-88, Dec., 2002.

DEBRAY, R. *Curso de midialogia geral*. Petrópolis: Vozes, 1993.

DEFLEUR, M. L. e BALL-ROKEACH, S. *Teorias da comunicação de massa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

DE LOPES, M. I. V. *Pesquisa em comunicação – 8ªed.* – São Paulo: Edições Loyola, 2005.

ENTMAN, R. M. Framing US Coverage of International News: contrast in narratives of the KAL and Iran Air incidents. *Journal of Communication*, 41 (4), p. 6-27, autumn, 1991.

FANG, I. E. *Television News*. New York: Hastings House Publishers, 1972 (2ªed.).

- FERRO, M. *Suez 56: naissance d'un tiers-monde*. Bruxelles: Complexe, 1982.
- FILHO, D. *O circo eletrônico: fazendo TV no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- FLAPAN, S. *Zionism and the Palestinians*. N. York: Harper & Row, 1979.
- GEERTZ, C. *Islam observed*. New Haven (EUA): 1968.
- HADAWI, Sami. *Dossier Palestina*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1976.
- HEIDEGGER, M. *Que é isto - a filosofia?*. São Paulo: Duas Cidades, 1971.
- HERZL, T. *The complete diaries of Theodor Herzl*. Londres: Ed. R. Patai, 1960.
- HERZOG, C. *The Arab-Israeli Wars*. N. York: Vintage, 1984.
- HOBSBAWM, E. *Era dos Extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOURANI, A. *Uma História dos Povos Árabes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- _____. *Arabic thought in the Liberal Age. 1789 – 1939*. Cambridge (Massachusetts): 1983.
- Jornal Nacional, 15 anos de história. Rio de Janeiro: TV Globo, 1984.
- KEHL, M. R. “Imaginar e pensar”. In Novaes, A. *A rede imaginária*. São Paulo: Companhia das Letras/ Secretaria Municipal de Cultura, 1991.
- KENNAN, G. F. *Nuclear delusion*. New York: Pantheon, 1982.

LASSWELL H. “A estrutura e a função da comunicação na sociedade”. In Gabriel Cohn (org.) *Comunicação e indústria cultural*. S. Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

LÊNIN, V.I. *A doença infantil do “esquerdismo” no comunismo*. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1960.

LEWIS, B. *O Oriente Médio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

MACIEL, P. *Jornalismo e televisão, normas práticas*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1995.

MATOS, O. *A Escola de Frankfurt – luzes e sombras do Iluminismo*. São Paulo: Editora Moderna, 1993.

MARCONDES FILHO, C. *A saga dos cães perdidos*. 2ª ed. São Paulo: Hacker editores, 2002.

_____ *Televisão*. São Paulo: Scipione, 1994.

MANSFIELD, P. *Nasser e a Revolução Egípcia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

MARTINO, L.C.; HOHHLFELDT, A.; FRANÇA, V. V. (org). *Teorias da comunicação*. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

MASSOULIÉ, François. *Os Conflitos do Oriente Médio*. São Paulo: Ática, 1994.

MIT – Noam Chomsky.

<http://web.mit.edu/linguistics/www/chomsky.home.html>, acessado em 15 de dezembro de 2006.

MITCHELL, P. R.; SCHOEFFEL, J. *Para entender o poder – o melhor de Noam Chomsky*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

MCLUHAN, M. *Os meios de comunicação como extensões do homem -12ª ed.* São Paulo: Cultrix, 2002.

MEMÓRIA GLOBO. *Jornal Nacional – a notícia faz história*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2004.

PATERNOSTRO, V. I. *O texto na TV – manual de telejornalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

OLIC, N. B. *Oriente Médio – Uma Região de Conflitos*. São Paulo: Moderna, 1991.

ORWELL, G. 1984. New York e Ontário: Signet Classic (commemorative edition). Prefácio por Walter Cronkite, 1984.

PORTO, M.P. Enquadramentos da mídia e política. In: RUBIM, A.A. (org.) *Comunicação e Política: conceitos e abordagens*. Salvador: EdUFBA, 2004. p. 73-104.

PRADO, F. *Ponto eletrônico: dicas para fazer telejornalismo com qualidade*. São Paulo: Publisher do Brasil, 1997.

RAMONET, I. *Geopolítica do caos*. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____ *Tiranía da comunicação*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

RAMONET, I. ; GRESH, A. (orgs.) *A desordem das nações*. Petrópolis: Vozes, 1996.

REQUENA, J. G. *El discurso televisivo: espectáculo de la posmodernidad*. Madri: Ediciones Cátedra, 1995.

REZENDE, G. J. *Telejornalismo no Brasil – um perfil editorial*. São Paulo: Summus, 2000.

SAID, E. *Covering Islam; How the media and the experts determine how we see the rest of the world*. New York: Pantheon, 1981.

_____. *Orientalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SALEM, H. *O que é a Questão Palestina?* São Paulo: Brasiliense, 1982.

SERVA, L. *Jornalismo e desinformação*. São Paulo: SENAC, 2001.

SHEN, F.; EDWARDS, H.H. Economic individualism, humanitarianism and welfare reform: a value-based account of frame effects. *Journal of Communication*, 55(4), p. 795-808, Dec. 2005.

SOARES, M. C. *Análise de enquadramento*. Mimeo. s/d.

_____. *Análise de enquadramento*. In: DUARTE, J.; BARROS, A. *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. São Paulo: Atlas, 2006, p. 450-465.

SOUZA, J. P. *Teorias da notícia e do jornalismo*. Chapecó: Argos, 2002.

SQUIRRA, S. C. de M. *Aprender telejornalismo: produção e técnica*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

_____. *Boris Casoy: o âncora no telejornalismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1993.

The Official Noam Chomsky Website (<http://www.Chomsky.info>), em 08 de janeiro de 2007.

TOCQUEVILLE, A. *De la démocratie em Amérique*. Paris, 1864.

TREIGNIER, M. *Guerra e Paz no Oriente Médio*. São Paulo: Ática, 1994.

TV ANO 30. *Televisão Cultura*. São Paulo: Fundação Padre Anchieta, 1980.

VILELA, N. *Irmãos-Inimigos*. 2ª ed. São Carlos: RiMa Editora, 2004

WEBER, M. *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1982.

WOLF, M. *Teorias da comunicação*. 6ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 2001.

WOLTON, D. *Elogio do grande público – uma teoria crítica da televisão*. São Paulo: Ática, 1996.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)